



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

DA

COVILHÃ

ATA N.º 02/2026

DA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 23 DE FEVEREIRO DE 2026

INICIADA ÀS 10 HORAS. CONCLUÍDA ÀS 19 HORAS E 35 MINUTOS.

SUMÁRIO:	FL
ABERTURA	02
INTERVENÇÃO DO PÚBLICO	07
ANTES DA ORDEM DO DIA	12
ORDEM DO DIA	39
ENCERRAMENTO	132

ATA N.º 02/2026ABERTURA

Aos vinte e três dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e seis, no Auditório Municipal, sito na Rua do Castelo, em Covilhã, reuniu em Sessão Ordinária a Assembleia Municipal do Concelho da Covilhã, sob a presidência do Exmo. Senhor **Dr. João José Casteleiro Alves** com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS**1. PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO****2. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA****2.1 - *Apreciação e votação de Atas***

a) *Ata n.º 02-A/2025 de 29 de dezembro de 2025*

b) *Ata n.º 01/2026 de 12 de janeiro de 2026*

2.2 - *Leitura resumida do expediente***2.3 - *Pedidos de informação e esclarecimentos*****2.4 - *Declarações de âmbito político e de interesse municipal*****2.5 - *Apresentação, discussão e votação de propostas de deliberação***

2.5.1 - *Voto de Pesar pelo Falecimento do Senhor Apolinário Pombo Marques Correia (PCP)*

2.5.2 - *Voto de Pesar pelo Falecimento do Escultor Francisco Simões (PCP)*

2.5.3 - *Voto de Pesar pelo Falecimento da Senhora Laura Cruz (PS)*

2.5.4 - *Voto de Pesar pelo Falecimento do Senhor Professor Fernando Bernardo Panarra (PS)*

2.5.5 - *Voto de Pesar pelo Falecimento do Senhor Luís António dos Santos Torrão (PS)*

2.5.6 - *Voto de Pesar pelo Falecimento do Senhor Francisco José Fazenda Meruje (PS)*

2.5.7 - *Voto de Pesar e de Solidariedade às vítimas das tempestades ocorridas (PS)*

2.5.8 - *Voto de Saudação – Dia Internacional da Mulher – 8 de março (PCP)*

2.5.9 - *Voto de Saudação – 80.º aniversário do Jornal do Fundão (PSD)*

2.5.10 - *Voto de Louvor aos Bombeiros da Covilhã (CHEGA)*

2.5.11 - *Voto de Louvor – Rodrigo Santos (PSD)*

- 2.5.12 - *Voto de Louvor – Representação do Distrito de Castelo Branco nos órgãos sociais da Associação Nacional de Freguesias (ANAFRE) (PSD)*
- 2.5.13 - *Voto de Louvor à startup Next Border (PSD)*
- 2.5.14 - *Voto de Louvor – Núcleo da Covilhã da Liga dos Combatentes (PSD e PS)*
- 2.5.15 - *Voto de Congratulação – Filarmónica Recreativa Carvalhense (PSD)*
- 2.5.16 - *Voto de Congratulação pela eleição do Presidente da República – Dr. António José Seguro (PS)*
- 2.5.17 - *Recomendação – Celebração dos 50 anos da Aprovação da Constituição da República Portuguesa (PCP)*
- 2.5.18 - *Moção – Efeitos das tempestades de janeiro e fevereiro no Concelho da Covilhã – O Concelho da Covilhã em situação de calamidade (PCP)*
- 2.5.19 - *Moção pela realização da Prova Nacional de Acesso à Formação Médica Especializada (PNA) na Covilhã (PS)*

3. PERÍODO DA ORDEM DO DIA

3.1 - Debate entre Grupos Municipais

- *“Habitação na Covilhã – Ontem, hoje e amanhã” (Grupo Municipal do PSD)*
- *“Regeneração Urbana” (Grupo Municipal do PS)*

3.2 - Apreciação da Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da Atividade e Situação Financeira do Município

3.3 - Eleição de 1 (um) representante da Assembleia Municipal para integrar a Comissão Municipal de Toponímia

3.4 - Eleição de 1 (um) representante das Freguesias para integrar o Conselho Cinegético Municipal

3.5 - Tomada de conhecimento das declarações ao abrigo das alíneas a) e b) do n.º 1 do artigo 15.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, alterada pelas Leis n.ºs 20/2012, de 14 de maio, 64/2012, de 20 de dezembro, 66-B/2012, de 31 de dezembro, e 22/2015, de 17 de março

3.6 - Tomada de conhecimento das isenções concedidas e aprovadas em 2025 no âmbito do Regulamento de Atribuição e de Reconhecimento de Projetos de Interesse Municipal no Município da Covilhã – Artigo 38.º

3.7 - Apreciação e deliberação sobre a proposta de Reconhecimento de Relevante Interesse Municipal do projeto de investimento apresentado no âmbito do Processo de Obras n.º 160/24 pelos promotores Mountain Goat Experience – Serra da Estrela: Empreendimento de Turismo em Espaço Rural

3.8 - Apreciação e deliberação sobre a proposta de demonstração do desempenho orçamental

3.9 - Apreciação e deliberação sobre a proposta de alteração orçamental modificativa n.º 1

3.10 - Apreciação e deliberação sobre a proposta de alteração do valor do procedimento de contratação do contrato de gestão de eficiência energética, no âmbito do Decreto-Lei n.º 50/2021, de 15 de junho, para a implementação de medidas de melhoria da eficiência energética no sistema de iluminação pública e instalação de uma UPAC no concelho da Covilhã

- 3.11 - *Apreciação e deliberação sobre a proposta de alteração da autorização de compromissos plurianuais relativos ao contrato de eficiência energética, no âmbito do Decreto-Lei n.º 50/2021, de 15 de junho, para a implementação de medidas de melhoria da eficiência energética no sistema de iluminação pública e instalação de uma UPAC no concelho da Covilhã***
- 3.12 - *Apreciação e deliberação sobre a proposta de autorização à adesão à Associação Portuguesa dos Municípios com Centro Histórico***

A Sessão Ordinária foi secretariada pelos 1.º e 2.º Secretários, respetivamente, a Senhora Mestre Sandra Isabel Neves Ferreira e o Senhor Dr. Vítor Manuel Ferrinho Pinho. -----

Estiveram presentes na Sessão os Excelentíssimos Senhores(as): Dr. João José Casteleiro Alves, Doutor Nuno Jorge Cardona Fazenda de Almeida, Mafalda Lourenço Nunes, Prof. Doutor José Carlos Páscoa Marques, Eng.ª Catarina Sofia Oliveira Ramos Mendes, Dr. Rui Filipe Santos Rita em substituição do Mestre Adolfo Miguel Baptista Mesquita Nunes, Dra. Leonor Cristina Adriano Lopes Cipriano, Prof. Amadeu Luís Pinto Fragas Alberto, Eng.º João Manuel Flores Casteleiro Alves, Prof. Vítor Manuel Reis Silva, Rui Paulo da Silva Rosa, Mestre Sandra Isabel Neves Ferreira, Dra. Patrícia Cordeiro Pires de Figueiredo Gomes Crisóstomo Ruivo em substituição do Mestre Nuno Ezequiel Mendes Pais, Mestre João Pedro Cristóvão Silva em substituição do Eng.º Pedro Miguel Melo Bernardo, Enf.ª Vera Cristina Madeira Oliveira, Dr. Afonso Manuel Mousaco Gomes, Dra. Ana Catarina Baptista Bernardino Trindade Branco, António Maria Proença Petrucci do Lago Saraiva, Francisco José Neves Farias, Beatriz Mangana Duarte, Dra. Vânia Sofia Saraiva Neves, Dra. Magna Carla Sousa Lourenço, Dra. Ana Maria Puebla Simões, Dr. Vítor Manuel Ferrinho Pinho e Dra. Irina de Jesus Rosado Simões em substituição da Doutora Mónica Cristina Cerqueira Ramôa, e os(as) Excelentíssimos(as) Senhores(as) Presidentes de Junta/União de Freguesia(s): Pedro Gaspar Matias (Aldeia de São Francisco de Assis), Prof. Vítor Barata Fernandes (Barco), Dr. Marco António Barreiros Gabriel (Boidobra), Jorge Manuel Freire Santarém (Cantar-Galo), Dr. Hugo Gabriel Correia Gil Carvalheiro (Casegas), Dr. Jorge Ricardo Gouveia Viegas (Cortes do Meio), Jaime Afonso Rodrigues (Coutada), Prof. Jorge Manuel Matos Saraiva (Dominguizo), Enf.ª Sara Correia Fonseca (Erada), Dr. Gilberto Miguel Fortuna Melfe (Ferro), Dr. Sérgio Nuno Proença Rodrigues (Orjais), Dr. Carlos Amadeu Alves Costa (Ourondo), Dr. Duarte Nuno Simões Rodrigues (Paul), Prof. Pedro Miguel Tavares Silveira (Peraboa), Rui Manuel Cruz Ferreira Amaro em substituição do Dr. Bruno Madeira Redondo (Peso), Paulo Jorge da Silva Maças Quintela (S. Jorge da Beira), Sofia Isabel Gaspar Sobreiro (Sobral de S. Miguel), Dr. Pedro Eduardo Carrola Farinha (Tortosendo), António dos Santos Lopes (Unhais da Serra), Mestre Licínio Aguilar Machado (Vales do Rio), Mestre Daniela Sofia Pereira Correia (Verdelhos), Dra. Sónia Isabel Afonso Moura (Vila do Carvalho), Francisco João Pereira Mota (Covilhã e Canhoso), Arq.º Rúben Miguel Inácio de Matos em substituição da Dra. Joana Filipa Real Sardinha (Teixoso e Sarzedo) e Daniel Nave Tavares (Vale Formoso e Aldeia de Souto). -----

Não compareceu à presente Sessão o Deputado Municipal Dr. Nuno Filipe Abreu Pedro. -----

Verificada a existência de “quórum”, o Excelentíssimo Presidente da Mesa deu por iniciados os trabalhos da presente Sessão. -----

PRESENCAS DA CÂMARA MUNICIPAL

--- Estiveram presentes os Exmos. Senhores: **Presidente da Câmara Municipal, Eng.º Hélio Jorge Simões Fazendeiro, e os Vereadores Prof.ª Doutora Maria Regina Gomes Gouveia, Eng.º Jorge Humberto Martins Simões, Carlos do Carmo Martins, Eng.º Luís Miguel Ferreira Marques, Dr. João Carlos Izidoro Marques e Prof. José Eduardo Brites Cavaco; do corpo técnico: a Diretora do Departamento de Administração Geral e Coordenação Jurídica – Dra. Graça Isabel Pires Henry Robbins, o Diretor do Departamento de Finanças e Modernização Administrativa – Mestre Júlio Manuel de Sousa Costa, o Diretor do Departamento de Obras e Planeamento – Eng.º Jorge Manuel Galhardo Vieira e do Serviço de Apoio à Assembleia Municipal a Técnica Superior – Dra. Ivone Franco Correia, o Coordenador Técnico – Adriano Flávio de Jesus Mingote e a Assistente Técnica – Susana Raquel Alves da Costa Cameira.** -----

--- Submetida a **Ordem de Trabalhos** à apreciação, a mesma foi ***aprovada por unanimidade.*** -----
Não votou, por não estar presente na sala, o Dr. Carlos Amadeu Alves Costa (Ourondo). -----

1. PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

--- Registaram-se três inscrições, tendo o Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** concedido a palavra ao **Grupo de Cidadãos do Centro Histórico da Covilhã** que entregaram uma petição para a Requalificação do Largo Nossa Senhora do Rosário. -----

Abordaram o estado dos arruamentos, incluindo vias, passeios e limpeza urbana, destacando as deficiências em vários pontos da cidade, nomeadamente no Centro Histórico, onde também faltava iluminação. -----

Mencionaram a requalificação do espaço junto ao Mercado Municipal, antigo local da loja do Zé André, manifestando preocupação por mais de 70% da área ser destinada a estacionamento asfaltado. Sugeriram a utilização de pavimentos ecológicos e apelaram a uma maior abertura do Executivo Municipal ao diálogo com a comunidade. -----

“Há três coisas que jamais voltam a flecha lançada, a palavra dita e a oportunidade perdida (provérbio chinês) e talvez nada doa mais a uma cidade do que perder uma e outra vez as oportunidades que poderiam ter mudado o seu futuro. Estamos perante um desses pequenos momentos, uma oportunidade rara de valorizar a comunidade, o património que realmente importa e a história que merece ser contada. -----

Remover uma estrutura sem valor patrimonial não é destruir. É libertar. Isso tem muitas vezes mais valor do que manter duas habitações que não servem as necessidades da vida moderna. Se queremos que o centro histórico volte a pulsar, precisamos oferecer condições reais para que as pessoas ali habitem, convivam, cresçam. Precisamos pensar em mobilidade, em acessos, em transportes públicos porque uma cidade viva não pode ficar presa por escolhas mal planeadas. É preciso ver mais além com coragem e com o coração porque conservar por conservar pode parecer proteção, mas por vezes é só medo de mudar.” -----

Citaram ainda a importância de não se perder oportunidades de valorização do centro histórico e de se promover uma cidade mais viva, sustentável e modernizada. -----

--- Foi atribuída a palavra à Senhora **Marina Gomes** que expôs uma situação relativa a dois cidadãos idosos, de 74 e 66 anos, que se encontram a viver na rua desde julho. Reconheceu que lhes foi apresentada uma proposta habitacional, mas salientou que essa solução, embora atribuída no papel, não constitui uma resposta efetiva, uma vez que não pode ser concretizada por motivos sociais previsíveis. -----

Recordou que a Constituição da República Portuguesa consagra o princípio da igualdade e a proibição de discriminação (artigo 13.º) e garante o direito à habitação (artigo 65.º), enfatizando que esse direito não pode depender da aceitação social informal. -----

Referiu que, caso existam tensões sociais e comunitárias, é obrigação das instituições públicas agir, mediar e não recuar. -----

Esclareceu que a casa atribuída se localiza no Cabeço (Tortosendo), onde os idosos não são aceites pela comunidade, o que impossibilita a sua permanência. Frisou que os mesmos não recusaram qualquer proposta anterior, apenas não puderam ocupar os locais indicados. -----

Apelou ao executivo camarário para encontrar uma solução viável e humana, reafirmando que não é admissível que duas pessoas em situação de vulnerabilidade extrema permaneçam a viver na rua, especialmente em condições de frio intenso. -----

Por fim, sugeriu que o Presidente da Câmara acompanhasse pessoalmente os idosos ao local atribuído, de forma a mediar com a comunidade e garantir que possam residir com dignidade. ----

--- Concedida a palavra ao Senhor **Manuel de Jesus Joaquim** que iniciou felicitando o atual Executivo pela vitória na Câmara Municipal da Covilhã, desejando-lhe um mandato prolongado. --

Explicou que falava em representação da população de Monte Serrano, anexa da Freguesia do Ferro, recordando que já em 2025 tinha apresentado assinaturas e exposto o problema em Assembleia, sem que tivesse recebido resposta que lhe fora então prometida. -----

Relatou que existe, há cerca de 12 anos, uma obra inacabada em Monte Serrano, referindo que, em período de campanha eleitoral, foram enviadas máquinas ao local para tapar alguns buracos, mas que os trabalhos cessaram após as eleições, não tendo a obra avançado. -----

Mencionou ainda ter tido conhecimento de que a Câmara procedera ao alcatroamento de um caminho na zona da Ponte Pedrinha, beneficiando apenas dois moradores ao passo que, em Monte Serrano, continuam por concluir cerca de 300 metros de via, o que considerou uma situação injusta e “vergonhosa”. -----

Assinalou que, após a colocação de infraestruturas de saneamento, as tampas de esgoto ficaram cerca de 20 cm acima do pavimento, alegadamente para futura aplicação de alcatrão, o que nunca veio a concretizar-se. Referiu que tal situação causa prejuízos materiais, designadamente risco de danos em veículos, e dificuldades de acesso à sua habitação, obrigando-o a deixar o carro centenas de metros antes e a transportar bens a pé. -----

Solicitou uma resposta positiva e célere por parte da Câmara Municipal, sublinhando que a população não pode continuar à espera, dado o longo período já decorrido. Indicou que, caso não fosse encontrada solução, a população ponderaria realizar uma manifestação em frente aos Paços do Concelho com a presença da comunicação social, frisando, contudo, que tal não constituía uma ameaça, mas antes uma forma de chamar a atenção para o problema. -----

Terminou reiterando a consideração pelo Presidente e desejando que o mandato decorra com bom trabalho em benefício da cidade da Covilhã e de todas as freguesias do concelho. -----

--- O Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, após cumprimentar todos os presentes e agradecer as intervenções feitas, iniciou dizendo que, “em primeiro lugar, fico muito satisfeito que tenhamos público na nossa Assembleia e quero agradecer aos cidadãos que tiveram a amabilidade de se deslocar a este Auditório para exercer aquilo que é um direito que lhes assiste e que também está

previsto no nosso Regimento. A nossa comunidade fica mais forte quando todos participamos e quando todos nos envolvemos. -----

Iria começar então por responder, por ordem das intervenções, ao Senhor Arquiteto Pedro Seixo Rodrigues que colocou várias questões. -----

A petição que nos foi apresentada sobre a demolição do imóvel no Largo José Espiga, já prestei essa informação numa reunião pública de Câmara onde o senhor Arquiteto teve a oportunidade também de estar. -----

Neste momento a obra está suspensa e estamos a procurar obter as autorizações necessárias e indispensáveis para que possamos eventualmente vir a fazer essa demolição. O Senhor Arquiteto, também com defeito profissional no âmbito da arquitetura, conhece que estas intervenções no Centro Histórico nunca podem ser feitas e realizadas ao arrepio daquilo que são os pareceres das entidades de património, nomeadamente da CCDRC. Já reunimos com a CCDR no Centro Histórico. Aquilo que explicam é que é importante não só o valor dos edifícios do ponto de vista do imóvel, do ponto de vista da idade, mas também toda a configuração da malha urbana, do casco histórico. Portanto, os centros históricos não valem exclusivamente pela idade dos seus edifícios, mas pela própria configuração daquilo que são aquelas ruas pequeninas, aquelas casas organizadas. -----

Estamos em conversações com a CCDR. Estamos a tentar demonstrar, do ponto de vista do Município, a bondade da alteração desta configuração do casco do Centro Histórico no sentido da demolição daquela habitação para a transformação, exatamente como diz, num espaço de usufruto do público, desafogando aquele espaço. -----

Obviamente que não pode acontecer enquanto não obtivermos esta autorização prévia das entidades competentes e, portanto, esse assunto está neste ponto. Espero que seja breve este caminho e que possamos, de alguma forma, concretizar ali uma intervenção que valorize o Centro Histórico que é aquilo que temos feito e que tem sido feito ao longo dos últimos anos e que estamos profundamente empenhados e mobilizados para continuar a fazer. -----

Em relação à questão que coloca dos imóveis em risco de derrocada, dar-lhe nota que na reunião privada do Executivo Municipal, creio que de 6 de fevereiro, foi deliberada a tomada de posse administrativa de um edifício que está em iminente risco de ruína na Rua Alexandre Herculano, também ali muito próximo deste espaço que estamos a falar e o Município está, neste momento, a diligenciar prosseguir todos os procedimentos administrativos legais para que possa repor a segurança do espaço, nomeadamente a demolição daquele prédio que coloca, de facto, em risco ou que pode colocar em risco aquilo que é a segurança e a circulação das pessoas que ali circulam.

Em relação às questões que coloca da iluminação pública, este tema faz parte também hoje da ordem de trabalhos desta Assembleia. Mais um passo no sentido de podermos avançar naquilo que é um processo de substituição e reforço da iluminação pública por uma tecnologia mais amiga do ambiente, com melhor qualidade de iluminação, nomeadamente através da tecnologia LED. Espero que, com a maior brevidade possível, possamos intervencionar a iluminação pública em todo o Concelho. Não é só no Centro Histórico, não é só no espaço urbano. É em todo o Concelho de maneira a que possamos ter não só a melhor iluminação, mas também uma iluminação mais

amiga do ambiente com uma poupança do ponto de vista financeiro naquilo que são os custos de iluminação. -----

A requalificação do espaço na antiga loja do Zé André é um processo que acompanhamos e que apanhámos no fundo do mandato anterior, sem embargo de reconhecer que aquele espaço pode ser interessante no futuro para se pensar noutro tipo de utilização daquilo que estava pensado e que demos continuidade que espero que se concretize com rapidez, é uma solução de estacionamento porque temos problemas ao nível do estacionamento no Centro Histórico, na zona mais central da nossa cidade. -----

A solução que estava pensada e em andamento para aquele espaço é a devolução imediata do espaço para efeitos de estacionamento e é para já isso que vai acontecer, sem embargo no futuro eventualmente numa perspetiva de intervenção mais alargada no Centro Histórico, podermos vir a reconsiderar uma reutilização daquele espaço com outra finalidade. Mas, para já, aquilo que estava em andamento é a requalificação para disponibilizar aquele espaço para estacionamento para facilitar o estacionamento. É frequente encontrarmos carros indevidamente estacionados no Centro Histórico exatamente pela dificuldade de encontrarem soluções de estacionamento. É um espaço que nos vai permitir alargar o número de estacionamentos para as pessoas e para os automóveis neste espaço. -----

Agradeço também à Senhora Marina Gomes pelo facto de ter vindo à nossa Assembleia e pelas questões que colocou, compreendendo que são questões que naturalmente preocupam a Dona Marina. Quando a recebi no meu gabinete e conversei consigo, conforme muito bem refere, contactei à sua frente os nossos serviços de Ação Social e a informação que me deram é que o assunto estava sinalizado e que tinham feito essa proposta de localização. -----

Infelizmente a Câmara Municipal não tem habitação social em todo o Concelho e não conseguimos ter uma habitação disponível de acordo com aquilo que é a ambição e a expectativa dos utilizadores no sítio onde eles querem. De acordo com os serviços de Ação Social do Município, as habitações sociais que estão neste momento disponíveis são no Bairro do Cabeço, no Tortosendo, e foi aí que foi atribuída uma habitação aos seus familiares e a informação que tenho dos serviços é que essa habitação já foi aceite. Já terão aceiteado essa habitação e já assinaram esse contrato e, portanto, aquilo que faço votos é que tenham a oportunidade de utilizar essa habitação e que tenham a oportunidade de ser felizes nela. -----

A Câmara Municipal gostava muito de ter a capacidade financeira para construir uma habitação à medida de cada família, no sítio em que cada família o desejava. Infelizmente não temos. A Câmara Municipal da Covilhã tem mais de 600 habitações sociais, sobretudo localizadas em três polos: na Boidobra na Quinta da Lâmpada, no Bairro do Cabeço no Tortosendo e na Quinta das Nogueiras no Teixoso. É dentro deste parque habitacional, chamemos assim, que os nossos serviços fazem a gestão do espaço e, portanto, aquilo que lhe posso dizer é que os interessados já aceitaram essa habitação e aquilo que posso desejar é que sejam muito felizes e que tenham a oportunidade de ter e desfrutar dessa habitação social. -----

Agradeço muito também a vinda do Senhor Manuel Joaquim e das palavras simpáticas que nos dirigiu. Compreendo a sua frustração. Compreendo muito bem o problema que coloca sobre a inadequação do caminho, nomeadamente após a intervenção da colocação do saneamento que,

aparentemente, deixou as tampas de saneamento excessivamente elevadas em relação à cota do caminho e isso impossibilita aquilo que é a passagem em segurança dos veículos. -----

Quero-lhe dizer que desconheço qualquer intencionalidade, do ponto de vista da utilização dos meios de reparação de caminhos do Município, de alguma qualquer coincidência do ponto de vista do prazo eleitoral. Aliás, aconteceu antes e aconteceu depois. -----

Assumi esse compromisso e reitero ao Senhor também que vamos alcatroar, vamos cuidar das rodovias em todo o Concelho que estão, aliás, ainda muito mais degradadas depois destas tempestades todas que tivemos. -----

Vamos fazer isso de duas formas. Vamos fazer isso reforçando aquilo que são os meios à disposição das equipas municipais para o fazer e vamos ter equipas do Município continuamente, sempre que o tempo permita, a fazer essa reparação de caminhos e de estradas. Mas vamos também contratualizar serviços de empresas privadas para fazer a reparação de estradas. -----

Não me consigo comprometer consigo com um prazo para não falhar e para não o enganar. Não lhe quero dizer que é na próxima semana, no próximo mês, no próximo meio ano. Aquilo que me consigo comprometer consigo é que esse assunto será sinalizado nos nossos serviços e procuraremos, tão breve quanto possível, criar as condições que sejam capazes de permitir que os proprietários nesse caminho possam aceder às suas propriedades. -----

Por aquilo que me diz, esse caminho parece-me que é uma intervenção que é possível ser feita através da administração direta. Quer isto dizer, através dos serviços da Câmara Municipal, com os nossos meios, com as nossas máquinas. Vamos colocar isso na agenda de trabalho para que seja feito assim que for possível. -----

Compreenda que se esse fosse o único caminho que tivéssemos, conseguia comprometer-me consigo que seria de imediato feito porque, assim que o tempo permitisse e que os meios estivessem disponíveis, íamos fazê-lo. A verdade é que não é o único caminho, infelizmente, que temos no nosso Concelho a necessitar de reparação. -----

Aquilo que me posso comprometer consigo é que ele vai entrar no planeamento dos serviços municipais para que seja reparado e garanto-lhe que será reparado com a maior brevidade possível, não conseguindo dar-lhe um prazo, mas compreenda que temos muitos quilómetros, muitas centenas ou milhares de quilómetros de estradas e caminhos no nosso Concelho também a necessitar de reparação e lá chegaremos também ao caminho que o Senhor Manuel Joaquim fez o favor de nos trazer aqui esse assunto.” -----

2. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

2.1 - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DE ATAS

A) ATA N.º 02-A/2025 DE 29 DE DEZEMBRO DE 2025

--- Submetida à apreciação e após o Senhor **Presidente da Assembleia Municipal** ter comunicado os Deputados Municipais impedidos de votar nos termos do n.º 3 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 4/2015, de 07 de janeiro (CPA), a **Ata n.º 02-A/2025 de 29 de dezembro de 2025**, previamente enviada a todos os Senhores Deputados Municipais convocados, foi colocada à votação, tendo sido **aprovada por unanimidade**. -----

Não participaram na discussão e votação da ata, nos termos do n.º 3 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 4/2015, de 07 de janeiro (CPA), os seguintes Deputados Municipais: Dr. Rui Filipe Santos Rita (IL), Rui Paulo da Silva Rosa (MIPP), Dra. Patrícia Cordeiro Pires de Figueiredo Gomes Crisóstomo Ruivo (PSD), Mestre João Pedro Cristóvão Silva (PS), Dra. Irina de Jesus Rosado Simões (PCP), Dr. Marco António Barreiros Gabriel (Boidobra), Rui Manuel Cruz Ferreira Amaro (Peso), Dr. Pedro Eduardo Carrola Farinha (Tortosendo), António dos Santos Lopes (Unhais da Serra) e Arq.º Rúben Miguel Inácio de Matos (Teixoso e Sarzedo). -----

Não votou ainda, por não estar presente na sala, o Dr. Carlos Amadeu Alves Costa (Ourondo). --

B) ATA N.º 01/2026 DE 12 DE JANEIRO DE 2026

--- Submetida à apreciação e após o Senhor **Presidente da Assembleia Municipal** ter comunicado os Deputados Municipais impedidos de votar nos termos do n.º 3 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 4/2015, de 07 de janeiro (CPA), a **Ata n.º 01/2026 de 12 de janeiro de 2026**, previamente enviada a todos os Senhores Deputados Municipais convocados, foi colocada à votação, tendo sido **aprovada por unanimidade**. -----

Não participaram na discussão e votação da ata, nos termos do n.º 3 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 4/2015, de 07 de janeiro (CPA), os seguintes Deputados Municipais: Dr. Rui Filipe Santos Rita (IL), Prof. Vítor Manuel Reis Silva (PCP), Dra. Patrícia Cordeiro Pires de Figueiredo Gomes Crisóstomo Ruivo (PSD), Dra. Ana Catarina Baptista Bernardino Trindade Branco (MIPP), Mestre João Pedro Cristóvão Silva (PS), Dra. Ana Maria Puebla Simões (PSD), Dra. Irina de Jesus Rosado Simões (PCP), Rui Manuel Cruz Ferreira Amaro (Peso) e Arq.º Rúben Miguel Inácio de Matos (Teixoso e Sarzedo). -----

Não votaram ainda, por não estarem presentes na sala, o Dr. Carlos Amadeu Alves Costa (Ourondo) e Dr. Marco António Barreiros Gabriel (Boidobra). -----

2.2 - LEITURA RESUMIDA DO EXPEDIENTE

--- Nos termos da alínea *m)* do n.º 1 do artigo 29.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foi dado conhecimento do seguinte expediente: -----

- Email do Senhor Prof. António José Teixeira a agradecer o voto de louvor aprovado na Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de 30 de junho de 2025 -----
- Email do Senhor Dr. José Agostinho Ribau Esteves a apresentar a sua proposta de Linhas Gerais de Ação da CCDRC 2026/2029 -----
- Email do Grupo Parlamentar do PCP a acusar a receção da “Moção pela correção das verbas atribuídas às freguesias desagregadas pelo OE para 2026” -----
- Email da ANAFRE a acusar a receção da “Moção pela correção das verbas atribuídas às freguesias desagregadas pelo OE para 2026” -----
- Email do Senhor Maestro Bruno Borralhinho a agradecer o voto de louvor aprovado na Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de 29 de dezembro de 2025 -----
- Email da Senhora Mestre Sofia Costa Craveiro a agradecer o voto de louvor aprovado na Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de 29 de dezembro de 2025 -----
- Email da Direção-Geral do Ensino Superior a acusar a receção da “Moção pela coesão territorial no acesso ao ensino superior: Salvaguarda das IES do Interior e correção de assimetrias nas regras de vagas e bolsas (ano letivo 2026/2027)” -----
- Ofício do Gabinete do Senhor Primeiro-Ministro a acusar a receção da “Moção pela correção das verbas atribuídas às freguesias desagregadas pelo OE para 2026” -----
- Email do Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Alcanena a remeter mensagem de solidariedade na sequência dos graves prejuízos provocados pela Tempestade Kristin -----

2.3 - PEDIDOS DE INFORMAÇÃO E ESCLARECIMENTOS

--- Foi interveniente o Deputado Municipal **Prof. Amadeu Luís Pinto Fragas Alberto (CHEGA)** que, após cumprimentar todos os presentes, referiu que “a Assembleia Municipal da Covilhã, enquanto órgão representativo dos munícipes da Covilhã, assume uma função central na definição das orientações estratégicas do concelho, na fiscalização da atividade da Câmara Municipal da Covilhã e na promoção de um debate plural, informado e responsável sobre as matérias de interesse público local. -----

É neste contexto institucional, pautado pelos princípios da legalidade, transparência e responsabilidade democrática que se apresenta o presente pedido de esclarecimento com o propósito de contribuir de forma construtiva para o desenvolvimento do Concelho, a defesa dos interesses dos Covilhanenses e no reforço da qualidade da governação autárquica. -----

Pelo exposto, solicitamos o seguinte esclarecimento: tendo em conta que já foram apresentados pelos munícipes dois abaixo-assinados devido ao ruído no Centro Histórico da Covilhã e ao não cumprimento de horários por parte dos estabelecimentos de diversão noturna, vimos questionar a Câmara Municipal sobre o que tem feito para o cumprimento de alvarás que licenciou e que autorizou. -----

A documentação disponibilizada sobre a informação escrita, na secção Atividades promovidas da Divisão de Fiscalização Municipal, realizadas de 15 de dezembro a 15 de fevereiro de 2026 (anexo II), não é esclarecedora quanto às fiscalizações efetuadas aos espaços noturnos e ao cumprimento de alvarás. -----

Assim, solicitávamos que a informação pudesse ser mais detalhada, em vez de números totais de fiscalizações. -----

Lembrando a legislação em vigor, a Autoridade de Segurança Alimentar e Económica e as câmaras municipais são responsáveis por fiscalizar os estabelecimentos, verificando o cumprimento da Lei do Ruído, da Higiene e da Segurança. -----

Na Assembleia Municipal, datada do dia 29/12/2025, o Senhor Presidente da Câmara respondeu: *“Decorre na Câmara Municipal neste momento o prazo e contributos públicos para a revisão do Regulamento de Atribuição de Horários de Estabelecimentos e é aí também uma oportunidade para, porventura, darmos contributos para essa regulação e diria que esse Regulamento termina com a aprovação posteriormente aqui na Assembleia Municipal e será seguramente um tema que iremos visitar nos próximos meses nesta nossa Assembleia.”* -----

Após consulta do endereço da Câmara Municipal da Covilhã, não foi encontrado qualquer local onde estivesse aberta uma consulta pública para revisão do Regulamento de Atribuição de Horários de Estabelecimentos. -----

Assim, gostaríamos também de ver esclarecido onde e de que forma podem ser apresentados os contributos dos munícipes para a construção do referido Regulamento. -----

Outro esclarecimento que solicitamos aqui. Sabemos também que os escuteiros endereçaram um email com preocupações relativamente às condições de segurança das instalações do movimento escutista e nas quais nos revemos. -----

Assim, gostaríamos de saber se existe algum planeamento ou disponibilidade por parte do Executivo para uma reunião com carácter de urgência, de forma a poder ser analisada a situação e a articular uma solução que salvguarde o interesse das crianças e dos jovens. -----

Questionamos também ainda aqui algum esclarecimento relativamente aos elevadores. Se está previsto algum arranjo efetivo dos elevadores de Santo André e do Jardim Público para que não aconteça o mesmo que aconteceu no Elevador da Goldra que realmente esteve a ser reparado, mas, cinco dias após a sua reparação, voltou novamente a ficar indisponível. -----

Nos últimos dias tivemos conhecimento de uma publicação relativamente à reunião de câmara onde foi abordado o estado do estaleiro da Boidobra. Porém, a questão que aqui trazemos vai mais além dessa mera constatação. Depois dos danos significativos verificados em inúmeros telhados, na sequência das intempéries que atingiram vários municípios, é legítimo questionar como se

justifica que exista uma quantidade considerável de telhas armazenadas a degradar-se, mal acondicionadas quando há populações que delas necessitam com urgência. Pergunto de forma clara: não deveria o Executivo ter assumido uma postura proativa, disponibilizando esses materiais às famílias afetadas, em vez de permitir a sua deterioração? Estamos a falar de um apoio concreto às pessoas num momento em que mais precisam e é precisamente isso que se espera de uma autarquia: capacidade de resposta, sentido prático e solidariedade efetiva.” -----

--- O Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** esclareceu que a intervenção do Senhor Deputado Municipal deveria ter sido feita no ponto “3.2 – *Apreciação da Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da Atividade e Situação Financeira do Município*”. -----

2.4 - DECLARAÇÕES DE ÂMBITO POLÍTICO E DE INTERESSE MUNICIPAL

--- Nos termos da alínea f) do n.º 1 do artigo 45.º do Regimento da Assembleia Municipal da Covilhã, foi concedida a palavra de acordo com a ordem estabelecida no referido Regimento aos seguintes Deputados Municipais: -----

- **Prof. Vítor Manuel Reis Silva (PCP)**: Após cumprimentar todos os presentes, iniciou dizendo que “o país foi afetado por uma sucessão de intempéries. No passado dia 28 de janeiro de 2026, as populações, designadamente do distrito de Leiria, foram profundamente afetadas pela tempestade *Kristin*. As intempéries que lhe sucederam agravaram os danos já existentes e geraram novos danos em vários distritos do país. -----

O Governo declarou a situação de calamidade na sequência dos danos causados pela tempestade *Kristin*, incluindo, e bem, o Concelho da Covilhã. As populações afetadas tanto pela tempestade como pela sucessão de intempéries enfrentam um momento extremamente difícil. As populações e autarquias ficaram demasiado tempo entregues a si próprias. Há ainda dezenas de milhares de famílias sem eletricidade, sem comunicações e sem água, para além dos danos provocados nas respetivas habitações. Numa situação excecional, as empresas dos setores de energia e telecomunicações revelaram-se incapazes de dar resposta às necessidades das populações. -----

Esta situação dá razão ao PCP que sempre afirmou que os setores estratégicos, entre eles o da energia e telecomunicações, deveriam manter-se públicos. A situação absolutamente excecional que as populações do país enfrentam exige assim medidas excecionais. Tal exige a mobilização de meios muito para lá do que o Governo fixou inicialmente e uma capacidade operacional no terreno que vença profundos constrangimentos a que a política de direita condenou o país. -----

O PCP apresentou um plano integrado de resposta aos impactos de tempestades que cobre todo o território nacional afetado, garantindo a proteção de salários e direitos aos trabalhadores, apoios e rendimentos às pequenas e médias empresas, agricultores e pescadores, garantindo a reconstrução de habitações, equipamentos e infraestruturas, bem como a reposição da capacidade produtiva do país, visando superar as insuficiências da resposta apresentada pelo Governo de

apenas 2,5 mil milhões €. O PCP propõe, nomeadamente, salários, direitos dos trabalhadores e apoios aos rendimentos, apoios à reconstrução de casas, escolas, equipamentos, infraestruturas e edifícios de serviços públicos e entidades sem fins lucrativos e o apoio à reposição da capacidade produtiva destruída. Queira assim a Assembleia da República aprovar estas medidas para em benefício das populações do nosso país.” -----

- **Francisco José das Neves Farias (CH)**, após cumprimentar todos os presentes, iniciou dizendo que “a passagem da depressão *Kristin* pelo território nacional constituiu um dos desafios meteorológicos mais exigentes da nossa história, deixando um rasto de destruição em habitações, vias rodoviárias, infraestruturas na rede elétrica, condutas de abastecimento de água e telecomunicações. Esta tormenta fez borbulhar o nosso território em situações de extrema vulnerabilidade. -----

Perante este cenário de adversidade, importa também enaltecer publicamente o trabalho hercúleo daqueles que, por dever e altruísmo, se colocaram na linha da frente para serem o nosso porto de abrigo e garantirem a nossa segurança, enquanto a chuva e o vento não nos davam tréguas. -----

Desta forma, o Grupo Municipal do Partido CHEGA vem por este meio expressar o seu profundo agradecimento a todos os voluntários e funcionários municipais, juntas de freguesia e associações locais que, com aquela coragem inextinguível, trabalharam de dia e de noite para repor a normalidade. -----

Queremos também dar uma palavra de conforto a todos os cidadãos e famílias afetadas pelos efeitos desta calamidade e queremos expressar a nossa total solidariedade e deixar uma palavra de esperança no futuro. -----

A tempestade passou, mas a nossa resiliência fica. Queremos pensar que todos sairemos mais fortes e mais preparados com este desastre natural. Esta foi uma prova de superação que ninguém gostaria de passar. Em tudo na vida existe sempre espaço para fazermos melhor em futuras calamidades como esta. Fenómenos naturais como este vão cada vez mais fazer parte regular da nossa vida. -----

Infelizmente, não temos retirado lições de acontecimentos similares a este. Preferimos optar por medidas reativas em vez de priorizarmos medidas preventivas. Exemplos: o tornado de dezembro de 2010; os fogos de 2017; o apagão de 2025; e agora a depressão *Kristin* que nos devem ser essenciais para transformação destas experiências em conhecimento prático e quero deixar aqui uma palavra – devem fomentar a cultura de prevenção sobre a reação. -----

Neste momento de tragédia, devemos ser responsáveis e não devemos fazer nenhum tipo de aproveitamento político. Contudo, como queremos dar respostas às pessoas que votaram em nós e como perguntar não ofende, tenho duas questões que gostaria de colocar ao Senhor Presidente da Câmara: -----

- 1.ª A Lei de Bases n.º 98/2021 obriga a que os municípios tenham planos municipais de ação climática. Pergunto se o Município tem este plano ativo e, se estiver ativo, que medidas preventivas foram elaboradas para mitigar os danos desta depressão; -----

2.^a Infelizmente, ao longo dos anos temos assistido a várias falhas do SIRESP. Pergunto: vamos adquirir sistemas de redundância, nomeadamente de comunicações via satélite como o Starlink, para o Município e para as freguesias para termos uma solução eficaz e garantir a qualidade das comunicações de emergência em zonas críticas e catástrofes.” -----

- **Enf.^a Vera Cristina Madeira Oliveira (CDS-PP)** saudou “todos os membros desta Assembleia e quem nos acompanha. É com sentido de responsabilidade que faço hoje a minha primeira intervenção neste Órgão, enquanto Deputada Municipal eleita pelo CDS e também enquanto profissional de saúde – duas dimensões que moldam a forma como olho para os desafios do nosso Concelho. -----

A Covilhã tem desafios estruturais que todos conhecemos. O envelhecimento da população, a solidão de muitos idosos, a dificuldade de acesso a cuidados de proximidade e a necessidade de fixar profissionais de saúde são realidades que não se resolvem apenas com discursos. Resolvem-se com ação concreta, com articulação institucional e com visão estratégica. -----

O Programa que apresentámos nestas eleições não fala de saúde como um tema isolado. Integra-a numa lógica mais ampla de comunidade, proximidade e dignidade. E é isso que gostaríamos de ver a Câmara colocar em andamento desde já. -----

Em primeiro lugar, precisamos de reforçar a rede de cuidados de proximidade, a reabilitação das infraestruturas de cuidados de saúde primários e o diálogo permanente com o ULS da Cova da Beira para captar e fixar profissionais. São medidas essenciais. Não estamos a falar de competências que sejam exclusivamente municipais, mas de liderança política local de criar condições, incentivos e parcerias para que a Covilhã seja um território onde médicos e outros profissionais queiram viver e trabalhar. -----

Em segundo lugar, devemos apostar numa visão preventiva da saúde. Isso significa investir em mobilidade, em espaços públicos de qualidade, em desporto para todos e em ambientes urbanos mais seguros e sustentáveis. Quando falamos em qualidade de vida, estamos também a falar em saúde pública. Uma cidade mais acessível, mais verde e mais ativa é uma cidade que cuida melhor das pessoas. E há ainda um ponto que considero decisivo: a articulação entre saúde, educação e inovação. A proximidade da Universidade da Beira Interior é uma oportunidade extraordinária para desenvolver projetos políticos, programas de literacia em saúde e iniciativas comunitárias que coloquem a Covilhã na linha da frente das políticas locais de bem-estar. -----

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados -----

O que hoje aqui deixamos não é uma lista de reivindicações avulsas. É um convite claro e exigente à Câmara Municipal para que assuma a saúde como um eixo transversal de governação, para que transforme propostas em calendários, compromissos em projetos e intenções em resultados visíveis para quem vive nas nossas freguesias. -----

Sabemos que governar é escolher e é precisamente por isso que defendemos que a escolha certa neste mandato é colocar as pessoas no centro e começar pelo essencial: cuidar de quem mais precisa; reforçar a proximidade dos serviços; e construir uma Covilhã mais humana, mais solidária e mais preparada para o futuro. -----

Da nossa parte, enquanto oposição, seremos exigentes. Estaremos disponíveis para colaborar quando o caminho for o certo, mas não deixaremos de apontar aquilo que falta fazer porque uma cidade que cuida bem da sua saúde coletiva é uma cidade que se torna mais justa, mais atrativa e mais forte.” -----

- **Dra. Ana Catarina Baptista Bernardino Trindade Branco (MIPP)**, após cumprimentar todos os presentes, iniciou solicitando ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal e aos Senhores Membros da Mesa que “os documentos de suporte aos pontos da Ordem de Trabalho nas próximas sessões sejam disponibilizados atempadamente, preferencialmente em simultâneo com a convocatória da Assembleia Municipal. Essa prática permitirá que todos os Deputados Municipais e os Senhores Presidentes de Junta exerçam plenamente as suas funções, analisando a documentação com a necessária antecedência e rigor. -----

Acresce que, existindo uma plataforma digital própria para o efeito, os documentos também deverão igualmente ser aí disponibilizados ao mesmo tempo da convocatória, garantindo transparência, organização e igualdade no acesso à informação. -----

Agora, quando falamos de estradas, não falamos apenas do pavimento. Falamos de segurança, mobilidade e dignidade no espaço público do nosso Concelho. A fragilidade das mesmas traduz-se em riscos reais para pessoas e bens. A população do nosso Concelho paga os seus impostos, licencia as suas habitações e contribui para a economia local, mas são vários os habitantes que, para chegarem às suas casas, não têm a estrada alcatroada, nem tão pouco iluminação. -----

Nos últimos meses, temos visto e ouvido na Comunicação Social relatos de cortes de estradas no Concelho devido a várias frentes de fogo, nomeadamente na Estrada Nacional 230 entre Unhais da Serra e as Pedras Lavradas, na Estrada Municipal 512 entre São Jorge da Beira e Silvares, vias essenciais que foram encerradas ou com trânsito com dificuldade por detritos e fumo intenso, colocando em causa a mobilidade e a resposta dos serviços de emergência. -----

Houve também interrupções devido a eventos climáticos severos, como a queda de neve que tem levado ao encerramento de acessos na Serra da Estrela e pontos altos da nossa rede rodoviária, situação que reforça a necessidade de infraestruturas mais resilientes ao clima. -----

Houve também deslizamentos de terras provocados pelas chuvas intensas, como o ocorrido recentemente nos Sete Capotes que obstruiu a via e exigiu intervenção imediata dos serviços municipais e bombeiros para restabelecer a circulação. -----

Estes são exemplos que demonstram que o problema das estradas não é apenas estético ou de incómodo pontual. Tem impacto direto na segurança, no tempo de resposta das forças de socorro, no acesso a serviços de saúde e no dia-a-dia de quem trabalha e estuda no Concelho da Covilhã. Não pode e não deve ser tratado como mais um ponto no plano de obras. E quando falamos de estado de calamidade, com a Câmara ainda a contabilizar os estragos provocados pelo mau tempo e com ocorrências contínuas nas nossas estradas, encostas e muros, assim a calamidade também expôs as fragilidades estruturais que já vinham de trás. -----

Infelizmente, fomos assolados por diversas tempestades e foi decretado o estado de calamidade no concelho. Diz o artigo 53.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro – Regime Financeiro das

Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais – que o limite da dívida total de operações orçamentais pode ser excecionalmente ultrapassado pelo período máximo de dez anos. Mas, dado ao estado em que o concelho sobrevive, poderemos aplicar a exceção que nos concede este artigo para melhorarmos o estado das nossas vias. -----

Portanto, para além de relatar o problema, propomos que o Executivo Municipal: -----

- Nos esclareça com datas e cronogramas concretos sobre as fases para cada intervenção, com uma avaliação técnico-estrutural detalhada com a identificação e a classificação por nível de risco de cada troço considerado problemático; -----
- Que exista um estudo de soluções alternativas de drenagem, reforço de taludes, ampliação de secções, pavimentação melhorada ou proteção contra eventos extremos; -----
- Que haja um projeto técnico aprovado e calendarizado, com os prazos definidos para cada fase e com os seus custos estimados; -----
- Consignação e início das obras com datas concretas para o início de intervenção nas estradas consideradas mais críticas; -----
- E, claro, a monitorização contínua e manutenção regular com relatórios públicos trimestrais sobre o estado de cada estrada. -----

Que fique para memória futura estas intervenções de fundo e a sua recuperação. Ela vai demorar pelo menos um ano. Por isso, é urgente solucionar este problema que é de todos. Os municípios não querem promessas vagas. Querem calendários claros, prioridades definidas e prazos cumpridos porque cada dia que passa sem intervenção é um dia em que se arriscam vidas e bens.

Este não é apenas uma solicitação. É uma exigência de responsabilidade, transparência e, acima de tudo, de respeito pelos municípios.” -----

- **Dra. Leonor Cristina Adriano Lopes Cipriano (PSD)**, após cumprimentar todos os presentes, expressou, “em nome da bancada do PSD da Assembleia Municipal da Covilhã, a nossa profunda solidariedade com todos os concelhos que foram duramente assolados pela tempestade *Kristin*. Esta catástrofe natural deixou um rasto de destruição em diversas regiões do nosso país, afetando famílias, comunidades e infraestruturas essenciais. -----

Da mesma forma, manifestamos a nossa solidariedade com o nosso próprio Concelho da Covilhã que tem vindo a ser repetidamente fustigado por adversidades naturais, desde os devastadores incêndios até às fortes chuvas que levaram a várias derrocadas de muros e abatimentos de algumas vias de comunicação. A resiliência do nosso Povo é admirável, mas é imperativo que continuemos a investir em medidas de prevenção e adaptação para proteger o nosso território e as nossas gentes. -----

Deixamos uma palavra de profundo agradecimento pela solidariedade e resiliência demonstradas por um grande número de cidadãos, empresas e IPSS durante estes últimos episódios. O vosso empenho, generosidade e espírito de entreajuda foram fundamentais para mitigar os impactos e apoiar os mais vulneráveis. -----

A par destes, queremos também agradecer o bom desempenho e profissionalismo dos serviços municipais, das Juntas de Freguesia, da Proteção Civil, da PSP, da GNR e dos Bombeiros. O vosso trabalho incansável, muitas vezes em condições extremas, salvou vidas e minimizou danos. São exemplos de dedicação ao serviço público que merecem o nosso reconhecimento e aplauso. -----

Por outro lado, a nossa bancada continua profundamente preocupada com a deficiência da iluminação que persiste na nossa cidade, nomeadamente nos locais onde existem passadeiras. Esta situação é de urgente resolução, pois coloca em risco a segurança dos transeuntes e pode contribuir para acidentes graves que colhem vidas. Apelamos ao Executivo Municipal que priorize esta matéria com ações concretas e imediatas, de modo a garantir uma iluminação pública adequada e segura em toda a cidade e freguesias. -----

Agradecia agora aos serviços técnicos que pudessem passar aqui um pequeno extrato que eu pedi” - (vídeo de intervenção do Deputado Parlamentar José Luís Carneiro no qual disse ter tido auscultado autarcas, tendo tido conhecimento que o Senhor Presidente da Câmara da Covilhã aguardava pela assinatura dos Contratos-Programa relativos aos prejuízos dos incêndios de 2025.

“Fiquei perplexa e fui questionar e perceber por que seria que o Governo ainda não tinha assinado o contrato-programa com a Covilhã. Eis a resposta que recebi: a 26 de setembro de 2025 foram assinados 88 contratos-programa para apoio aos 58 municípios mais afetados pelos incêndios de 2025, no valor total de cerca de 7 milhões €. Neste âmbito, foram celebrados dois contratos-programa com o Município da Covilhã, no valor total de 574.000 €, já pagos 287.000 €, ou seja, 50% do montante global. Por que será, Senhor Presidente da Câmara, que fez uma queixa que não corresponde à verdade? O Município já recebeu metade do valor previsto. Gostaria que nos fosse explicado onde foram aplicados estes 50% do montante global já recebidos. -----

A transparência na aplicação destes fundos é essencial para a confiança dos Covilhanenses e para que possamos avaliar a eficácia das medidas implementadas. Exigimos esclarecimentos públicos e detalhados sobre a execução destas verbas, nomeadamente as intervenções realizadas na floresta, nos recursos hídricos e outras ações de emergência pós-incêndios. -----

Cem dias de governação já passaram. A população não precisa de um novo pacote de promessas. Precisa de respostas claras e concretas, o que já está decidido e o que está efetivamente a avançar e em que data chega ao terreno. Precisa de prioridades assumidas publicamente, com prazos definidos. Sem esta clareza, o Concelho continua preso ao mesmo ciclo conhecido: muitas palavras, poucas obras concretas e a perceção de que os problemas, que ficam sempre adiados, mantêm-se.” -----

- **Doutor Nuno Jorge Cardona Fazenda de Almeida (PS):** Após cumprimentar todos os presentes, iniciou falando sobre “dois momentos que marcaram de forma muito significativa, do ponto de vista político e mediático, desde a última Assembleia Municipal até ao dia de hoje. -----

Um primeiro momento foi a eleição do novo Presidente da República Portuguesa que tem tomada de posse marcada para o dia 9 de março na Assembleia da República. Foi uma vitória expressiva, na qual o candidato António José Seguro obteve a maior votação de sempre e venceu, por isso, o humanismo, a democracia e também os valores de Abril. Também aqui, a partir do distrito de Castelo Branco e na Covilhã, foi atribuído uma votação muito expressiva, contribuindo para aquilo

que é o Presidente de todos os portugueses. Por isso, o Grupo Municipal do Partido Socialista apresenta aqui um voto de saudação, de sucessos e de felicidades para o novo Presidente eleito, que é o Presidente de todos os portugueses. -----

O segundo momento diz respeito ao que aqui já foi abordado: às tempestades que afetaram o nosso país e que culminou mesmo num estado de calamidade. Nesse propósito, também o Grupo Municipal do Partido Socialista aqui se associa, apresentando um voto de pesar e solidariedade não só para com as famílias das vítimas mortais, mas também para com todos aqueles que foram afetados por estas tempestades, por esta tragédia natural que afetou vários territórios, incluindo a Beira Baixa e também o Concelho da Covilhã. -----

Expressando a nossa solidariedade, também aqui cabe fazer a avaliação política e o escrutínio democrático relativamente àquilo que foi a gestão desta crise. Nesta avaliação política, há dois momentos que cabe analisar. -----

Em primeiro lugar, no que diz respeito à prevenção e às respostas de urgência. Neste capítulo, nenhum governo, nenhum poder público evidentemente se pode pedir que pare o vento com as mãos. Mas um governo pode e deve planear; pode e deve prevenir. A verdade, que esteve à vista de todos, é que o Governo falhou na prevenção e nas respostas à urgência das populações porque o IPMA alertou e o Governo desvalorizou aquilo que foram os alertas do IPMA e da Proteção Civil.

Vamos aos factos. Só três dias após a tempestade *Kristin* é que a então Senhora Ministra da Administração Interna prestou declarações ao país. Só cinco dias depois da tempestade *Kristin* é que reúne a Comissão Nacional de Emergência e Proteção Civil que é, aliás, presidida pelo Senhor Primeiro-Ministro. Este não é um órgão qualquer. É um órgão precisamente para preparar, disponibilizar e mobilizar todos os meios para fazer face à crise num enorme significado e esta Comissão apenas reuniu cinco dias depois, o que diz bem da forma como foi desvalorizada esta crise. -----

Por isso, assistimos a episódios de mais uma vez as populações entregues a si próprias e às forças locais de proteção civil, aos bombeiros no terreno a ajudarem as populações. Foi mais uma vez graças a eles que importa aqui também saudar e felicitar as forças locais que puderam ajudar as nossas populações. -----

Mas a verdade é que se houve falhas evidentes naquilo que diz respeito à resposta e à urgência, vamos agora analisar as respostas que entretanto o Governo da República apresentou ao país. Desde logo, aquilo que foi o pacote de medidas apresentadas ficam manifestamente aquém das necessidades das populações. No caso das empresas, aquilo que lhes é oferecido é dívida, isto é, perante empresas que foram assoladas por uma tragédia, que viram os seus estabelecimentos comerciais ou fábricas ou pavilhões destruídos, aquilo que o Governo vem propor e apresentar são linhas de crédito que é como quem diz: “aqui têm dívida, aqui têm empréstimos para fazer face a estas tragédias.” -----

Pois não é isso que defendemos. O que defendemos, como já foi feito no passado e em outras crises, é atribuições a fundo perdido, como de resto foi feito noutras ocasiões. Eu próprio, noutras funções, perante outras crises de cheias ou incêndios, mobilizei instrumentos de apoio a fundo

perdido para apoio ao turismo e ao comércio e é assim que deve ser feito para apoiar quem foi muito atingido. -----

Essas medidas estão muito aquém das necessidades, mas o Governo, perante a incapacidade de fazer respostas concretas, apresenta-nos um plano chamado PTRR. Já todos tivemos a oportunidade de ver ou, pelo menos, de ouvir algo sobre esse plano e aquilo que se constata é que é um total vazio. É um Plano que não elenca prioridades, que não tem orçamento, que não tem calendário, que não diz quem faz o quê e quando faz. Ora, isto é um total vazio. É, aliás, um número de ilusão que, no fundo, tenta confundir aquilo que são as populações. O que tem que ser dado são respostas imediatas às populações que foram atingidas e têm que cumprir com os planos que existem. Sim, o Governo herdou um conjunto de planos que demoraram um, dois, três anos a serem elaborados pelo país: o Plano Nacional de Energia e Clima, o Plano Nacional de Ordenamento do Território, vários planos de gestão das águas que estão em vigor. Foram planos que foram construídos com a academia, com a ciência, com o setor empresarial, com as entidades públicas que têm ciência e têm tempo. Esses planos é que têm de ser concretizados porque são planos que contribuem para a resiliência e para a competitividade do país e não é propor um novo plano adiando aquilo que são os problemas. -----

Mas também o Governo tem que cumprir com o país, com a região e com o Concelho da Covilhã. Sim. Não nos podemos esquecer que tivemos incêndios que atingiram muito o nosso território, que foram mobilizados apoios de imediato na altura quando a Serra da Estrela foi atingida. Foram mobilizados 200 milhões € de apoio imediato para a região. Aqui mesmo, no Município da Covilhã, passado poucas semanas, foram assinados contratos na ordem dos 8,9 milhões € para apoiar a Serra da Estrela. Foram apoios imediatos e foi elaborado, como o tempo do planeamento assim o exige, um Plano para a Revitalização da Serra da Estrela. Ora, esse Plano continua na gaveta há quase dois anos e por isso todos os que aqui estamos devemos pugnar pela implementação concreta desse Plano para a Revitalização da Serra da Estrela. -----

Mas sim, também o Governo tem que cumprir aquilo que são os apoios decorrentes dos incêndios de 2025. Quem fala com os empresários, com as juntas de freguesia, com as populações, há muita gente ainda que não recebeu os apoios de os incêndios de 2025 e estou certo que o Senhor Presidente da Câmara Municipal poderá aqui também ainda reforçar precisamente que há ainda apoios que estão por mobilizar por parte do Governo para o Concelho da Covilhã. -----

E também agora em 2026. Os apoios já foram disponibilizados, já foram apresentados, mas a verdade é que, no diálogo que fazemos com as forças locais, os apoios tardam ainda a chegar. Tardam a chegar e não são aqueles que são necessários para as populações. Por isso é importante que também esta Assembleia Municipal faça o escrutínio dos instrumentos e dos apoios que são enunciados, mas que depois não chegam ao terreno. Esse é também um trabalho que compete aos deputados municipais.” -----

2.5 - APRESENTAÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DE PROPOSTAS DE DELIBERAÇÃO

--- Nos termos das alíneas d) e e) do n.º 1 do artigo 45.º do Regimento da Assembleia Municipal da Covilhã, foram apresentadas, discutidas e votadas as seguintes propostas de deliberação: -----

--- Os Grupos Municipais do **MIPP, CDS-PP** e do **PSD** associaram-se às propostas de Voto de Pesar e de Louvor. -----

2.5.1 – Voto de Pesar pelo falecimento do Senhor Apolinário Pombo Marques Correia -----

“Apolinário Pombo Marques Correia, residente no Tortosendo, faleceu em 13 de Fevereiro de 2026, com 92 anos. -----

Foi membro do movimento dos agricultores e rendeiros. -----

Foi delegado sindical do Sindicato Têxtil da Beira Baixa. -----

Foi participante ativo na autogestão da empresa têxtil Eurocarlão, Lda. -----

Foi um combatente pela liberdade, pelos trabalhadores, pela igualdade, pela transformação da sociedade velha noutra sem exploração do homem pelo homem, com mais justiça social e pelo seu Tortosendo. -----

Os membros do Grupo Municipal do PCP propõem que a Assembleia Municipal reunida, hoje, dia 23 de fevereiro, delibere, aprovar um voto de pesar e apresentar as sentidas condolências à família enlutada e a todos os que sentem profundamente a sua ausência.” (Doc.01 proposto pelo Grupo Municipal do PCP) -----

--- Não havendo intervenções e colocado à votação, o presente **Voto de Pesar pelo falecimento do Senhor Apolinário Pombo Marques Correia** foi **aprovado por unanimidade**. -----

2.5.2 – Voto de Pesar pelo Falecimento do Escultor Francisco Simões -----

“Faleceu o escultor Francisco Simões, aos 79 anos de idade, em 16 de janeiro de 2026. -----

Segundo a Sociedade Nacional de Belas Artes -----

“Conhecido sobretudo pela sua obra em escultura de espaço público, destacou-se, entre outros trabalhos, pela criação das 20 estátuas de poetas para o Parque dos Poetas, em Oeiras, num projeto de 2003 idealizado pelo próprio juntamente com David Mourão-Ferreira. -----

É também autor da obra Mulheres de Lisboa, instalada em 1994 na estação do Metro de Lisboa, dedicada à história local e concebida como homenagem às vendedeiras lisboetas e à tourada, na qual utilizou diversos mármore portugueses. Da sua autoria, são ainda os bustos de Vieira da Silva e Árpád Szenes, na estação do Rato. -----

A tradição escultórica da Escola de Mafra constitui uma referência na sua obra. Francisco Simões iniciou a sua formação na Escola de Artes Decorativas António Arroio, trabalhou posteriormente como designer gráfico com o pintor Mário Costa e foi bolseiro da OCDE em Itália, bem como bolseiro

no Museu do Louvre. Desenvolveu uma ampla experiência pedagógica, enquanto professor, diretor escolar e consultor, e teve igualmente intervenção cívica e autárquica.” -----

Em dezembro de 1976, nas primeiras eleições autárquicas em democracia, foi eleito vereador nas listas da FEPU – Frente Eleitoral Povo Unido, tendo exercido funções no executivo presidido por José Martins Vieira. Após um mandato como vereador, abandonou a política ativa em 1980 e dedicou-se à escultura e ao ensino, mantendo-se membro do PCP e apoiante da CDU. -----

Na Covilhã teve intervenção artística com a produção de três estátuas que se encontram no espaço público da cidade, nomeadamente a de Pêro da Covilhã, a do Rei D. Luís na Praça do Município e de homenagem à mãe no Jardim Público. -----

Os membros do Grupo Municipal do PCP propõem que a Assembleia Municipal reunida, hoje, dia 23 de fevereiro, delibere, aprovar um voto de pesar e apresentar as sentidas condolências à família enlutada e a todos os que sentem profundamente a sua ausência.” (Doc.02 proposto pelo Grupo Municipal do PCP) -----

--- Não havendo intervenções e colocado à votação, o presente **Voto de Pesar pelo Falecimento do Escultor Francisco Simões** foi **aprovado por unanimidade.** -----

--- Foi feita a seguinte **Declaração de Voto:** -----

- **Prof. Vítor Manuel Reis Silva (PCP):** “Em jeito de declaração de voto, tive a oportunidade de visitar e revisitar, no fundo, as obras do escultor Francisco Simões na nossa cidade, principalmente as três que refiro na proposta do voto de pesar e verifico que no Pelourinho se encontra, no placard descritivo, a identificação do autor daquela obra. O mesmo não acontece, digamos, na estátua do Dom Luís e na estátua de homenagem à mãe no Jardim Público. Recomendaria ao Senhor Presidente da Câmara e aos serviços que é de justiça elementar identificar a obra de quem a realiza.” -----

2.5.3 – Voto de Pesar pelo Falecimento da Senhora Laura Cruz -----

“Natural do Tortosendo, Laura Cruz desenvolveu na Covilhã grande parte do seu percurso artístico, tendo sido um dos membros fundadores do Atelier “Formas e Cores de Terra”, espaço de referência na dinamização da cerâmica artística e cultural da cidade, onde desempenhou um papel relevante através da organização e participação em workshops, ateliers, exposições e múltiplas iniciativas em colaboração com entidades públicas e privadas. -----

Ao longo da sua carreira, participou em diversas exposições individuais e coletivas, em relevantes espaços culturais locais, nacionais e internacionais. Destaca-se a sua colaboração ativa na Galeria António Lopes, no Museu de Lanifícios da UBI - Tinturaria, na Biblioteca Municipal da Covilhã, no Museu de Arte Sacra, e no Museu da Covilhã. A sua obra integra a coleção permanente do Museu de Arte Sacra, onde se encontra patente a peça “Fonte de Vida”, testemunho duradouro do seu talento e da sua dedicação à arte. -----

A sua criação distinguiu-se por uma linguagem contemporânea, sensível e profundamente pessoal, aliando rigor técnico, respeito pela matéria e uma forte ligação ao território. Para além do seu trabalho artístico, destacou-se pela generosidade na partilha de conhecimento e pelo impacto humano e inspirador junto da comunidade. -----

A sua participação em encontros e mostras de cerâmica artística de âmbito nacional e internacional contribuiu para afirmar o nome da Covilhã no panorama artístico, projetando a identidade do território através da sua criação. -----

O falecimento de Laura Cruz representa uma perda significativa para a vida cultural da Covilhã, permanecendo viva na memória coletiva através da sua obra e do legado que deixou à cidade e às gerações futuras. -----

Como expressão de reconhecimento e gratidão, a Assembleia Municipal da Covilhã, reunida a 23 de fevereiro de 2026, expressa o seu profundo pesar pelo falecimento da Senhora Laura Cruz e endereça à família, amigos, e comunidade artística, sentidas condolências.” (Doc.03 proposto pelo Grupo Municipal do PS) -----

--- Não havendo intervenções e colocado à votação, o presente **Voto de Pesar pelo Falecimento da Senhora Laura Cruz** foi **aprovado por unanimidade**. -----

2.5.4 – Voto de Pesar pelo Falecimento do Senhor Professor Fernando Bernardo Panarra -----

“Faleceu, no passado mês de janeiro, o Senhor Fernando Panarra, Professor de Ciências Naturais na Escola Frei Heitor Pinto (Liceu da Covilhã) e Presidente do Conselho Diretivo entre 1980 e 1984.

Distinguiu-se por uma dedicação extrema ao ensino e à escola pública, deixando uma marca indelével na vida do antigo Liceu da Covilhã e na formação de várias gerações de covilhanenses. O seu exemplo, pautado pela inteligência, profissionalismo, amizade e generosidade, constituiu uma referência do ensino na Covilhã. -----

Foi ainda uma das 24 individualidades que instituíram a fundação Pêro da Covilhã, em 1991, com o objetivo de realizar e apoiar iniciativas destinadas a fomentar e promover o desenvolvimento sociocultural do concelho da Covilhã. -----

A sua vida foi marcada pelo compromisso com a educação, pela dedicação e pela generosidade em partilhar conhecimento, deixando uma contribuição inestimável para a comunidade e sociedade covilhanense. -----

Assim, a Assembleia Municipal da Covilhã expressa à família enlutada, amigos, colegas e instituições com as quais o Professor Fernando Panarra colaborou, as mais sentidas condolências e o mais profundo reconhecimento.” (Doc.04 proposto pelo Grupo Municipal do PS) -----

--- Não havendo intervenções e colocado à votação, o presente **Voto de Pesar pelo Falecimento do Senhor Professor Fernando Bernardo Panarra** foi **aprovado por unanimidade**. -----

2.5.5 – Voto de Pesar pelo Falecimento do Senhor Luís António dos Santos Torrão -----

“O Grupo Municipal do Partido Socialista na Assembleia Municipal da Covilhã manifesta o seu profundo pesar pelo falecimento de Luís António dos Santos Torrão, 83 anos, ocorrido em 19 de fevereiro de 2026, covilhanense de reconhecido mérito e ação em prol do desporto e associativismo no concelho da Covilhã. -----

Luís Torrão foi chefe de departamento de futebol profissional no Sporting Clube da Covilhã, nos anos oitenta e início dos noventa, tendo também presidido, durante duas décadas, ao Clube Desportivo da Covilhã. -----

Pelo seu contributo em prol da comunidade Covilhanense, apresentamos este voto de pesar a título de reconhecimento. Do teor deste voto será dado conhecimento aos familiares.” (Doc.05 proposto pelo Grupo Municipal do PS) -----

--- Não havendo intervenções e colocado à votação, o presente **Voto de Pesar pelo Falecimento do Senhor Luís António dos Santos Torrão** foi **aprovado por unanimidade**. -----

2.5.6 – Voto de Pesar pelo Falecimento do Senhor Francisco José Fazenda Meruje -----

“O Grupo Municipal do Partido Socialista na Assembleia Municipal da Covilhã manifesta o seu profundo pesar pelo falecimento de Francisco José Fazenda Meruje, 81 anos, ocorrido em 26 de janeiro de 2026, covilhanense de reconhecido mérito e ação em prol da comunidade do associativismo no concelho da Covilhã. -----

Francisco Meruje foi presidente e dirigente do Grupo Educação e Recreio Campos Melo, lembrado pelo seu contributo e dedicação ao associativismo. -----

Pelo seu contributo em prol da comunidade Covilhanense, apresentamos este voto de pesar a título de reconhecimento. Do teor deste voto será dado conhecimento aos seus familiares.” (Doc.06 proposto pelo Grupo Municipal do PS) -----

--- Não havendo intervenções e colocado à votação, o presente **Voto de Pesar pelo Falecimento do Senhor Francisco José Fazenda Meruje** foi **aprovado por unanimidade**. -----

2.5.7 – Voto de Pesar e de Solidariedade às vítimas das tempestades ocorridas -----

*“Portugal enfrenta, desde 28 de janeiro de 2026, uma catástrofe meteorológica sem precedentes na sua história recente. A sucessão implacável das depressões **Kristin, Leonardo e Marta** mergulhou o país num estado de emergência nacional, deixando um rasto de destruição. -----*

Com quase duas dezenas de vítimas mortais confirmadas, inúmeros feridos e centenas de cidadãos desalojados, o impacto destas intempéries transcende os danos materiais: atingiu comunidades, destruiu o sustento de famílias e paralisou infraestruturas críticas. -----

Perante este cenário de exceção, é imperativo manifestarmos o nosso pesar, a nossa solidariedade para com os territórios afetados pela recente calamidade natural, mas também enaltecer a abnegação, a prontidão, e o espírito de serviço público demonstrados pela Proteção Civil, Bombeiros, Forças de Segurança, Equipas Municipais, Autarquias e Juntas de Freguesia que garantiram o socorro e a salvaguarda de vidas e bens. -----

*Neste contexto, a **Assembleia Municipal da Covilhã**, reunida a 23 de fevereiro de 2026, delibera: -*

***Votar o mais profundo pesar** pelo falecimento das vítimas das tempestades, endereçando às comunidades afetadas e às famílias enlutadas as mais sentidas condolências. -----*

***Manifestar total solidariedade** para com os territórios afetados e a todos os cidadãos que sofreram perdas severas.*

***Guardar um minuto de silêncio** em memória das vítimas.” (Doc.07 proposto pelo Grupo Municipal do PS) -----*

*--- Não havendo intervenções e colocado à votação, o presente **Voto de Pesar e de Solidariedade às vítimas das tempestades ocorridas** foi **aprovado por unanimidade**. -----*

2.5.8 – Voto de Saudação – Dia Internacional da Mulher – 8 de março -----

“Dia Internacional da Mulher – 8 de Março -----

Um dia incontornável no caminho de uma sociedade justa, livre de desigualdades e discriminações -----

O Dia Internacional da Mulher está historicamente ligado à luta das mulheres trabalhadoras pela sua emancipação política, económica, social e cultural. -----

Ao longo de mais de um século, desde a aprovação, em Copenhaga no ano de 1910, durante a 2.ª Conferência Internacional de Mulheres, de um Dia Internacional da Mulher, são inúmeros os exemplos em que este dia se eleva como manifestação e luta pelas mais justas aspirações das mulheres de todo o mundo, um dia de ação das mulheres pelos seus direitos próprios e contra todas as formas de discriminação. -----

Os objetivos que estiveram na origem da instituição do Dia Internacional da Mulher mantêm-se, infelizmente, atuais: a sociedade em que vivemos é marcada pelo triunfo de desigualdades, pela gigantesca desproporção entre os poucos detentores da riqueza e os muitos milhões de homens,

mulheres e crianças que nada têm. Milhões de mulheres no mundo não têm garantida a sua sobrevivência nem a das suas crianças. São as primeiras vítimas dos conflitos armados e das guerras. -----

O 8 de Março assume-se também pelo facto, de transportar para o tempo presente, um património histórico de luta das mulheres pela sua emancipação, com reivindicações específicas, que constitui um fator de enriquecimento de uma luta comum a homens e mulheres pela transformação social. Trata-se de uma data histórica, mas essencialmente, é um dia para assinalar uma luta que é de todos (mulheres e homens) e de todos os dias. -----

O poder local democrático tem assumido um importante papel no assinalar desta data desde as primeiras comemorações do 8 de Março em liberdade, em 1975. -----

O poder local pode ter, se para tal houver sensibilidade, especial relevo na promoção dos valores da igualdade de direitos das mulheres, ancorados nos valores de Abril e nos princípios e direitos consagrados na Constituição da República Portuguesa. -----

Nas suas esferas de competência, as autarquias ... algumas delas..., têm tido um papel importante, na promoção dos direitos das mulheres, na valorização da sua participação como parte integrante da vida e história locais. Ainda que muito haja, todavia, a fazer noutros e no nosso município. -----

Assim... -----

Neste órgão autárquico, queremos saudar as mulheres portuguesas e em particular as que vivem, trabalham e estudam no concelho da Covilhã. -----

A Assembleia Municipal da Covilhã, reunida a 23 de fevereiro de 2026, saúda, principalmente as mulheres, mas também aos homens, para que, com a sua determinação, coragem e confiança no futuro, participem nas iniciativas do Dia Internacional da Mulher.” (Doc.08 proposto pelo Grupo Municipal do PCP) -----

*--- Não havendo intervenções e colocado à votação, o presente **Voto de Saudação – Dia Internacional da Mulher – 8 de março** foi **aprovado por unanimidade**. -----*

2.5.9 – Voto de Saudação – 80.º aniversário do Jornal do Fundão -----

“A Bancada do PSD da Assembleia Municipal da Covilhã saúda o Jornal do Fundão pelo seu 80.º aniversário, assinalado a 27 de janeiro de 2026. -----

Fundado a 27 de janeiro de 1946 por António Paulouro (1915-2002), o Jornal do Fundão nasceu no coração da Beira Interior, em plena ditadura do Estado Novo, num contexto de forte censura e limitações à liberdade de expressão. Apesar das adversidades do regime de Salazar e, posteriormente, de Marcelo Caetano, o semanário afirmou-se desde o primeiro número como um projeto de afirmação regional, comprometido com a verdade jornalística e com os valores de solidariedade e proximidade. -----

Ao longo de oito décadas, o jornal resistiu e destacou-se pela sua independência. Em 1965, num dos episódios mais emblemáticos da repressão à imprensa durante o Estado Novo, foi suspenso por seis meses pela censura e vigilância da PIDE, o que demonstra o seu papel incómodo e corajoso como voz crítica e defensora da liberdade. Após o 25 de Abril de 1974, continuou a ser uma referência no jornalismo de causas, sempre “ao lado dos que trabalham e dos que sofrem”, conforme a linha fundadora de António Paulouro. -----

O título manteve-se em atividade contínua, passando a direção para Fernando Paulouro Neves (1947-2025), sobrinho do fundador, que o dirigiu durante décadas até 2012, consolidando o seu carácter de bastião da liberdade e da informação no interior do país. Hoje, o Jornal do Fundão é distinguido com o grau de Membro-Honorário da Ordem do Infante D. Henrique e permanece um exemplo vivo de persistência do jornalismo regional independente. -----

Em tempos de profundas transformações nos media e de desafios ao interior de Portugal, a longevidade e a qualidade do Jornal do Fundão — com edições especiais comemorativas, como a primeira página artística de 2026 da autoria do arquiteto José Manuel Castanheira — reforçam o seu papel indispensável na promoção da cultura, do património, da identidade beirã e no combate ao isolamento informativo. -----

Assim, a Bancada do PSD da Assembleia da Municipal -----

Felicita calorosamente o Jornal do Fundão pelos 80 anos de existência ininterrupta e de serviço à comunidade desde 27 de janeiro de 1946; -----

Deseja ao Jornal do Fundão muitos mais anos de sucesso, rigor jornalístico, independência e relevância no panorama mediático nacional, como exemplo de jornalismo de proximidade e de causas.” (Doc.09 proposto pelo Grupo Municipal do PSD) -----

--- Não havendo intervenções e colocado à votação, o presente **Voto de Saudação – 80.º aniversário do Jornal do Fundão** foi **aprovado por unanimidade**. -----

2.5.10 – Voto de Louvor aos Bombeiros da Covilhã -----

“O Grupo Municipal do **CHEGA Covilhã**, no uso das competências previstas no Regimento da **Assembleia Municipal da Covilhã**, propõe a aprovação de um Voto de Louvor aos **Bombeiros da Covilhã**, em reconhecimento pelo elevado profissionalismo, coragem e espírito de missão demonstrados no apoio prestado às populações afetadas pelas recentes tempestades e situações de catástrofe. -----

Num contexto de enorme adversidade, marcado por condições meteorológicas extremas, destruição de infraestruturas e sofrimento de inúmeras populações, os Bombeiros da Covilhã estiveram, uma vez mais, à altura dos mais elevados valores de serviço público. Com prontidão, dedicação e sentido de dever, deslocaram-se para apoiar as regiões afetadas, salvaguardando vidas, protegendo bens e prestando auxílio humanitário às comunidades em dificuldade. -----

A sua ação exemplar constitui motivo de orgulho para o concelho da Covilhã e para todo o país, demonstrando que o voluntariado e a missão dos bombeiros portugueses permanecem como um dos pilares fundamentais da solidariedade nacional. -----

Assim, o Grupo Municipal do CHEGA Covilhã propõe que esta Assembleia Municipal aprove o presente Voto de Louvor, reconhecendo publicamente o mérito, a bravura e o altruísmo dos Bombeiros da Covilhã, com voto de gratidão e apreço, solicitando ainda que o mesmo seja comunicado à corporação e tornado público nos meios institucionais do Município.” (Doc.10 proposto pelo Grupo Municipal do CHEGA) -----

--- Foi concedida a palavra à Senhora **Eng.ª Catarina Sofia Mendes Oliveira Ramos Mendes (PS)** que questionou se “este voto é dirigido exclusivamente aos Bombeiros da Covilhã. Pela intervenção que o próprio CHEGA fez na intervenção política, faz referência a outras entidades que eventualmente poderão estar ou poderão ser abrangidas neste voto de louvor. Parece-me fazer mais sentido e ser mais inclusivo, nomeadamente as Juntas de Freguesia, GNR, PSP, Proteção Civil, ... e, portanto, deixaria à consideração de incluirmos estas entidades no voto de louvor”, tendo o Senhor **Prof. Amadeu Luís Pinto Fragas Alberto (CHEGA)** respondido que concordava com a inclusão proposta.” -----

Colocado à votação, o presente **Voto de Louvor aos Bombeiros da Covilhã, Juntas de Freguesia, GNR, PSP e Proteção Civil** foi **aprovado por unanimidade.** -----

2.5.11 – Voto de Louvor – Rodrigo Santos -----

“A Assembleia Municipal da Covilhã, reunida em sessão plenária, expressa o seu profundo reconhecimento e louvor ao aluno Rodrigo Santos, do 9.º ano da Escola Secundária Campos Melo, pela criação do projeto StudentPlus, uma iniciativa educativa com bastante impacto junto da comunidade estudantil. -----

Destinado a alunos do 7.º ao 12.º ano, o projeto StudentPlus reunia já, em janeiro, cerca de 500 estudantes de todo o país, afirmando-se com uma plataforma de apoio ao estudo que promove acesso facilitado a recursos educativos de qualidade. Criado em outubro de 2025, a partir da experiência pessoal do Rodrigo enquanto estudante, o projeto nasceu da identificação de dificuldades que alguns amigos lhe transmitiam na resolução de dúvidas e na prática de exercícios, surgindo como instrumento de trabalho facilitador, com ajuda rápida e de qualidade. -----

Com a criação do site, os alunos têm acesso a testes de preparação, fichas de trabalho, resumos, apresentações, soluções de manuais e apoio personalizado, tornando a aprendizagem mais acessível. A dinamização de grupos de apoio, através de plataformas digitais como o WhatsApp, permite a resolução rápida de dúvidas num ambiente colaborativo e seguro entre estudantes. -----

Este projeto representa não apenas uma ferramenta de apoio académico, mas também um exemplo inspirador de cidadania ativa, liderança juvenil e utilização responsável da tecnologia ao serviço da educação. -----

Assim, os abaixo-assinados propõem que a Assembleia Municipal, reunida hoje, dia 23 de fevereiro de 2026, delibere aprovar este voto de louvor, reconhecendo o mérito, a dedicação e o impacto positivo desta iniciativa, atribuindo-o ao aluno Rodrigo Santos, como forma de enaltecer o seu contributo exemplar para a comunidade educativa e de incentivar a continuidade do seu percurso de excelência e inovação.” (Doc.11 proposto pelo Grupo Municipal do PSD) -----

--- Não havendo intervenções e colocado à votação, o presente **Voto de Louvor – Rodrigo Santos** foi **aprovado por unanimidade**. -----

2.5.12 – Voto de Louvor – Representação do Distrito de Castelo Branco nos órgãos sociais da Associação Nacional de Freguesias (ANAFRE) -----

“A Assembleia Municipal da Covilhã, reunida em sessão plenária, expressa o seu profundo reconhecimento e louvor à representação das freguesias e uniões de freguesias do distrito de Castelo Branco, em especial, às freguesias e uniões de freguesias do concelho da Covilhã, pela maior presença de sempre nos órgãos sociais da Associação Nacional de Freguesias (ANAFRE), na sequência das eleições realizadas durante o Conselho Geral de Associações, que decorreu em Portimão. -----

Este resultado histórico constitui um reconhecimento do trabalho desenvolvido ao longo dos últimos quatro anos pela estrutura distrital da ANAFRE, sob a coordenação de Rui Amaro, refletindo a capacidade de intervenção, mobilização e afirmação das freguesias da região no plano nacional.

A Assembleia Municipal por proposta da bancada municipal do Partido Social Democrata (PSD) destaca, a eleição como membros efetivos do Conselho Geral da ANAFRE entre outras, a Freguesia do Peso e União de Freguesias da Covilhã e Canhoso, bem como a Freguesia do Tortosendo como membro suplente. -----

Assim, os abaixo-assinados propõem que a Assembleia Municipal, reunida hoje, dia 23 de fevereiro de 2026, delibere aprovar este voto de louvor, manifestando o reconhecimento a todas as freguesias e eleitos envolvidos.” (Doc.12 proposto pelo Grupo Municipal do PSD) -----

--- Não havendo intervenções e colocado à votação, o presente **Voto de Louvor – Representação do Distrito de Castelo Branco nos órgãos sociais da Associação Nacional de Freguesias (ANAFRE)** foi **aprovado por unanimidade**. -----

2.5.13 – Voto de Louvor à startup Next Border -----

“A Assembleia Municipal da Covilhã, reunida em sessão plenária, expressa o seu profundo reconhecimento e louvor à startup Next Border, incubada na UBImedical, pela distinção da EU-Startups como uma das 10 startups portuguesas mais promissoras fundadas após 2023. -----

Fundado em 2025, por Wilson Bicalho, a Next Border atua no setor da tecnologia aplicada à imigração, combinando especialização jurídica com Inteligência Artificial para simplificar o processo de obtenção de vistos e mudança para Portugal. -----

A plataforma desenvolvida pela Next Border facilita através da maior acessibilidade, transparência e fiabilidade nos processos migratórios, reforçando ainda a ligação entre empregadores portugueses e imigrantes, potenciando o desenvolvimento económico do país. -----

Assim, os abaixo-assinados propõem que a Assembleia Municipal, reunida hoje, dia 23 de fevereiro de 2026, delibere aprovar este voto de louvor, endereçando à Next Border, à sua equipa e parceiros institucionais as mais sinceras felicitações, com votos de contínuo sucesso no seu percurso de crescimento e internacionalização.” (Doc.13 proposto pelo Grupo Municipal do PSD) -----

--- Não havendo intervenções e colocado à votação, o presente **Voto de Louvor à startup Next Border** foi **aprovado por unanimidade**. -----

2.5.14 - Voto de Louvor – Liga dos Combatentes – Núcleo da Covilhã -----

“Voto de Louvor pelo centenário do Núcleo da Covilhã da Liga dos Combatentes. -----

Fundado em 1926, o Núcleo da Covilhã da Liga dos Combatentes nasceu com uma missão bem definida: ser uma casa de solidariedade. Ao longo dos cem anos de história, este núcleo afirmou-se pela dedicação à defesa da memória, da dignidade e do bem-estar dos combatentes. -----

Durante quase cinco décadas de atividade ininterrupta, o Núcleo da Covilhã desenvolveu uma intensa e meritória ação associativa, cultural e social, promovendo iniciativas desportivas, culturais e recreativas, como equipas de futebol, exposições, conferências, feiras de trocas, sessões de fados, torneios, programas de rádio, convívios e a edição do Jornal do Combatente da Estrela. -----

A Assembleia Municipal reconhece, de forma muito peculiar, o papel relevante que o Núcleo desempenha atualmente no apoio médico, psicológico e social aos seus associados, respondendo às crescentes necessidades decorrentes do envelhecimento dos ex-combatentes, através de um acompanhamento próximo e humanizado, em articulação com profissionais de psicologia e serviço social. -----

As comemorações que agora se iniciam, por ocasião dos 100 anos de existência, são um reflexo da sua vitalidade. Mais do que uma Instituição centenária, o Núcleo da Covilhã da Liga dos Combatentes é hoje um símbolo máximo de memória, de abnegação e um testemunho da resiliência de todos os que, com valentia e coragem, defenderam a Pátria. -----

Em reconhecimento pelo exemplo de altruísmo, dedicação e serviço à comunidade, a Assembleia Municipal da Covilhã, reunida a 23 de fevereiro de 2026, delibera aprovar este voto de louvor ao Núcleo da Covilhã da Liga dos Combatentes.” (Doc.14 proposto pelo Grupo Municipal do PSD e do PS) -----

--- Não havendo intervenções e colocado à votação, o presente **Voto de Louvor pelo centenário do Núcleo da Covilhã da Liga dos Combatentes** foi **aprovado por unanimidade**. -----

2.5.15 - Voto de Congratulação – Filarmónica Recreativa Carvalhense -----

“A Filarmónica Recreativa Carvalhense é uma instituição centenária do nosso concelho, fundada em 1908, detentora do Diploma de Mérito Municipal – categoria Prata, e que celebrou no passado dia 1 o seu 118.º (Centésimo décimo oitavo) aniversário. -----

Falamos de uma casa com mais de um século de vida cívica e cultural, que tem formado músicos, criado comunidade, levado cultura às pessoas e preservado uma tradição identitária que é também património imaterial do concelho. -----

No passado dia 1 de dezembro, participou no XII Desfile Nacional de Bandas Filarmónicas, em Lisboa, representando a Covilhã num evento de dimensão nacional — com transmissão em direto na RTP — e levando o nome do concelho com dignidade, brio e qualidade. E é por isso que o concelho ganha quando pode contar com instituições assim: consistentes, empenhadas e honrosas, que valorizam o território que representam. -----

Assim, a Assembleia Municipal apresenta um Voto de Congratulação à Filarmónica Recreativa Carvalhense, assinalando o seu 118.º aniversário. (Doc.15 proposto pelo Grupo Municipal do PSD)

--- Não havendo intervenções e colocado à votação, o presente **Voto de Louvor à Filarmónica Recreativa Carvalhense** foi **aprovado por unanimidade**. -----

2.5.16 - Voto de Congratulação pela eleição do Presidente da República – Dr. António José Seguro -----

“No passado dia 8 de fevereiro de 2026, o povo português exerceu o seu direito de voto na segunda volta das eleições presidenciais, escolhendo o Dr. António José Seguro para assumir a mais alta magistratura da Nação. -----

Importa enaltecer o civismo dos portugueses que acudiram às urnas. Mesmo perante as graves condições climáticas e os danos causados pelas recentes tempestades em todo o país, o eleitorado demonstrou uma resiliência democrática exemplar, não permitindo que as adversidades impedissem o exercício do direito de voto. -----

Num momento em que Portugal enfrenta desafios significativos de coesão social, económica e territorial, a eleição do novo Presidente da República representa um compromisso renovado com os valores democráticos, a estabilidade das instituições e a unidade de todos os portugueses. -----

Assim, a Assembleia Municipal da Covilhã, reunida a 23 de fevereiro delibera: -----

- *Aprovar um Voto de Congratulação ao Presidente da República eleito, Dr. António José Seguro, pela sua vitória nas eleições presidenciais de 2026, desejando-lhe os maiores sucessos no desempenho das suas funções, em prol da defesa da Constituição, da coesão do território, do desenvolvimento de Portugal e do bem-estar de todos os cidadãos. -----*
- *Remeter este voto à Presidência da República e ao Gabinete do Presidente Eleito.” (Doc.16 proposto pelo Grupo Municipal do PS) -----*

*--- Não havendo intervenções e colocado à votação, o presente **Voto de Congratulação pela eleição do Presidente da República – Dr. António José Seguro** foi **aprovado por unanimidade**. -----*

*--- Foi feita a seguinte **Declaração de Voto**: -----*

- António Maria Proença Petrucci do Lago Saraiva (PSD): “O Grupo Municipal do PSD vota a favor e vem congratular a eleição do Dr. António José Seguro para a Presidência da República, pois, muito embora não sendo o candidato apoiado pelo PSD, a sua vitória significa a vitória das forças democráticas, a vitória da moderação, da estabilidade e do estado de direito democrático e da tolerância, demonstrando ainda que a larga maioria do povo português continua a rejeitar o discurso do medo, do ódio e da instabilidade que vem sendo propagado nos últimos anos. -----

No PSD acreditamos e sempre acreditámos que qualquer pessoa, independentemente do sítio onde nasce, quer seja numa vila ou aldeia do interior de Portugal ou no Bangladesh, pode construir um projeto de vida e de felicidade em Portugal.” -----

2.5.17 - Recomendação – Celebração dos 50 anos da Aprovação da Constituição da República Portuguesa -----

“A Constituição da República Portuguesa, aprovada em 2 de abril de 1976, constitui uma referência fundamental do regime democrático português, resultante do processo iniciado com o 25 de Abril de 1974, consagrando os valores da liberdade, da soberania popular, da democracia e da justiça social, bem como um amplo conjunto de direitos, liberdades e garantias e de direitos económicos, sociais e culturais. -----

Ao longo de quase cinco décadas, a Constituição, com todas as suas revisões, manteve-se como referência estruturante do Estado de direito democrático, assegurando o equilíbrio de poderes, o poder local democrático e a participação das populações na vida pública. -----

O ano de 2026, em que se assinalam os 50 anos da sua aprovação, constitui uma efeméride de elevado significado histórico, político e cívico, que justifica uma assinalação institucional adequada, de carácter plural e participativo. -----

O Município da Covilhã, enquanto expressão do poder local democrático consagrado na Constituição, tem um papel relevante na promoção da memória democrática, da educação para a cidadania e da valorização dos valores constitucionais. -----

Nestes termos, a Assembleia Municipal da Covilhã delibera: -----

- 1. Assinalar oficialmente os 50 anos da aprovação da Constituição da República Portuguesa, promovendo um programa municipal de comemorações ao longo de 2026, de carácter institucional, cultural e pedagógico, interligando com as comemorações do 25 de Abril. -----*
- 2. Promover uma sessão comemorativa, em data próxima de 2 de abril de 2026, envolvendo os órgãos autárquicos, a comunidade educativa e o movimento associativo. -----*
- 3. Desenvolver iniciativas públicas, a definir pela Câmara Municipal em articulação com a Assembleia Municipal, articulando com as comemorações do 25 de Abril, que promovam a cidadania, a participação democrática e a valorização dos direitos constitucionais. -----*
- 4. Dar conhecimento da presente deliberação às entidades locais relevantes, para efeitos de articulação e concretização das iniciativas.” (Doc.17 proposto pelo Grupo Municipal do PCP) -----*

*--- Não havendo intervenções e colocada à votação, a presente **Recomendação – Celebração dos 50 anos da Aprovação da Constituição da República Portuguesa** foi **aprovada por maioria com 47 votos a favor (PS, PSD, MIPP, CDS-PP, PCP e DMI), 02 votos contra (CHEGA) e 01 abstenção (Dra. Magna Carla Sousa Lourenço (IND))**. -----*

*--- Foi feita a seguinte **Declaração de Voto**: -----*

*- **Prof. Amadeu Luís Pinto Fragas Alberto (CHEGA)**: “A Constituição da República Portuguesa, aprovada em 1976, constitui um marco estruturante do regime democrático português, consagrando direitos, liberdades e garantias fundamentais e estabelecendo os pilares do Estado de Direito Democrático. -----*

Todavia, a moção apresentada para celebrar os 50 anos da sua aprovação revela-se parcial e historicamente incompleta ao centrar-se exclusivamente na referência à Constituição da República Portuguesa e ao 25 de Abril de 1974, omitindo deliberadamente o 25 de Novembro de 1975. -----

A consolidação do regime democrático em Portugal não resultou de um momento isolado, mas sim de um processo complexo e plural que incluiu momentos determinantes para assegurar o pluralismo político, a normalização institucional e a afirmação inequívoca da democracia representativa. -----

O 25 de Novembro foi decisivo para garantir o equilíbrio de poderes, afastar derivas autoritárias e permitir a estabilização do processo democrático que culminaria na aprovação da Constituição. Ignorar esse momento histórico significa apresentar uma leitura truncada e ideologicamente orientada da transição democrática portuguesa, reduzindo-a numa narrativa seletiva que não reflete a totalidade dos factos nem o contributo que todos os que participaram na construção do regime democrático. -----

Uma celebração institucional promovida por um órgão autárquico deve pautar-se pelo rigor histórico, pela pluralidade de perspetivas e pelo respeito pela memória coletiva integral do processo democrático português. -----

Por considerar que a moção em apreço não observa esses princípios, apresentando uma abordagem incompleta e politicamente enviesada da história constitucional portuguesa, votamos contra a sua aprovação.” -----

2.5.18 - Moção – Efeitos das tempestades de janeiro e fevereiro no Concelho da Covilhã – O Concelho da Covilhã em situação de calamidade -----

“Face aos prejuízos pessoais e materiais causados pelas tempestades durante o mês de janeiro e fevereiro, a Assembleia Municipal da Covilhã, reunida em 23 de fevereiro expressa a sua profunda solidariedade com as populações do País que sofreram e que continuam a sofrer com os efeitos da situação climática vivida. -----

A Assembleia Municipal expressa, em especial, a sua solidariedade às populações do nosso Concelho que também viveram momentos de angústia e prejuízos vários; -----

- Em habitações -----

- Na economia, principalmente na Agricultura -----

- Nas vias de comunicação (acentuando a degradação das vias municipais) -----

- Nas falhas de serviços básicos (no fornecimento de energia elétrica, nas telecomunicações - deixando populações sem rede e internet – no fornecimento de água) -----

A Assembleia Municipal exorta a Câmara Municipal a desenvolver todos os esforços para a normalização da vida das populações assegurando o funcionamento dos serviços básicos, pressionando as empresas concessionárias da rede elétrica e telecomunicações para a reposição dos serviços e recuperação das infraestruturas, intervir na conservação da rede viária municipal, degradada com elevadas quantidades de água e assegurar o apoio às populações para facilitar o seu acesso aos apoios existentes relacionados com a calamidade.” (Doc.18 proposto pelo Grupo Municipal do PCP) -----

--- Não havendo intervenções e colocada à votação, a presente **Moção – Efeitos das tempestades de janeiro e fevereiro no Concelho da Covilhã – O Concelho da Covilhã em situação de calamidade** foi **aprovada por unanimidade**. -----

2.5.19 - Moção pela realização da Prova Nacional de Acesso à Formação Médica Especializada (PNA) na Covilhã -----

“O panorama do acesso à formação médica especializada em Portugal viveu uma alteração estrutural profunda em 2018, com o encerramento do ciclo da Prova Nacional de Seriação, designada por "Exame Harrison". Este modelo, que vigorou durante décadas, foi batizado com esta nomenclatura, uma vez que se baseava exclusivamente no tratado Harrison's Principles of Internal -----

Medicine, circunscrevendo a avaliação dos futuros especialistas a um espectro bibliográfico muito restrito. Com a introdução da Prova Nacional de Acesso (PNA) em 2019, o país abraçou um paradigma de avaliação mais moderno e abrangente, focado no raciocínio clínico e em áreas transversais. -----

Esta evolução técnica, contudo, não foi acompanhada por uma evolução equivalente na geografia da sua aplicação, uma vez que a nova PNA colocou a Covilhã fora do roteiro de centros oficiais de exame, limitando-o em território continental à zona Norte (Porto), Centro (Coimbra) e sul (Lisboa). A cidade, que possui uma Escola Médica e, entretanto, se afirmou como um polo de excelência na área através da sua Faculdade de Ciências da Saúde e do seu Centro Hospitalar Universitário, deixou de receber a realização desta prova. -----

A Covilhã e a Universidade da Beira Interior dispõem de instalações modernas e de vanguarda, plenamente capacitadas para acolher exames desta natureza com rigor e segurança. A Faculdade de Ciências da Saúde possui auditórios e recursos tecnológicos que em nada devem a outras instituições. -----

Permitir que a PNA seja realizada na Covilhã é um ato concreto de descentralização e de valorização do Interior. Esta medida reduz as assimetrias regionais e reforça o prestígio das instituições de ensino e saúde da Beira Interior, combatendo a perceção de que o país termina nos limites das áreas metropolitanas de Lisboa e Porto. -----

A realização da prova na cidade onde muitos destes médicos se formaram evita deslocações dispendiosas, bem como o desgaste emocional e logístico num momento crítico das suas carreiras. A centralização persistente deste exame constitui uma barreira à coesão territorial e um desrespeito pela qualidade das infraestruturas do Interior. -----

É através de ações concretas de descentralização que combatemos o abandono destas regiões e reforçamos o sentimento de pertença dos nossos jovens profissionais. Neste sentido, mitigamos a desigualdade de circunstâncias dos estudantes que, de outra forma, são forçados a realizar longas deslocações e a incorrer em elevados encargos para cumprir uma prova determinante para o seu futuro profissional. -----

Nestes termos, a Assembleia Municipal da Covilhã, reunida em sessão ordinária, delibera: -----

- 1 - Instar o Ministério da Educação, Ciência e Inovação (MECI) e a Administração Central do Sistema de Saúde, I.P. (ACSS) a tomarem as diligências necessárias para que a Covilhã seja incluída como centro oficial de realização da Prova Nacional de Acesso (PNA) já na próxima edição. -----*
- 2 - Dar conhecimento desta moção ao Gabinete do Primeiro-Ministro, ao Ministério da Educação, Ciência e Inovação (MECI). -----*
- 3 - Dar conhecimento desta moção à Comissão Parlamentar de Educação e Ciência e à Comissão Parlamentar de Economia e Coesão da Assembleia da República.” (Doc.19 proposto pelo Grupo Municipal do PS) -----*

--- Não havendo intervenções e colocada à votação, a presente ***Moção pela realização da Prova Nacional de Acesso à Formação Médica Especializada (PNA) na Covilhã*** foi ***aprovada por unanimidade***. -----

--- Foram feitas as seguintes **Declarações de Voto**: -----

- **Mafalda Lourenço Nunes (IND)**: “No dia 24 de março de 2025, a Distrital de Castelo Branco da Juventude Social Democrata entregou uma carta aberta à Senhora Ministra da Saúde, defendendo o regresso da Covilhã como um local de realização da prova, respondendo a uma reivindicação justa dos estudantes. Esta exclusão manteve-se ao longo dos excessivos governos do Partido Socialista entre 2019 e 2024, sem medidas eficazes para corrigir a desigualdade. -----

Só agora, com a mudança de contexto político, a defesa dos estudantes e da coesão territorial regressa ao centro do debate. -----

Assim, a bancada do PSD vota favoravelmente todas as iniciativas que defendam a reposição da Covilhã como local de realização da PNA, assumindo esta causa como um compromisso claro com os estudantes e com as responsabilidades políticas.” -----

- **Mestre João Pedro Cristóvão Silva (PS)**: “A Juventude Socialista, após várias reuniões com o Núcleo de Estudantes de Medicina, o MedUBI, sempre adotou a questão de voltar a trazer a PNA para a Covilhã como um dos grandes pontos de referência da luta estudantil do nosso concelho. --

Fizemos sempre este ponto constar nos nossos programas eleitorais e nos manifestos que fomos entregando aos vários órgãos com que nos íamos reunindo. -----

Desta forma, é com muito agrado que vemos a aprovação nesta Assembleia Municipal desta moção que hoje foi apresentada.” -----

- **Prof. Amadeu Luís Pinto Fragas Alberto (CHEGA)**: “A proposta apresentada pelo Partido Socialista para que a Prova Nacional de Acesso à Formação Médica Especializada se realize na Covilhã merece naturalmente, o nosso apoio. Aliás, que melhor local para avaliar o rigor, resiliência e a capacidade de adaptação dos futuros médicos do que uma cidade habituada a superar adversidades topográficas, climáticas e, por vezes, até infraestruturais. -----

A Covilhã tem tradição académica, tem conhecimento científico, tem massa crítica e tem a prestigiada Universidade da Beira Interior que forma profissionais de excelência na área da saúde.

Sob esse ponto de vista, nada mais coerente do que descentralizar e afirmar o interior como palco para provas nacionais de elevada exigência. -----

Contudo, e porque o entusiasmo não dispensa realismo, importa acautelar um detalhe menor: as nossas infraestruturas. Não por falta de hospitalidade, essa é reconhecida, mas porque convém assegurar que quem se desloque para realizar uma prova nacional de acesso à formação médica especializada não acabe inadvertidamente inscrito numa prova de trail urbano, de obstáculos variáveis entre crateras estratégicas do pavimento e percursos que desafiam a biomédica

mecânica. Há um sério risco de alguns candidatos julgarem que a avaliação começa ainda antes de entrarem na sala de exame. -----

Seria, aliás, uma inovação pedagógica testar a capacidade de resposta a situações imprevistas logo no trajeto até ao edifício da prova, um verdadeiro exame clínico do sistema musculoesquelético, mas dos candidatos. -----

Assim, apoiamos a moção, apoiamo-la com convicção, mas façamo-lo com responsabilidade. Se queremos afirmar a Covilhã como a cidade capaz de receber um momento nacional com tamanha relevância, convém garantir que o único desafio enfrentado pelos candidatos seja o enunciado da prova e não o estado do alcatrão.” -----

--- Finalizadas às discussões e votações das propostas apresentadas, foi cumprido um **minuto de silêncio** por todos os Votos de Pesar aprovados. -----

3. PERÍODO DA ORDEM DO DIA

3.1 - DEBATE ENTRE GRUPOS MUNICIPAIS

--- Nos termos do artigo 49.º do Regimento da Assembleia Municipal da Covilhã, o Grupo Municipal do PSD indicou para discussão o tema “*Habitação na Covilhã – Ontem, Hoje e Amanhã*” e o Grupo Municipal da PS o tema “*Regeneração Urbana*”. -----

--- O Deputado Municipal **António Maria Proença Petrucci do Lago Saraiva (PSD)**, após cumprimentar todos os presentes, fez a seguinte apresentação do tema “*Habitação na Covilhã – Ontem, Hoje e Amanhã*”: -----

“O Grupo Municipal do PSD na Assembleia Municipal traz o tema “*Habitação na Covilhã – Ontem, Hoje e Amanhã*”. -----

Naturalmente, consideramos que a habitação é hoje um dos maiores desafios estruturais do nosso concelho e é um desafio não só no nosso concelho, mas em todo o país isto porque a cidade foi gerida muitas vezes sem a articulação entre pelouro social e ordenamento do território, quando é evidente que a política de habitação exige coordenação técnica e uma visão urbanística integrada.

A cidade foi intervencionada aos bocados, sem plano global de habitação, sem metas públicas de produção de fogos e sem mobilização estruturada dos instrumentos nacionais e europeus. -----

Passando para o “*Hoje*”, dispomos de instrumentos estruturais e robustos em Portugal e na Europa que devem servir de apoio à nossa estratégia de habitação, tais como: o Plano Nacional de Habitação 2022/2026; a Estratégia Construir Portugal, esta que assume um verdadeiro choque de oferta pública, privada e cooperativa, que tem, entre as medidas relevantes, o objetivo de execução de 59.000 casas públicas, PPP em imóveis do Estado, com uma percentagem para a

construção e reabilitação, redução de taxas urbanísticas, financiamento do Banco Europeu de Investimento e transferências de património devoluto para os municípios. -----

Além disso, a 18 de setembro de 2025, o Conselho de Ministros aprovou medidas para isentar de fiscalização prévia do Tribunal de Contas, mobilizar até 12.000 unidades para o parque público, criar parcerias para arrendamento, simplificar a construção modular e agilizar o 1º Direito. -----

O PSD apresenta uma estratégia clara para o futuro da habitação na Covilhã. -----

Em primeiro lugar, um programa municipal de habitação jovem que permita o arrendamento a rendas controladas e o apoio à aquisição de habitação para jovens. -----

Em segundo lugar, a reabilitação de devolutos no centro e nas aldeias. É necessário integrar imóveis no centro histórico e nas aldeias no mercado acessível através da reabilitação. -----

Em terceiro lugar, uma Sociedade Municipal de Reabilitação Urbana, um instrumento executivo para a definição e concretização de uma estratégia integrada para a reabilitação urbana de imóveis e não só. -----

Em quarto lugar, um balcão único da habitação, um balcão capaz de apoiar os proprietários e outros nas suas candidaturas a programas de apoio ao investimento nacionais e europeus. -----

Em quinto lugar, e provavelmente o mais importante, a revisão do PDM orientada para a habitação e novas centralidades. A muito aguardada revisão do PDM tem de ser adequada às novas realidades da cidade e do concelho, priorizando o desenvolvimento e expansão ordenadas do espaço urbano. -----

Para que tudo isto seja possível e em particular nas freguesias rurais, defendemos um levantamento extensivo dos devolutos, uma avaliação técnica e aquisição dos mesmos, dos projetos, a apresentação dos projetos de reconstrução, a construção a custos controlados e priorizar a venda ou arrendamento a jovens e a famílias que se queiram estabelecer nesses territórios. -----

Não nos podemos esquecer de alguns fatores que, embora benéficos para a nossa cidade, coloquem mais pressão no nosso mercado de habitação, tais como: -----

- Na área do Turismo, a proximidade à Serra da Estrela e à Rede de Aldeias de Montanha, sendo necessário integrar a nossa estratégia de habitação com a nossa estratégia para o Turismo; -----
- Na área do Ensino, a Universidade da Beira Interior e as várias instituições de ensino profissional e vocacional no nosso concelho, sendo necessário exigir ao poder central uma execução territorialmente coesa do Plano Nacional de Alojamento no Ensino Superior de modo a aumentar o número de camas em residências públicas no nosso concelho; -----
- Quanto à habitação social, defendemos dois pontos essenciais. Em primeiro lugar, a manutenção das condições de dignidade da habitação social edificada e, em segundo lugar, é essencial abandonar conceitos falhados que se praticaram no passado e que apenas resultaram na segregação de famílias e pessoas de baixos rendimentos em bairros sociais. É essencial pensar a habitação social num dia a dia integrado com a sociedade, através, por exemplo, da requalificação de devolutos no centro histórico para esse efeito. -----

Concluindo, “*Ontem*” consideramos que faltou visão e integração. “*Hoje*” temos instrumentos nacionais e europeus que nos permitem agir. “*Amanhã*” a Covilhã pode produzir habitação a custos controlados, fixar jovens, revitalizar centros históricos, dinamizar a construção civil local, criar novas centralidades e reduzir a pressão no mercado urbano. -----

Não basta dizer: é preciso resolver a habitação. É preciso construir casas. O PSD tem esta proposta, tem o enquadramento legal e tem esta visão para o território. Agora importa saber se o Município quer continuar a reagir ou se quer liderar na reforma do nosso mercado de habitação. -----

Concluindo, apenas queria perguntar duas ou três coisas. Quantos fogos acessíveis estão previstos para os próximos dois anos? Onde está o Programa Municipal de Habitação Jovem? Quantos devolutos foram mobilizados? Que candidaturas ao PRR foram apresentadas e executadas? Existe pensada uma Sociedade Municipal de Reabilitação Urbana? -----

Requalificar ruas sem fixar pessoas não é regenerar, é decorar. Temos ruas intervencionadas, mas casas vazias. Temos discurso social, mas ausência no choque da oferta. -----

O Governo criou instrumentos para acelerar a construção, reduzir taxas, mobilizar património público e facilitar o financiamento. O que fez o Município ou vai fazer com estas ferramentas? ----

O PS recebeu do PSD, há 12 anos, cerca de 700 fogos de habitação social. Estamos em 2026. Quantos construiu o Partido Socialista?” -----

--- Foram intervenientes os Deputados Municipais: -----

- **Prof. Vítor Manuel Reis Silva (PCP):** “Socorri-me aqui um pouco de uma análise para o estudo ou para participar no debate porque muitas vezes quem pelo menos esteve no Executivo e teve responsabilidades no Governo deveria lembrar-se, por exemplo, que já tivemos um programa Pólis que não foi concluído, nem concretizado na sua totalidade. Já tivemos uma sociedade urbana de reabilitação que foi extinta pela Câmara. Ou seja, já tivemos alguns instrumentos e, alguns até por razões legais da existência das empresas municipais, teve que ser extinta. -----

Chamava só a atenção para alguém que pensou na elaboração do Polis: o Arquiteto Nuno Teotónio Pereira. Aconselhava a leitura deste livro em que ele reflete e escreveu sobre a Covilhã. Só para deixar aqui a ideia, muito rapidamente, do que o Arquiteto Teotónio pensava. Ele dizia logo em título atenuar malfeitorias, adaptar relevo, preservar a identidade, consolidar o tecido urbano. ----

Portanto, o diagnóstico que se fazia e se faz, e penso que não mudou muito, na habitação, na cidade e no concelho que ele tentou e propôs a sua reconversão, um outro olhar para a cidade, um outro olhar para a habitação, um outro olhar para as construções que são feitas e um outro olhar também o esforço para a reabilitação urbana. É impossível, de facto, estar aqui a ler alguns trechos, mas é, de facto, uma excelente reflexão, presente, atual para que seja possível, enfim, a Câmara Municipal, através das suas políticas e utilizando os instrumentos que estão hoje disponíveis e que são hoje disponíveis pelo Governo, definir a ideia da cidade que queremos. -----

Vamos concluir ou não concluir as intervenções que estavam previstas no Polis? Algumas foram feitas: a Ponte dos Penedos Altos, mas faltam outras pontes. Falta a ponte por baixo da

Universidade. Estava prevista uma ponte que não foi feita e não foi executada. Foram executados os elevadores, os funiculares. Mas eles funcionam? São eficazes? -----

Portanto, tudo isto estava integrado no plano que, na altura, se pensava para a cidade e que o Arquiteto Teotónio chamava “aplanar a cidade, facilitar a mobilidade pedonal evitando a presença dos veículos dentro da cidade.” -----

Os espaços verdes estão a ser bem tratados? Daqueles que foram construídos, pelo menos mantidos, estou a olhar, por exemplo, para o Jardim da Goldra que foi feito no âmbito do Polis, mas fala-se também num Plano de Pormenor de São João de Malta que também, penso eu, nunca foi executado. -----

Portanto, entre pontes, elevadores e escadas rolantes, se a Câmara concluísse e concretizasse, de facto, aquilo que estava previsto no Polis, possivelmente estaríamos hoje uma cidade diferente. --

Depois a questão da habitação, a questão de corrigir muito daquilo que o diagnóstico feito da habitação na cidade da Covilhã, o tipo de habitação, como ela é feita, como é que as traseiras dos prédios são tratados ou abandonados. -----

Portanto, há todo um conjunto de intervenções que seria útil e importante realizar. -----

A reflexão está feita. Os documentos existem. Os planos a Câmara tem. É uma questão de haver vontade política em executá-los.” -----

- **Prof. Amadeu Luís Pinto Fragas Alberto (CHEGA):** “Discutir a habitação na Covilhã exige que olhemos para trás, compreendamos o presente e projetemos o futuro com realismo. -----

“*Ontem*”, a Covilhã foi marcada com um processo prolongado de perda demográfica. Desde a década de 60 que o concelho perdeu milhares de habitantes. Assistimos ao envelhecimento da população, ao abandono das freguesias, à degradação do edificado e à desvalorização do património habitacional. -----

Durante décadas o problema não foi a falta de casas. Foi a falta de pessoas. Mas a Covilhã nunca foi um território igual aos outros do interior. A presença da Universidade da Beira Interior criou uma dinâmica singular. A cidade passou a viver em dois ritmos: o permanente e o académico. -----

“*Hoje*” o cenário é diferente. Apesar da tendência demográfica estrutural negativa, o mercado de arrendamento urbano encontra-se sob pressão. A procura estudantil aumentou, a oferta pública é manifestamente insuficiente e o mercado privado absorveu essa procura com natural repercussão nos preços. -----

Temos assim um paradoxo. Num concelho que perdeu população, há famílias com dificuldade em encontrar casa no centro urbano. No território com casas devolutas, há jovens que não conseguem arrendar casa a preços comportáveis. O problema não é apenas quantitativo. É estrutural. Não faltam casas no concelho. Faltam casas adequadas, bem localizadas e preços compatíveis com os rendimentos médios. Se nada for feito, o risco é claro: transformação excessiva da habitação, expulsão gradual de jovens e casais do centro e aprofundamento da desertificação das freguesias.

E “*amanhã*”? O futuro da habitação na Covilhã dependerá das opções estratégicas que tomarmos hoje. Se adotarmos uma postura passiva, o mercado continuará a ajustar-se sozinho e o

ajustamento raramente é socialmente neutro. Se, pelo contrário, houver uma visão estratégica, poderemos reforçar a reabilitação urbana, incentivar a colocação no mercado de imóveis devolutos, promover a habitação a custos controlados e articular um crescimento académico com planeamento urbano sustentável. -----

A habitação não é apenas um bem económico. É um fator de coesão territorial, de fixação de população, de competitividade municipal. A Covilhã tem uma oportunidade rara de transformar a pressão estudantil num motor de regeneração urbana e não num fator de distorção social. -----

O desafio é este: passar a uma gestão reativa do mercado para uma política ativa de ordenamento habitacional porque o futuro na Covilhã não depende apenas de quantas casas temos. Depende de quem consegue viver nelas. Agora sabemos de onde viemos, onde estamos e para onde vamos. O que falta? Ação, ação e mais ação.” -----

- **Dr. Rui Filipe Santos Rita (IL):** “Permitam-me começar por saudar todos os membros desta Assembleia, quem nos acompanha e, em especial, o PSD por trazer o tema da habitação a esta Assembleia. -----

Esta é a minha primeira intervenção nesta Assembleia Municipal e quero fazê-lo neste ponto, por considerar ser um debate necessário e urgente porque estamos a falar de uma das maiores preocupações das famílias e sobretudo dos jovens da Covilhã. -----

Mas é importante também sermos honestos na análise do passado. Durante 12 anos de governação autárquica socialista, faltou visão estratégica e faltou capacidade de antecipar um problema que hoje é evidente para todos. A inércia teve consequências. Foi apresentada uma carta para a habitação, mas a verdade é que ficou essencialmente no papel. Faltaram soluções concretas, faltou a execução e faltou transformar intenções em respostas reais para quem precisa de uma casa. -----

Os números falam por si. A Covilhã está a perder população. Jovens que estudam aqui saem porque não encontram condições para ficar. Famílias que gostariam de se fixar não conseguem aceder a habitação compatível com os seus rendimentos. Este não é apenas um problema imobiliário. É um problema de futuro coletivo. -----

Foi precisamente por reconhecer essa realidade que apresentámos nas últimas eleições um programa claro para a habitação que aqui queremos continuar a defender. Um programa que aposta, desde logo, no aumento do parque de habitação acessível com base num mapeamento rigoroso e em parceria com o IHRU, privilegiando a reabilitação de património municipal industrial devoluto para arrendamento acessível a jovens e famílias. -----

Defendemos também a criação de um verdadeiro programa de reabilitação urbana com redução de taxas e simplificação administrativa, incentivando proprietários e investidores a recuperar edifícios e devolver vida ao centro histórico porque cada prédio reabilitado representa mais habitação disponível, mais segurança urbana e mais dinamismo económico. -----

Mas a habitação não pode ser pensada isoladamente. No nosso programa ligámos esta prioridade à mobilidade e à qualidade urbana – repensar a rede de transportes públicos, melhorar ligações

entre bairros e polos universitários, requalificar acessos e espaços públicos e investir numa cidade mais acessível e funcional, capaz de atrair e fixar a população. -----

Há um ponto que não pode continuar ausente deste debate: os jovens têm de ser mais ouvidos. São eles que mais sofrem com a falta de habitação acessível. São eles que mais adiam projetos de vida e são eles que acabam por sair do concelho. Por isso, defendemos que o Conselho Municipal da Juventude tem de existir, funcionar e ser efetivamente ouvido nas decisões sobre habitação e planeamento urbano. Não basta falar sobre jovens, é preciso decidir com os jovens. -----

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, saudamos o debate que hoje aqui se faz, mas deixamos uma ideia clara: a habitação não se resolve com diagnósticos tardios, nem com documentos que ficam na gaveta. Exige estratégia, execução e coragem política para superar o atraso cumulativo. -----

A Covilhã precisa de passar da discussão à ação porque uma cidade que não resolve o problema da habitação é uma cidade que continua a perder população, talento e futuro.” -----

- **Mestre João Pedro Cristóvão Silva (PS):** “Falemos então com seriedade sobre o passado, com responsabilidade sobre o presente e com ambição sobre o futuro. -----

Nos anos da democracia, a Covilhã fez um investimento estrutural na habitação pública, contando hoje com 700 fogos de habitação social. O anterior Executivo investiu mais de 23 milhões € na área da habitação, entre pagamento de empréstimos, contratos de *leasing*, antecipação de rendas e reabilitação energética, para além de 1300 intervenções no parque habitacional monetariamente não contabilizadas. Isto não foi retórica. Foi política pública concreta com impacto direto na vida das pessoas. -----

Em 2021 iniciou-se a Estratégia Local de Habitação e, em julho de 2023, foi aprovada a Carta Municipal da Habitação da Covilhã, um instrumento estratégico fundamental. Esse documento identificou famílias em situação de carência habitacional no concelho e elegíveis ao 1º Direito. ----

E mais. Estamos a falar de projetos com a execução em curso, com milhões de euros já no terreno. Isto é planeamento; é diagnóstico; é execução. Hoje a Câmara Municipal continua a agir. Ainda na semana passada foi anunciada a recuperação de quatro fogos no centro histórico, permitindo que mais famílias possam viver no coração da cidade. Basta sair pela porta desta Assembleia e ver as obras no terreno. Sim, há múltiplas obras a acontecer e com grande significado – reabilitar, fixar população e revitalizar. -----

Não podemos, contudo, ignorar o contexto nacional e europeu. Portugal tem menos de 2% de habitação pública, enquanto países como os Países Baixos chegam a cerca de 30%. E os resultados são claros: nos últimos quatro anos, o preço da habitação em Portugal aumentou 41%, enquanto que nos Países Baixos, que todos compreendem que são um país com graves problemas na construção nova, o aumento foi apenas de 18%. Isto demonstra que não basta construir. É essencial ter uma forte componente de habitação pública para estabilizar o mercado. -----

A Covilhã, felizmente, não é dos municípios mais pressionados do país. A abertura ao investimento privado tem sido equilibrada. O Turismo é ponderado, mas temos desafios reais como o

crescimento populacional na cidade e nas freguesias envolventes, a pressão da procura associada à Universidade que tem uma oferta pública de residências insuficientes. -----

Temos instrumentos como a Porta 65 que ajudam muitos jovens, mas sabemos que os valores dos apoios estão desajustados em relação ao mercado e aos territórios e os pagamentos tardam a chegar. -----

Passamos então a visionar o futuro. Enquanto jovem aspira uma Covilhã e um país onde a emancipação não seja um privilégio, mas uma possibilidade real a todos. A habitação é hoje um dos maiores obstáculos à autonomia financeira dos jovens. A estratégia, a longo prazo tem de passar por mais habitação pública. Não apenas habitação social, mas sobretudo habitação acessível, habitação acessível à classe média, aos jovens trabalhadores e às famílias que não conseguem pagar o mercado livre. -----

Os municípios têm um papel central? Sim. Podem promover a construção em modelos cooperativos, mobilizar solos, estabelecer parcerias. Mas, sejamos claros, projetos de grande escala exigem negociação e financiamento nacional e europeu. Não basta colocar milhões no orçamento municipal que sabemos que não vamos cumprir. Temos hoje medidas importantes de apoio aos jovens, escalonamento dos impostos sobre as rendas, mas sem aumentar a oferta está provado que essas medidas agravam o problema. Aumentar a procura sem equilibrar a oferta é receita certa para mais inflação no preço da habitação e isto não é ideologia, meus caros. A economia básica, por exemplo, o Governo da AD ignora com sucesso. Na Covilhã temos feito o nosso trabalho com planeamento, com execução e com responsabilidade. Mas para dar um salto estrutural, precisamos que o Governo compreenda que a habitação pública não é um dogma ideológico. É um pragmatismo social e económico. -----

Agradecemos os contributos aqui dispostos pelos presentes neste debate, mas muito já está no papel e muitos outros já estão no terreno. Falar em habitação é falar de dignidade. É falar de futuro e é esse o futuro que temos a ambição de construir aqui na Covilhã.” -----

- **António Maria Proença Petrucci do Lago Saraiva (PSD):** “Voltava a questionar porque acho que não fui claro e pelo menos da intervenção do Partido Socialista não notei que tenham prestado atenção, quantos fogos de habitação foram construídos nos últimos anos? Sei que o Presidente da Câmara e o Executivo camarário não é o mesmo, mas o partido é o mesmo. Quantos fogos de habitação social foram construídos na Covilhã nos últimos 12 anos? Quantos fogos estão planeados para os próximos quatro anos? Quantos fogos foram executados com o apoio do PRR? E, se há a identificação de devolutos, especialmente no centro da cidade, quantos são e quantos projetos existem para execução para a reabilitação dos devolutos? -----

Não estou a dizer que o atual Executivo é culpado das estratégias do anterior. Agora gostava de saber qual é que é a estratégia deste Executivo ou do Partido Socialista para a habitação na Covilhã. É só isso.” -----

--- O Deputado Municipal **Dr. Afonso Manuel Mousaco Gomes (PS)** fez a seguinte apresentação do tema **“Regeneração Urbana”**: (Doc.20 com as alterações introduzidas na leitura do documento)

“O tema que trazemos hoje a debate apresenta uma relevância estratégica para o Grupo Municipal do Partido Socialista e reflete a vontade expressa do Executivo em trabalhar por um concelho mais coeso e mais cuidado. Perante a transformação acelerada das cidades contemporâneas, a regeneração urbana é, hoje, um conceito inadiável. -----

Mais do que a requalificação física, as oportunidades que o desenvolvimento económico, social e ambiental encerram, reclamam uma cidade mais moderna, mais sustentável e que sabe gerir o espaço urbano de forma mais eficiente. -----

Temos a consciência plena de que a Covilhã enfrenta desafios particulares, impostos pela sua própria orografia. Sendo uma das principais portas de entrada na Serra da Estrela, a nossa malha urbana central assume uma função nevrálgica para a mobilidade local e regional. -----

É, por isso, imperativo que uma visão de regeneração urbana seja acompanhada de investimento estruturante em vias circulares, que retirem o trânsito do nosso núcleo histórico e lhe devolvam a sua função social. -----

Enquanto as cidades estão hoje mais dominadas pelos automóveis e pela agitação própria do desenvolvimento, a regeneração urbana tem de colocar o espaço comum no centro da nossa identidade coletiva. -----

Acima de tudo, este é o caminho para a democratização do espaço público. -----

Este conceito transcende a simples reabilitação, a pequena intervenção. Exige de nós uma estratégia conjunta, que combine infraestruturas mais funcionais, mais acessíveis e que estimulem a economia local. -----

Que concelho queremos? Queremos um concelho amigo do investimento, mas que reconhece no espaço público as suas pessoas, as suas famílias, os seus jovens, os mais velhos, os que escolheram a Covilhã para estudar e os que aqui trabalham. -----

Um concelho que chega a todos. -----

Reconhecemos que, embora se tenham dado alguns passos nesta direção: -----

1 – Através da criação das Áreas de Reabilitação Urbana (ARU). É de inteira justiça recordar que o Município da Covilhã foi dos primeiros a nível nacional a implementar este instrumento, que através de benefícios fiscais torna viável a recuperação de edifícios degradados, o que permite, por exemplo, dinamizar o comércio e alojamento e podemos, de facto, constatar no centro histórico o aumento exponencial de estabelecimentos de restauração. -----

2 – O investimento também realizado nas acessibilidades, como algumas intervenções na Praça do Município, que eliminou algumas barreiras arquitetónicas e modernizou pavimentos. Para aqueles que, como eu, felizmente sem dificuldades locomotoras podem parecer insignificantes, mas para quem necessita torna o espaço ligeiramente mais seguro e inclusivo. -----

3 – A intervenção no edificado público como fator de atratividade. Os investimentos que foram feitos e já muitos aqui mencionados que foram determinantes para recuperar a função social do

Centro Histórico. São polos como estes que nos ajudam a fixar mais gente no nosso território, viver a história e a cultura da Covilhã. -----

4 – E também a aposta na ativação cultural e na valorização da identidade, através do apoio financeiro e institucional a eventos que devem ser mencionados como o WOOL ou também a organização do Verão no Centro Histórico que são iniciativas que reforçam a confiança das pessoas e que valorizam também o Centro Histórico da nossa cidade. -----

Sabemos que há ainda um longo caminho a percorrer e que esta é uma responsabilidade partilhada por todas as forças políticas que compõem esta Assembleia Municipal. -----

Queremos um concelho que chega a todos e precisamos de todos para este desígnio. -----

Com este debate, pretendemos igualmente oferecer uma plataforma para que todos os vossos contributos sejam ouvidos e registados. -----

Esta abertura reflete a postura do Executivo, exemplificada pela recente viagem a Vigo e Pontevedra, um lugar onde as crianças brincam em segurança, onde os cidadãos com mobilidade reduzida circulam com comodidade e onde os idosos se movimentam com facilidade, onde o espaço público é tratado como um direito. -----

Esta iniciativa, que podemos considerar um ato de irreverência e coragem da nossa Câmara Municipal, reflete a dinâmica de uma nova equipa, renovada e com novas ideias. Uma equipa que quer projetar o futuro. E é nosso dever, enquanto eleitos locais, passar esta mensagem para a nossa comunidade. -----

Que este será o nosso caminho. Ter a coragem de o começar e de, passo a passo, ir cumprindo a transformação que se exige. Uma Covilhã mais moderna, inclusiva, dinâmica e sustentável. Um concelho que quer chegar e que vai chegar a todos. -----

Aproveito a ocasião também para saudar o senhor Presidente da Câmara Municipal que desde o primeiro momento anunciou a intenção de concretizar investimento contínuo em todo o concelho, assim como protocolos com as Juntas de Freguesia, que aliás estes já os concretizou, para que esta estratégia tenha impacto em todo o concelho e não apenas em alguns locais: ninguém ficará para trás. -----

Senhor Presidente, -----

Senhoras e Senhores Membros desta Assembleia, -----

Estamos convictos de que este é o caminho para um concelho onde as pessoas se sintam bem no espaço público, na sua cidade, e que aqui realizem o seu futuro. Sabemos que não é um caminho fácil, que necessitará de muito trabalho, mas, aqui, podemos afirmar com certeza que a regeneração urbana na Covilhã tem futuro.” -----

--- Foram intervenientes os Deputados Municipais: -----

- **Prof. Vítor Manuel Reis Silva (PCP):** “Obrigado ao PS por trazer novamente este tema. Recordo aqui que já em 2023 o PS propunha nesta Assembleia a discussão da habitação e, segundo parece, necessitamos ainda de continuar a discutir, de facto, a habitação porque a regeneração urbana ou

a reabilitação urbana deve ter essencialmente como objetivos garantir a conservação integrada do património cultural, garantir o acesso a uma habitação satisfatória para todos, promover a coesão territorial e contribuir para o desenvolvimento sustentável das cidades através da gestão cautelosa do ambiente. -----

É verdade que temos alguns instrumentos entretanto aprovados também nesta Assembleia Municipal: ARU e ORU que têm possibilitado alguns avanços de iniciativa mais dos proprietários e dos privados. Mas penso que não temos utilizado de forma eficaz um outro instrumento que é a majoração que é aprovada no âmbito da definição do IML. Portanto, majoramos para os prédios devolutos, para os prédios em ruínas e, digamos, apesar de haver alguma informação na informação escrita do senhor Presidente da Câmara quanto ao número de processo que são, digamos, identificados, sinalizados e comunicados à Autoridade Tributária, parece-me que ainda existe algum caminho para fazer, nomeadamente quanto à utilização deste instrumento de uma forma mais pedagógica possivelmente, não tanto punitiva, pela mera identificação dos prédios que estão devolutos ou em ruínas. -----

Penso que devemos envolver mais os proprietários, dar-lhes a possibilidade de apresentar contraditório, de apresentar propostas de reabilitação e de recuperação destas habitações, utilizando o outro instrumento que as ARU e ORU permitem e, digamos, os incentivos que são definidos. Daí ter enviado um requerimento à Câmara Municipal questionando se existe um Regulamento Municipal que regula o procedimento da majoração, da definição de quais os prédios em ruínas, quais os prédios que se encontram degradados, qual é a participação do próprio proprietário cidadão nesse processo porque aqui o que importa muitas vezes é o próprio processo que leva à transformação da ideia e da visão que as pessoas têm de uma realidade existente que é necessário recuperar. -----

O esforço terá que ser também da Câmara Municipal, como é evidente. Existem exemplos no passado em que a Câmara Municipal, por sua iniciativa, recuperou um conjunto de prédios que se encontram hoje ao serviço na zona central da cidade. Já hoje aqui, na intervenção do Público, o Senhor Arquiteto colocou as questões relacionadas com a recuperação, com a necessidade de criar espaços de lazer, de convívio na zona central. Basta olhar para o comportamento das crianças na zona antiga para verificar a inexistência de espaços específicos para que as crianças possam, próximo da sua área residencial, ter espaço para o jogo e para a aventura e espaços verdes também porque regenerar o espaço urbano não significa só reconstruir. Não significa só reabilitar edifícios. Também é necessário recuperar o próprio espaço para outras funções. -----

Portanto, é necessária intervenção. Há pouco referi o Arquiteto Nuno Teotónio. Para ele também, no âmbito do Pólis, refere a necessidade de se fazer essa reabilitação, desde logo reabilitando os edifícios industriais que se encontram abandonados para outros usos, para usos culturais, para uso mais de atividades científicas e outras. -----

Existe muito trabalho para fazer. É necessário que a Câmara Municipal, de facto, tenha a vontade política e tenha os meios ou queira alocar os meios financeiros para esse fim.” -----

- O Senhor **Rui Manuel Cruz Ferreira Amaro (Peso)** solicitou o uso da palavra para dizer que, relativamente “à intervenção do colega do Partido Socialista em que disse que os protocolos com

as freguesias já estão aprovados, gostava de saber onde, quando e o que foi atribuído a cada freguesia.” -----

- **Dr. Afonso Manuel Mousaco Gomes (PS):** “Por me ter sido alertado e faço aqui, com toda a humildade democrática, o *mea culpa*. Foi uma intenção que já foi concretizada pelo Senhor Presidente e a apresentar, mas com as Juntas de Freguesias ainda não foi. -----

Portanto, para toda a gente poder ouvir, dentro de toda a minha intervenção este foi um lapso que cometi e que humildemente reconheço.” -----

- **Francisco José das Neves Farias (CHEGA):** “O Grupo Municipal do CHEGA apresenta hoje uma proposta de orientação estratégica para a regeneração urbana na Covilhã no ano de 2026, entendendo que o futuro da nossa cidade exige ação firme, planeamento rigoroso e respeito pela identidade local. -----

A Covilhã enfrenta desafios conhecidos: Centro Histórico com imóveis devolutos; envelhecimento populacional; dificuldades de mobilidade; perda do comércio tradicional; e necessidade urgente de revitalização económica e social. Para estes problemas existem soluções concretas e responsáveis. -----

Propomos, em primeiro lugar, um programa municipal de reabilitação habitacional orientado para as famílias e jovens residentes com redução de taxas urbanísticas, benefícios fiscais em áreas de reabilitação urbana e alienação condicionada de património municipal degradado para recuperação obrigatória. -----

Em segundo lugar, defendemos um plano integrado de segurança urbana com reforço da iluminação pública e instalação de sistemas de videovigilância nas zonas críticas e cooperação estreita com as forças de segurança, garantindo que a cidade seja segura, viva e atrativa. -----

Em terceiro lugar, propomos medidas de mobilidade adaptadas à geografia da cidade, incluindo melhoria de acessibilidades pedonais, elevadores urbanos e estacionamento para os residentes do centro Histórico e transportes municipais mais eficientes para estudantes e idosos. -----

Acresce a necessidade de proteger o comércio tradicional e o património industrial da lã, criando incentivos fiscais, programas de dinamização económica e rotas culturais que valorizem a história e a identidade na Covilhã. -----

Defendemos ainda a total transparência na gestão de obras públicas, auditorias independentes e prioridade ao investimento que traga valor real à população, evitando desperdício de recursos. ---

Senhoras e Senhores Deputados, regenerar a Covilhã não é apenas reabilitar edifícios. É devolver vida às ruas, dignidade às famílias e confiança aos comerciantes. É garantir que os Covilhanenses possam viver, trabalhar e criar os seus filhos na sua terra. -----

O Grupo Municipal do CHEGA reafirma o seu compromisso com uma Covilhã mais segura, mais justa e mais próspera. -----

Mobilidade pedonal e ciclável – A regeneração deve priorizar peões, ciclistas e mobilidade sustentável, reduzindo espaço para carros no centro. -----

A regeneração urbana isolada é sinónimo de insucesso. Precisa de mobilidade integrada, segurança, comércio ativo e preservação patrimonial. Um plano que ignore mobilidade cria congestionamento, insatisfação dos cidadãos e desperdício de dinheiro público. -----

A regeneração urbana futura aposta em zonas centrais livres de tráfego automóvel, priorizando peões, ciclistas e transportes públicos limpos. O objetivo é tornar a cidade mais sustentável, segura e atraente, valorizando o comércio local e a qualidade de vida. Estes benefícios de mobilidade sem tráfego faz com que haja redução de poluição e ruído, segurança pedonal e ciclável, elevada valorização do espaço público, praças, áreas verdes e comércio local e incentivo ao transporte público e à mobilidade elétrica. -----

Estes desafios urbanísticos reconfiguram a reconfiguração de ruas e acessos. Será necessário repensar a logística de carga, estacionamento e serviço de emergência. É preciso um planeamento integrado com transportes públicos, táxis, bicicletas e micromobilidade. É preciso também pensar na inclusão social, garantir que residentes, comércio e turismo sejam beneficiados e não penalizados. -----

Qual o impacto que vamos ter na população e comércio? Nos moradores vamos ter mais qualidade de vida, menos poluição, maior segurança. No comércio local vamos ter potencial valorização se a acessibilidade for bem planeada e risco de perda de clientes se a mobilidade não for integrada. O turismo: é uma cidade mais atraente e caminhável. -----

Estratégia para a Covilhã – criar zonas piloto sem tráfego em áreas centrais históricas; integrar rede de transporte público eficiente e acessível; implementar ciclovias e passeios amplos, respeitando património e paisagem urbana; e estudar o impacto socioeconómico e medidas urbanas. -----

Conclusão: a regeneração urbana no futuro não é apenas obra física. É reconfigurar a cidade para as pessoas e não para os carros. Sem planeamento integrado, qualquer tentativa de cidade sem tráfego pode gerar congestionamento periférico, comércio enfraquecido e frustração dos cidadãos. -----

Por conclusão, o Grupo Municipal do CHEGA entende que uma regeneração urbana bem-sucedida exige conformidade rigorosa com instrumentos de planeamento, sustentabilidade financeira e transparência total, proteção de identidade urbana e dos residentes, segurança e funcionalidade do espaço público.” -----

- **Enf.ª Vera Cristina Madeira Oliveira (CDS-PP):** “Permitam-me começar por saudar o Partido Socialista por trazer hoje a debate o tema da regeneração urbana. É um tema essencial para o futuro da Covilhã e é positivo que esta Assembleia o discuta de forma aberta. -----

Vivemos hoje num contexto diferente daquele que existia há uma década. Os temporais que recentemente assolaram o país demonstraram com uma clareza cada vez mais dura que as alterações climáticas já não são uma previsão distante. São uma realidade que testa diariamente a forma como planeámos e organizámos o território – territórios mal planeados, infraestruturas pouco resilientes e ausência de visão estratégica acabam por pagar um preço elevado quando a natureza se impõe. A derrocada que vimos no Casal da Serra é apenas um exemplo do que pode

acontecer quando o planeamento urbano não acompanha as exigências de um território de montanha complexo e vulnerável. -----

Não basta reagir depois do problema acontecer. É preciso antecipar, prevenir e regenerar com responsabilidade. Foi precisamente por isso que, no programa que apresentámos aos covilhanenses, colocámos a regeneração urbana no centro de uma estratégia mais ampla de qualidade de vida, sustentabilidade e coesão territorial. Não falamos apenas de obras isoladas. Falamos de uma visão integrada para a cidade. -----

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, saudamos o debate que hoje aqui se faz, mas não podemos ignorar que muito do que hoje se discute poderia já estar mais avançado se tivesse existido maior visão ao longo dos últimos 12 anos. A regeneração urbana não pode ser apenas um conceito bonito nos documentos. Tem de ser uma política concreta, contínua e alinhada com os desafios ambientais e sociais que enfrentamos. -----

A Covilhã precisa de uma cidade mais verde, mais segura e mais preparada para o futuro e isso exige mais do que boas intenções. Exige decisão política, capacidade de execução e coragem para mudar o rumo quando o caminho feito já demonstrou as suas limitações.” -----

- **Rui Paulo da Silva Rosa (MIPP):** “Saudar o Partido Socialista ao ter introduzido este tema no debate porque é a melhor resposta a quem nos criticou de ter ido passear para Espanha. Não fomos passear. Fomos trabalhar. É nessa sequência, penso eu, que o Partido Socialista traz aqui este tema e da nossa parte aplaudimos. -----

A regeneração urbana na Covilhã não pode ser apenas uma questão de obras. Tem de ser, antes de mais, uma questão de pessoas. Durante anos, reabilitámos edifícios, recuperámos fachadas, melhorámos alguns espaços públicos e isso é importante. Mas a pergunta que temos de fazer hoje é simples e honesta: a cidade está mais viva? Temos mais famílias a viver no centro? Temos mais comércio local, mais ruas com movimento, mais vida no dia-a-dia? -----

A verdade é que ainda não o suficiente. Continuamos a ter casas vazias, prédios devolutos e zonas da cidade que perderam população. Muitos jovens querem ficar, mas não encontram habitação acessível. Muitos idosos vivem em ruas cada vez mais silenciosas e muitas freguesias sentem que a regeneração passa ao lado delas. -----

Regenerar não é só recuperar paredes. É recuperar comunidade. É trazer gente de volta. É garantir que o centro histórico não é apenas bonito para ver, mas vivo para habitar. -----

A Covilhã tem uma oportunidade única. Temos património, temos identidade, temos Universidade, temos qualidade de vida. O que falta é dar o próximo passo. Transformar a regeneração urbana numa verdadeira política de fixação de pessoas. -----

A nossa prioridade tem de ser clara: trazer famílias para o centro da cidade; recuperar casas devolutas para a habitação acessível; criar condições para que os jovens que estudam aqui possam construir aqui o seu futuro; apoiar quem quer reabilitar; mas também responsabilizar quem mantém imóveis ao abandono durante anos e, ao mesmo tempo, cuidar das nossas ruas, dos nossos bairros e das nossas freguesias. -----

Pequenas intervenções fazem grandes diferenças – melhor iluminação, passeios dignos, espaços públicos tratados, comércio de proximidade apoiado – porque a qualidade de vida constrói-se todos os dias, rua a rua. -----

A regeneração urbana não pode ser um conjunto de obras isoladas. Tem de ser um projeto de cidade. Um projeto que ligue habitação, comércio, mobilidade e coesão social. Um projeto que diga com clareza a Covilhã quer crescer, quer atrair, quer fixar. -----

Não precisamos de uma cidade perfeita. Precisamos de uma cidade viva, uma cidade onde os jovens consigam ficar, onde as famílias queiram voltar, onde os mais velhos sintam que continuam a pertencer, onde o comércio tenha clientes, onde as ruas tenham movimento. Esse é o verdadeiro significado de regenerar: devolver vida à cidade. -----

A Covilhã já mostrou muitas vezes que sabe reinventar-se. Fê-lo quando enfrentou o declínio da indústria; fê-lo quando apostou na Universidade. Agora tem de o fazer outra vez: recuperar o coração urbano e devolver-lhe gente, energia e futuro porque uma cidade regenerada não é a que tem mais obras. É a que tem mais vida.” -----

- **Dra. Ana Maria Puebla Simões (PSD):** “A regeneração urbana na Covilhã é uma temática que não é nova nas preocupações do Partido Social Democrata. -----

Está à vista de todos a degradação das vias e espaços urbanos da nossa cidade, a degradação das estradas e dos caminhos, a degradação de passeios, a degradação de espaços verdes e de lazer, a degradação dos elevadores e do funicular, a degradação da ponte pedonal, a degradação de iluminação pública, a degradação do património histórico edificado, a degradação do complexo desportivo, a degradação das escolas e parques infantis, a degradação do centro histórico e a degradação do parque habitacional. -----

Não podemos falar de regeneração urbana sem falar de habitação e o Senhor Presidente ainda hoje falou aqui, a meu ver bem, dos quatro parques habitacionais que existem na Covilhã: no Tortosendo no Bairro do Cabeço; no Teixoso no Bairro das Nogueiras; na Boidobra no Bairro da Alâmpada; e no alto da cidade o Bairro da Biquinha. Foram 700 casas construídas pela Câmara do Partido Social Democrata. -----

A pergunta que se coloca hoje, como o meu colega Deputado António Petrucci aqui referiu, é quantas casas construiu ou pretende construir o PS? -----

Atualmente existem vários instrumentos e programas nacionais da habitação disponíveis através do PRR que o Município, a meu ver, pode aproveitar. A Covilhã precisa de casas, Senhor Presidente.

Como o Senhor Deputado Nuno Fazenda referiu aqui hoje, é tempo de planear, decidir planear, executar e fiscalizar. Esse deve ser o caminho.” -----

- **Eng.ª Catarina Sofia Oliveira Ramos Mendes (PS):** “Em primeiro lugar, gostaria de, em nome do Partido Socialista, congratular este Executivo por trazer também este tema. Trouxemo-lo à Assembleia Municipal, mas o Executivo trouxe-o junto de todos os partidos da oposição para podermos refletir e podemos trazer aqui contributos. Portanto, parece-me que só alguns

conseguiram trazer alguns contributos. Alguns conseguem ver os defeitos, mas não conseguem trazer a solução. -----

Dizer relativamente a isto, em primeiro lugar, que é importante que haja algum compromisso naquilo que se pretende para o desenvolvimento da nossa cidade, um compromisso que haja e que seja abrangente a várias esferas políticas e que não passe exclusivamente pelo Executivo. Penso que foi essa a visão que o Senhor Presidente trouxe nesta viagem já aqui abordada. -----

Dizer que a reabilitação urbana ou a regeneração urbana não é uma coisa nova e não é uma coisa destes executivos exclusivamente. Portanto, é um tema que o Partido Socialista, nos últimos mandatos, também trouxe para discussão pública e para alguma evolução comparativamente com aquilo que era feito. -----

Falou-se aqui de algumas coisas com algumas imprecisões. Já existem taxas. Já existem apoios para esta reabilitação urbana. Foram criadas áreas de reabilitação urbana, de regeneração urbana e que têm isenção de taxas precisamente para isso. Não é por acaso que o centro da Covilhã efetivamente se vê reabilitação urbana, reabilitação urbana promovida não só pelo setor público, mas também pelo setor privado. Foi extremamente importante alguns investimentos feitos pelo Partido Socialista à frente da Câmara Municipal e que trouxeram uma possibilidade, ou seja, criaram um estímulo para os próprios privados fazerem esta regeneração. Trouxeram mais turismo e, conforme o colega dizia, estou em crer que temos mais pessoas a viver no centro, temos mais comércio a viver no centro e mais turismo no centro do que há mais de 12 anos atrás por aquilo que foi deixado pelo Partido Social Democrata. -----

Relembremo-nos que o Partido Social Democrata, quando fala em termos de habitação, fala da habitação social, habitação social criada um bocadinho como “guetos” onde foram direcionadas aquelas pessoas em vez de serem mais integradas socialmente e com possibilidades até de reabilitação de outras temáticas que também necessitam de ser trabalhadas do âmbito social. ----

Dizer que a Sociedade de Reabilitação Urbana, a antiga SRU, foi extinta e foi extinta por quem? Foi pelo PSD, meus amigos, não foi pelo PS. Não foi pelo PS. Porque não tinha meios financeiros para o fundo que efetivamente foi criada e com o propósito para o qual foi criado. -----

Dizer-vos mais. Existe uma política de habitação. Existe uma estratégia local da habitação. Existe uma Carta Municipal de Habitação. Com certeza os Senhores também não terão propriamente presentes e, eventualmente, têm que ver o que é que está determinado e quais é que são os apoios que estão estabelecidos e que investimentos é que já estão contratualizados. -----

Numa intervenção de 2025, já nessa data estariam contratualizados quase 10 milhões dos 12 milhões que estavam previstos para este fim nesta estratégia local de habitação, entre os quais havia empreitadas em 56 fogos habitacionais no âmbito do Primeiro Direito já concluídos, 55 fogos habitacionais com empreitada em curso, 27 fogos habitacionais com rendas acessíveis com protocolos estabelecidos e 3 fogos habitacionais em curso também destinados a integrar a Bolsa Nacional de Alojamento Temporário. Não sei se estes que estavam em curso já estão finalizados. -

Portanto, o compromisso de investimento público de habitação na Covilhã existe e existe o compromisso de reabilitar e reforçar este parque habitacional do concelho num total de 167 fogos,

a serem reabilitados 40 novos fogos e, portanto, é isso que tenho a dizer e, eventualmente, esclarecer aqui alguns equívocos.” -----

- O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** iniciou agradecendo aos grupos municipais do PSD e do PS “o agendamento dos temas e permitam-me que faça uma referência particular ao Senhor Deputado Municipal Vítor Reis Silva transmitindo-lhe um abraço fraterno. Ainda não o tinha feito nesta Assembleia e quero deixá-lo publicamente. -----

Sobre os temas que se colocam, irei dentro dos cinco minutos que nos estão reservados, fazer uma brevíssima intervenção sobre ambos. -----

Começando pela habitação, ele foi um dos pilares do nosso programa eleitoral do Partido Socialista, do compromisso com que nos apresentámos aos Covilhanenses e mantém-se. Agradeço ao PSD ter trazido este tema, mas a verdade é que a política de habitação é para intensificar aquilo que está em andamento. -----

O Senhor Deputado certamente não desconhece aquilo que é a Estratégia Local de Habitação aprovada e contratualizada com o Governo e que a Secretária de Estado da Habitação do Governo do PSD veio recentemente ser rasgados elogios ao Município da Covilhã pela forma, rapidez e eficácia com que está a implementá-la. O Senhor Deputado também certamente não desconhece porque, apesar de não ser diretamente eleito, teve a oportunidade de vir a algumas assembleias municipais no mandato passado, a Carta Municipal da Habitação que está aprovada e quero-lhe dizer que, apesar de serem dois documentos estruturais e estratégicos, eles são dinâmicos e este Executivo Municipal vai dar não só continuidade às obras que estão em andamento. Todos falam e todos questionavam sobre as obras que estão em andamento. Diria que todos passastes, na vinda para este Auditório, exatamente nos constrangimentos de obras que, mesmo à porta deste Auditório, decorrem pela recuperação de dois imóveis no âmbito da Estratégia Local da Habitação e da Câmara Municipal. Dizer-vos que vamos prosseguir e tentar intensificar aquilo que é a política de habitação, nomeadamente a política de habitação para custos acessíveis. -----

Vamos intensificar essa política através das três linhas que já identifiquei, aumentar aquilo que é o Parque Municipal, incentivar privados e cooperativas de habitação para darem resposta a habitação a custos controlados para os jovens e para as famílias. Estou muito convencido que, durante este mandato, vamos ter um conjunto substancial de habitações nesse parque. -----

Depois, sobre a regeneração urbana, agradeço particularmente ao Partido Socialista a oportunidade de agendamento deste tema que é também absolutamente prioritário naquilo que é o compromisso eleitoral que assumi com os Covilhanenses a 12 de outubro. -----

A regeneração urbana, a devolução da cidade do espaço público aos cidadãos, o resgate desse espaço às viaturas e a devolução deste espaço com qualidade, com conforto para as pessoas é determinante ao ponto de, desde o primeiro momento, todas as medidas que este Executivo tem tomado têm sido no sentido de trabalhar nesse sentido. Não começámos porque já acontecia no passado, mas intensificámos aquilo que são as medidas de limpeza e higiene urbana com a limpeza de muros, com a limpeza de vários espaços públicos. Foi assim quando determinámos e quando anunciei, aquando do orçamento municipal, a celebração de protocolo para os quatro anos de mandato, com um montante ainda considerável, com todas as Juntas de Freguesia exclusivamente

para investimentos em regeneração urbana e recuperação de espaço público. Tem sido assim nas medidas que vamos tomando diariamente. -----

Queremos, de facto, devolver o espaço público à comunidade e foi também esse o espírito que presidiu ao convite que fiz a toda a Assembleia Municipal ou pelo menos aos seus representantes da Assembleia Municipal quando, na visita que já foi aqui referenciada no passado mês de janeiro, tivemos a oportunidade de ir visitar dois exemplos daquilo que é a recuperação do espaço público e do espaço urbano, nomeadamente em Pontevedra e em Vigo. É, de facto, um processo e um caminho longo. São dois exemplos. Quero dizer isto aos Covilhanenses de forma clara que não fomos copiar nada daquilo que se lá faz. -----

Quis pessoalmente convidar as Senhoras e Senhores Presidentes de Junta e representantes da Assembleia e do Executivo Municipal para que consigam apreender e compreender aquilo que é o objetivo e a estratégia que este Executivo pretende desenvolver neste mandato, compromisso que assumimos com os Covilhanenses na eleição de 12 de outubro. -----

Vamos ter também a oportunidade, muito brevemente nesta Assembleia, de vir discutir aquilo que é o Plano de Mobilidade Urbana Sustentável que vai ser um instrumento interessante e estratégico para pensarmos e repensarmos aquilo que é as acessibilidades e a circulação no nosso concelho. -

Quero agradecer a todas e a todos as palavras de reconhecimento que fazem em relação a esta estratégia. Quero-vos dizer que esta é a nossa determinação. Esta é a minha vontade e esta concretização só é possível se todos estivermos envolvidos. -----

Esta política é determinante para construirmos comunidades, para construirmos sociedade e estou muito convencido que vamos ter uma Covilhã mais forte, mais pujante. Uma Covilhã, entenda-se, com todas as suas freguesias e os seus núcleos urbanos. Estou convencido que esta política de regeneração urbana nos vai permitir construir uma cidade e um concelho mais forte e conto com o apoio de todos.” -----

--- A presente sessão foi interrompida pelas 12:35 horas para almoço, reiniciando pelas 15:00 horas. -----

3.2 APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ATIVIDADE E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO

--- Foi presente informação escrita do Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal que faz parte integrante da presente ata, ficando, para os efeitos legais, arquivada em pasta própria. -----

--- O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** abdicou do seu tempo para apresentação do assunto. -----

--- Foram intervenientes os Deputados Municipais: -----

- **Dr. Marco António Barreiros Gabriel (Boidobra):** “Uma primeira palavra para este novo mandato, já que não tive a oportunidade de estar na Assembleia de dezembro e, portanto, desejar que todos façamos o melhor possível para quem nos elegeu. É por isso que aqui estamos e, portanto, desejar a todos um bom mandato. Da nossa parte, da Junta de Freguesia da Boidobra, naturalmente contarão com a nossa solidariedade institucional. -----

Traz-me aqui aquilo que considero que é uma área chave daquilo que é o relacionamento entre o Estado Central, o Município e as Freguesias que são os autos de transferência de competências. Aqueles que estão em vigor foram assinados em 2021 e entraram em vigor em janeiro de 2022 para um mandato que cessou. -----

Estes autos de transferência de competências têm o enquadramento numa Lei-quadro que é a 50/2018 e têm também o Decreto-Lei n.º 57/2019. Estes diplomas concretizaram a transferência de competências dos municípios para as freguesias, ou seja, as competências de espaços verdes, limpeza de vias e espaços públicos, mobiliário urbano, feiras e mercados, reparações e espaços envolventes de escolas do 1.º ciclo e pré-escolar passaram a ser exclusivamente da competência das freguesias. -----

Estes dois diplomas vieram trazer uma nova realidade à relação entre o Estado Central e Administração Local, dotando as Freguesias de mais competências próprias que, naturalmente, devem ser acompanhadas da respetiva transferência financeira e de recursos. Não são delegações de competências, como muitas vezes erradamente se chamam e não são contratos interadministrativos que podem ser celebrados entre o município e as freguesias. São competências que foram transferidas para as nossas freguesias. -----

Esta Lei-quadro e o sucessivo decreto-lei dão essas garantias às freguesias. Senhor Presidente, referem estes autos, na cláusula 2.ª, que o montante máximo a transferir é atualizado anualmente com base no Fundo de Equilíbrio Financeiro do Município. Refere ainda a cláusula 14.ª que a entrada em funcionamento de novos equipamentos, espaços verdes e outros espaços públicos serão integrados nos autos. -----

No caso da Boidobra, solicitámos que fossem adicionados vários espaços verdes por via da criação de novos loteamentos no ano de 2014 e apresentámos também a proposta na primeira reunião deste mandato ao senhor Presidente da Câmara que não foram ainda contemplados. -----

Aquilo que assistimos é que a cláusula 2.ª não foi cumprida em 2023, não foi cumprida em 2024 e, apesar de ter sido assinado novo acordo em 2025 para vigorar desde o dia 1 de janeiro de 2025, a atualização aí prevista de 5%, muito abaixo da inflação acumulada desde 2022 a 2025, não foi concretizada. Recebemos esta semana o ofício da DGAL que vai ser concretizada em 2026, mas falta a verba de 2025. -----

Recordo que o FEF municipal em 2022 era de 13,9 milhões €. Em 2025 foi de 15,6 milhões €. Ou seja, enquanto o FEF municipal cresceu 18,7%, os autos de transferência de competências aumentaram apenas 5%. -----

Senhor Presidente, Senhores Deputados, é urgente a revisão destes por forma a que a atualização anual seja uma realidade ano após ano. Também não podemos continuar assim porque, por via da diminuição do FEF municipal um dia destes, pode acontecer que, se fôssemos para esta cláusula

de atualização, o valor a transferir para as freguesias seria menor no ano seguinte do que aquele que aconteceu no ano anterior com os preços todos a aumentarem. -----

Que a atualização anual seja, de facto, uma realidade ano após ano, que os recursos sejam aumentados por forma a fazer face às exigências, mas também aos trabalhos, obras e recursos aplicados à resolução dos problemas das freguesias que dizem também respeito a algumas competências do Município, mas que, pela proximidade, são exigidas às Juntas de Freguesia a sua resolução. -----

Para terminar, recorro as recentes exigências que se colocam e que se colocaram às Juntas de Freguesia. Os fregueses sempre a bater na porta para a resolução dos problemas, quer seja do caminho, seja dos buracos no alcatrão, do muro que caiu, das estradas que é preciso arranjar, das árvores que é preciso retirar e, portanto, isto precisa de ser acompanhado de recursos financeiros capazes de nos fazer um trabalho digno. -----

Saúdo os protocolos que serão assinados para requalificação do espaço público, mas é fundamental que olhemos para o acordo de transferência de competências e que, desde já, desde o início do mandato, seja olhado para ele tanto para as garantias que tínhamos no acordo de 2022 e que os créditos não acabam, como para uma nova atualização que é necessária fazer para dar meios e recursos suficientes para um trabalho digno às freguesias.” -----

- **Dr. Duarte Nuno Simões Rodrigues (Paul):** “Trago aqui uma questão para colocar ao Senhor Presidente e três alertas, digamos assim. -----

A primeira questão é que soubemos que houve um convite formal às freguesias para participarem também na Feira Internacional de Turismo, convite esse que não foi formulada à Junta de Freguesia do Paul. Gostava de saber quais foram os critérios de atribuição para esse convite porque esse convite, de facto, não nos chegou. -----

Uma outra intervenção que queria aqui fazer, em jeito de alerta, relativamente ao edifício onde se encontra instalada a 4.ª Secção dos Bombeiros Voluntários do Paul. Já motivou, há algum tempo, um pedido formal de intervenção urgente por parte da Junta de Freguesia com o objetivo de devolver dignidade e segurança aos nossos bombeiros. -----

Em paralelo a isso, volto a reiterar a urgência de intervir também no anfiteatro da vila, espaço que tivemos que encerrar por razões de segurança pública. Desde dezembro do ano passado que a vila do Paul está privada de uma sala multiusos de elevado índice de ocupação e importância para a comunidade. A intervenção integral neste edifício é, pois, de extrema urgência. No entanto, a necessária requalificação persiste um problema estrutural de fundo. Creio que poucos temos a noção, mas quase 40% dos bombeiros estão na 4.ª secção do Paul. Esse problema estrutural aloca-se relativamente à capacidade que o edifício já não tem. Não dispõe de espaço suficiente, nem estacionamento adequado para as viaturas dos operacionais. Nestas últimas intempéries que tivemos, o próprio Corpo de Bombeiros teve de deslocar os veículos para a Covilhã para estarem mais abrigados das intempéries. -----

Entendemos que chegou o momento de avançar com a planificação da construção de, provavelmente, um novo quartel numa outra zona. A Junta de Freguesia dispõe de condições para

disponibilizar um terreno necessário à construção deste equipamento. Apelo, por isso à Câmara Municipal que inclua essa prioridade no planeamento municipal e que se inicie com maior brevidade possível um diálogo e os estudos para viabilizar esta infraestrutura essencial à proteção civil e à segurança de toda a população. -----

Um segundo alerta que vos queria deixar é o tema dos madeireiros. Sabemos da importância que estas empresas e estes operadores têm, especialmente nesta fase de pós incêndios, no processo de reflorestação e recuperação do território. Contudo, não podemos aceitar que em algumas destas empresas se demitam da responsabilidade de repor integralmente os caminhos florestais danificados pelas suas operações, nem o respeito pelo bem público, nomeadamente na degradação das vias municipais e dos caminhos vicinais. -----

Embora reconhecemos o fator agravante destas intempéries, a tempestade na degradação da rede viária, urge maior rigor na fiscalização por parte da Câmara Municipal no cumprimento das obrigações contratuais e ambientais por parte destes operadores. -----

O segundo alerta também que gostava aqui de deixar é a degradação da rede viária causada pelas intervenções da AdC. Frequentemente envolvem a abertura de buracos nas estradas e caminhos, porém os tapa-buracos feitos na maioria das vezes com material que é inadequado, sem garantia de durabilidade, passado uns tempos e após as primeiras chuvas, o buraco reaparece aprofundando-se novamente, ficando este ónus da reparação sempre a cargo da Junta de Freguesia. -----

Apelo também neste caso ao Município que exerça uma vigilância mais efetiva e coordenada sobre estas intervenções, exigindo à concessionária a reposição integral da qualidade das vias, evitando assim custos adicionais para as freguesias, neste caso as juntas, e prejuízos contínuos à população.

Outro tema que queria aqui também deixar é o tema da recolha de lixo. É fundamental o reforço e o apoio da Câmara nos equipamentos de recolha de lixo. Muitas vezes já se encontram obsoletos, podres, com falta de limpeza e tudo o que isto acarreta, nomeadamente com roedores, pragas associadas e a questão de saúde pública. É fundamental o reforço e o apoio da Câmara Municipal na substituição e manutenção destes equipamentos, bem como na limpeza periódica e desobstrução, cuja degradação afeta diretamente a qualidade de vida ambiental, segurança e a imagem da nossa vila.” -----

- **Rui Manuel Cruz Ferreira Amaro (Peso):** “Neste mandato, venho aqui representar a minha freguesia com muito orgulho, em substituição do atual Presidente de Junta. No entanto, não quero deixar passar em claro algumas coisas que temos para contratar e resolver na freguesia. -----

A remodelação da cantina escolar é uma obra com grande urgência e que é precisa fazer na Freguesia do Peso, dado que temos 22 alunos a comerem em instalações provisórias há cerca de dois anos. Também iniciamos, a apensas da freguesia, a colocação de dois pisos nas salas do jardim-de-infância, dado que as mesmas já tinham buracos e não podíamos continuar a estar ali todos os dias e a assobiar para o lado. Tínhamos que resolver a situação e a Junta com o seu orçamento veio fazer a obra. -----

No entanto, temos também o edifício da EB 1 que também necessita do mesmo tratamento, a colocação do piso na sala 1 e na sala 2. -----

Temos também para resolver a situação causada pelas intempéries na Estrada Municipal 503 com o abatimento que se encontra entre o Peso e Vales do Rio, que continua a bater todos os dias e a colocar em risco quem passa ali. Não é com a colocação das fitas que se resolve o problema! É sim com a intervenção no local e com a reposição do pavimento. -----

Reparação da Rua Santa Maria Madalena – Esta rua é atualmente a segunda rua mais importante da Freguesia do Peso que tem acesso aos atuais ERPI, à Residência Sénior e à nova ERPI que está a ser construída. Também tem a sede da Associação da Juventude do Peso e a Igreja, portanto é das ruas mais importantes na Freguesia que está completamente degradada e é preciso também resolver o problema em relação às águas pluviais porque, qualquer dia, só de barco quando chove, como está a chover, é que se consegue andar naquela rua. -----

Perguntar-lhe como é que está a situação do Centro Social Comunitário do Peso que tem uma nova ERPI para abrir, um investimento de 2.500.000€ em que a Câmara participou com 100.000 € e que, depois de algumas reuniões, já comunicamos ao Senhor Presidente da necessidade de um apoio superior a esse para que a obra se acabe. Ela está praticamente concretizada, mas para que os pagamentos sejam todos efetuados. Acho que é importante para o concelho da Covilhã que todas as IPSS que se encontram a fazer atualmente grandes investimentos sejam novamente apoiadas e com um valor substancial, dado que qualquer obra que foi financiada pelo PRR não chegou àquilo que estava previsto. -----

Quando fizemos a candidatura, fizemos as candidaturas a contar com cerca de 100% e, na pior das hipóteses, 90% do valor das obras e agora podemos dizer que nenhuma delas teve esse valor derivado ao custo de mercado. Andaram todas na ordem dos 54 ou 55%. Ou seja, todas as IPSS que estão a fazer, que são cinco, foram à banca buscar valores avultados para não deixar que o investimento se deixasse de fazer no concelho da Covilhã. Mais uma vez estão as associações a substituir-se ao Estado. Mas, em contrapartida, os dirigentes dessas associações colocam em risco a sua vida pessoal porque são eles que avalizam esses investimentos e isso tem que ser visto de outra forma na Câmara Municipal e a Câmara tem que apoiar efetivamente estas situações porque são demasiado importantes para estarmos pouco preocupados.” -----

- **Prof. Vítor Manuel Reis Silva (PCP):** “Levantou-se aqui a questão das majorações relacionadas com IMI, aquele processo que já falei há pouco quando estávamos aqui a discutir a regeneração urbana. Portanto, a questão que se coloca é se a Câmara faz a identificação dos prédios e comunica à Autoridade Tributária em processo, digamos, administrativo ou a questão que coloco é qual é o envolvimento dos proprietários, se existe o tal Regulamento que também, de certa forma, defende a participação dos proprietários neste processo. -----

Salientar que estamos muito atrasados no BUPi. Só cinco freguesias é que conseguem ultrapassar os 50%. -----

Quanto à requalificação das escolas, lamento com o problema da Escola Secundária Frei Pinto. Penso que o piso dos pavilhões continua a ser um problema daquela escola. É um problema, principalmente dos colegas que trabalham na área da Educação Física e Desporto e lamento

também que o Tortosendo não apareça no âmbito da listagem dos trabalhos para a requalificação, não só a questão do edifício escolar, etc. e a construção de uma infraestrutura desportiva que dê resposta às necessidades das crianças daquela escola. -----

Na Educação constato que há faturas passadas aos encarregados de educação, mas não encontro o número de alunos com escalão A e B que já beneficiaram e se a Câmara Municipal está a trabalhar no sentido que o apoio chegue ao máximo de crianças que têm direito a este apoio. -----

Depois, a preocupação a nível social. Aqueles números que os serviços colocam do aumento de processo de acordo e intervenção social das famílias em vulnerabilidade social, aquelas que se encontram em privação material, em risco social sinalizado é, de facto, preocupante. Isso é indicador que no concelho, a nível social, há problemas para resolver. Fiquei preocupado ao ler estes números e o trabalho que é feito pelos próprios serviços a esse nível. O RSI até considerei que o número não é assim tão excessivo como isso, como muitas vezes se diz por aí na Comunicação Social que há muita gente a receber sem trabalhar. Mas o RSI é uma prestação temporária e não é assim tão significativo o número de quem beneficia. -----

Depois, criar ou ativar e dinamizar as Comissões Sociais de Freguesia, penso que é uma boa ação e uma boa iniciativa. É aproximar as pessoas e os problemas e estar mais atento junto às pessoas. --

Depois a questão dos transportes públicos e a questão da equidade concelhia. Não podemos continuar a discriminar e a penalizar as populações por razões do local onde vivem. Portanto, isto até é inconstitucional, penso eu. Ou seja, tem que se encontrar aqui um tratamento único para todas as populações do concelho, para quem reside neste concelho. Portanto, é uma exigência e iremos continuar. Enquanto não for feita a justiça, iremos continuar “até que a voz nos doa”. ----

- **Dra. Irina de Jesus Rosado Simões (PCP):** “Trago-vos aqui um detalhe que não é menor. Venho-lhes falar acerca das crianças da Escola EB 2/3 do Tortosendo que não são da freguesia do Tortosendo, mas que frequentam a escola e que são utilizadoras do transporte escolar. É uma situação recorrente, já de há muitos anos, estas crianças não dispõem de um abrigo onde possam apanhar o transporte. Ou seja, apanham o transporte no portão da escola, mas não existe um abrigo. As crianças estão à chuva e ao vento. Chegam à escola molhadas, material escolar danificado e depois chegam a casa sob as mesmas condições. Num passado muito presente, a Câmara deu aqui uma resposta muito rápida relativamente ao transporte escolar das crianças e jovens que frequentam a mesma escola de Cortes do Meio e Bouça que eram as únicas crianças que tinham que ir à Avenida Viriato apanhar o transporte, agora já apanham o transporte à porta da escola, como todos os outros, e tendo em conta que até foi uma situação em que tinha que colocar outras entidades, penso que a construção de um abrigo ali no portão da escola se calhar é algo que vocês vão conseguir fazer muito rapidamente.” -----

- **Prof. Amadeu Luís Pinto Fragas Alberto (CH):** “Pensei que esta Câmara nos pudesse esclarecer, uma vez que os temas já foram aqui debatidos, mas desta vez reitero o meu pedido de esclarecimento endereçado ao Senhor Presidente da Câmara Municipal da Covilhã. -----

A Assembleia Municipal da Covilhã, enquanto órgão representativo dos munícipes da Covilhã, assume uma função central na definição de orientações estratégicas do concelho, na fiscalização

da atividade da Câmara Municipal da Covilhã e na promoção do debate plural, informado e responsável sobre as matérias de interesse público local. É neste contexto institucional, pautado pelos princípios da legalidade, transparência e responsabilidade democrática que se apresenta o presente pedido de esclarecimento com o propósito de contribuir de uma forma construtiva para o desenvolvimento do concelho, a defesa dos interesses covilhanenses e o reforço na qualidade da governação autárquica. -----

Pelo exposto, solicitamos o seguinte esclarecimento: -----

Tendo em conta que já foram apresentados pelos munícipes dois abaixo assinados devido ao ruído no centro histórico da Covilhã e ao não cumprimento de horários por parte dos estabelecimentos de diversão noturna, vimos questionar à Câmara Municipal o que tem feito para o cumprimento dos alvarás que licenciou e autorizou. -----

Na documentação disponibilizada sobre a informação escrita na secção Atividades promovidas pela Divisão de Fiscalização Municipal de 15 de dezembro de 2025 a 15 de fevereiro de 2026, que é o Anexo II, não é esclarecedor sobre as fiscalizações efetuadas a espaços noturnos e ao cumprimento de alvarás. -----

Assim, solicitávamos que a informação pudesse ser mais detalhada em vez de números totais de fiscalizações que nada nos dizem quando aparecem num bolo total. -----

Relembrando a legislação em vigor, a ASAE – Autoridade de Segurança Alimentar e Económica e as câmaras municipais são responsáveis por fiscalizar os estabelecimentos, verificando o cumprimento da Lei do Ruído, Higiene e Segurança. -----

Na reunião da Assembleia Municipal, datada de 29 de dezembro de 2025, o Senhor Presidente da Câmara respondeu que *“Decorre na Câmara Municipal neste momento o prazo e contributos públicos para a revisão do Regulamento de Atribuição de Horários de Estabelecimentos e é aí também uma oportunidade para, porventura, darmos contributos para essa regulação e diria que esse Regulamento termina com a aprovação posteriormente aqui na Assembleia Municipal e será seguramente um tema que iremos visitar nos próximos meses nesta nossa Assembleia.”* -----

Após consulta do interesse da Câmara Municipal da Covilhã, não foi encontrado um local onde estivesse aberta essa consulta pública para revisão do Regulamento de Atribuição de Horários de Estabelecimentos e, assim, gostaríamos também de ver esclarecido onde e de que forma podem ser apresentados os contributos dos munícipes para a construção do referido Regulamento. -----

Um outro esclarecimento: sabemos também que os Escuteiros endereçaram um email com preocupações relativamente às condições de segurança nas instalações do movimento escutista. Sabemos que não é um edifício camarário, mas que está suportado com custos e nas quais nos revemos. Assim, gostaríamos de saber se existe algum planeamento e disponibilidade por parte do Executivo para uma reunião de carácter de urgência, de forma a poder ser analisada a situação e articular uma solução que salvguarde o interesse das crianças e dos jovens. -----

Se está previsto algum arranjo efetivo dos elevadores de Santo André e Jardim Público que, ao que parece, já estão avariados há imenso tempo e para que não aconteça o mesmo que aconteceu com o elevador da Goldra que, após cinco dias da sua reparação, voltou novamente a ficar indisponível.

Nos últimos dias tivemos conhecimento de uma publicação relativamente à reunião de Câmara onde foi abordado o estado do estaleiro da Boidobra. Porém, a questão que aqui trazemos vai mais além dessa constatação. Dizem que não apresentamos propostas e aqui seria uma das propostas que a Câmara poderia ter desenvolvido. Depois dos danos significativos verificados em inúmeros telhados na sequência das intempéries que atingiram vários municípios, é legítimo questionar como se justifica que existe uma quantidade considerável de telhas armazenadas a degradar-se e mal acondicionadas quando há populações que delas necessitam com urgência. Pergunto de forma clara: não deveria o Executivo ter assumido uma postura proactiva, disponibilizando esses materiais às famílias afetadas em vez de permitir a sua deterioração? Estamos a falar de um apoio concreto às pessoas no momento em que elas mais precisam e é precisamente isso que se espera de uma autarquia: capacidade de resposta, sentido prático e solidariedade efetiva.” -----

- **Prof. Doutor José Carlos Páscoa Marques (MIPP):** “A informação escrita do Senhor Presidente da Câmara é exaustiva, embora com granularidade diferenciada por serviço. Nesta informação, refere o Senhor Presidente as reuniões preparatórias referentes à Feira de Santiago. -----

Como o texto é muito telegráfico e estamos perante um novo Presidente, uma nova visão, uma nova ambição, o Grupo Municipal do MIPP gostaria de saber mais detalhes sobre o que será possível fazer já este ano, o que se prevê mudar em próximos anos, em particular quanto ao programa, mas também quanto à sua projeção mediática a nível nacional. -----

Sabemos que já existe projeção sub-regional, até pela vinda de inúmeros visitantes de concelhos vizinhos, mas há outras feiras que se impõem no panorama nacional e projetam a nível nacional os seus municípios. Portanto, tem que haver aqui também esse tipo de ambição. Achamos nós. -----

Já a nível operacional, pressupomos da leitura do documento que a ideia será manter durante os próximos quatro anos a feira no mesmo local por falta de dinheiro para espaços alternativos. -----

Gostaríamos de recomendar ao Senhor Presidente ainda e noutro aspeto que mandasse rever os documentos enviados, pois na página 9 uma parte do documento está cortada com indicadores relevantes referentes ao GIGAP e, portanto, os parâmetros não estão visíveis. -----

No entanto, Senhor Presidente, não podemos deixar de elogiar também a melhoria em relação a de dezembro da informação referente ao Gabinete de Empreendedorismo e Promoção do Desenvolvimento e muito em particular os dados referentes ao CIEC. Muito obrigado por essa melhoria. -----

Mas mais. Gostaríamos aqui de referenciar que nos congratulamos pela articulação com o Gabinete de Saídas Profissionais da UBI, pois é importante reter uma parte significativa dos mais de 1000 estudantes que todos os anos terminam os cursos na UBI. Sobre este aspeto é importante haver uma estratégia, uma visão para, no fundo, identificar o número de estudantes que efetivamente acaba por ficar no nosso concelho quando terminam os seus cursos e depois, com base nessa métrica, definir objetivos para aumentar o número de estudantes que aqui ficam porque senão os estudantes passam aqui quatro, cinco anos, alguns seis, mas acabam por se ir embora e, portanto, esse é um aspeto muito, muito, muito importante. -----

Já de um ponto de vista mais crítico, gostaríamos de dar nota que uma das missões que é elencada pelo próprio Gabinete de Empreendedorismo e Promoção do Desenvolvimento, está lá escrito no relatório, é o levantamento e a atualização dos espaços disponíveis nas zonas industriais para investidores. Infelizmente, esta informação não consta do relatório e, portanto, seria importante saber. A pergunta que se impõe é: será que se vão perder investimentos por falta de espaços disponíveis? -----

Finalmente, refere ainda o Senhor Presidente, na sua informação, que foi feita uma aquisição de serviços com vista ao projeto do Pavilhão Desportivo coberto do Complexo Desportivo da Covilhã, pelo que gostaríamos de ter mais informação sobre este assunto do que aquela telegráfica que dele consta, assim como sobre a aquisição de serviços referentes ao fornecimento do projeto técnico para a construção da variante a Gibraltar.” -----

- **Mafalda Lourenço Nunes (PSD):** “No passado dia 2 de novembro, quando tomou posse como Presidente da Câmara Municipal, afirmou que investir na regeneração urbana, nas infraestruturas e no espaço público é investir na qualidade de vida. Prometeu que os sanitários públicos iriam estar abertos até ao final do ano. No passado dia 29 de dezembro, o Senhor Presidente disse aqui na Assembleia Municipal que os sanitários públicos do Mercado já estavam em funcionamento. Hoje, dia 23 de fevereiro, não existe um único sanitário público em funcionamento, incluindo os do Mercado Municipal. Pergunto Senhor Presidente, quando será cumprida esta primeira promessa?

Prometeu também uma cidade mais iluminada, nomeadamente nas proximidades da Praça do Município. Senhor Presidente, com o novo contrato de iluminação que vamos discutir hoje consegue garantir uma iluminação digna nas passeadeiras que atualmente representam um perigo real para os Covilhanenses? -----

Prometeu ainda a constituição de uma equipa de trabalho que, no prazo de seis meses, apresentaria um relatório técnico e estratégico sobre o estado da rede viária municipal. Esta equipa já foi constituída? As nossas estradas têm mais buracos do que asfalto. -----

Senhor Presidente, para quando uma intervenção na Rua Pinhal do Gaitreiro que, desde março de 2024, existe um buraco? As primeiras baías de segurança encontram-se já dentro do buraco que, neste momento, já é uma cratera. A estrada encontra-se rachada e está a um poste de eletricidade inclinado em risco de queda para a Rua José Caetano Júnior. Até quando vão estar aquelas famílias em perigo? -----

Na Quinta do Amieiro Longo, o caminho está danificado devido à ribeira que ali passa, pondo famílias sem acesso às suas casas se a estrada ceder. É desta forma que queremos tratar os Covilhanenses? -----

A Piscina Municipal começou com um orçamento de 250.000 €. Neste momento vamos em 1.660.000€. Para quando o fim das alterações orçamentais? Será mesmo em setembro que vamos devolver a Piscina aos Covilhanenses ou é mais uma promessa como a das casas de banho? -----

Os elevadores da cidade passam mais tempo parados do que em utilização. A fiscalização à concessionária está a ser feita? Qual a justificação para existirem elevadores sem botões? E qual é

que é a justificação para que elevadores após a sua manutenção, muitas das vezes passando menos de uma semana voltem a parar? -----

Quanto à promessa de uma cidade mais limpa, é verdade que existem melhorias em algumas zonas, mas o Parque da Goldra, em grande parte da sua extensão, um autêntico depósito de lixo a céu aberto. Já deu informação que está prevista a sua requalificação ainda este ano. Mas quando é que vai começar visto que já assumiu publicamente que o parque não tem as condições básicas? É esta a imagem que queremos transmitir a quem nos visita? -----

Este ano tivemos um inverno muito rigoroso e obrigou a vários encerramentos das estradas por razões de segurança. Não seria mais prudente que após a passagem do Limpa Neves, a Proteção Civil apenas permitisse a subida de viaturas com correntes ou pneus de neve? O que acontece muitas vezes é que as viaturas sem equipamento adequado avançam, ficam imobilizadas e voltam a colocar todos em risco, obrigando a novas intervenções. Trata-se de uma medida simples de prevenção, segurança e responsabilidade. -----

Por fim, relativamente à modernização do Complexo Desportivo, os Covilhanenses sabem que já iniciaram as reuniões com os clubes e as associações. Até quando vamos ter que esperar pelo relvado sintético? Ou é só mais uma promessa e os nossos atletas vão continuar a treinar sem dignidade?" -----

- O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** começou por responder a todas as perguntas que lhe foram colocadas, "todas elas muito importantes, muito interessantes e muito válidas e sobretudo uma oportunidade que me permite esclarecer tudo. É para isso que aqui estou com muito gosto e aqui venho com toda a disponibilidade. -----

Começando na ordem cronológica, Senhor Presidente da Junta Marco Gabriel desejo-lhe também um bom mandato, agora também formalmente aqui na nossa Assembleia e agradeço as palavras simpáticas que nos dirigiu. -----

O Senhor Presidente traz-nos aqui a questão das verbas da transferência de competências para as juntas de freguesia. Tive a oportunidade também de lhe dizer a si e aos seus colegas presidentes de juntas e uniões de freguesia, aquando a nossa reunião, que do ponto de vista da contratualização iríamos manter exatamente os mesmos valores que estavam contratualizados, não porque não tivéssemos vontade ou desejo de aumentar esses valores, mas pela simples razão de que o orçamento não o permitia. Senhor Presidente, deixe-me que lhe diga que, apesar disso, também reforcei a importância e o valor a colaboração que atribuímos às juntas de freguesia. -----

Também tive a oportunidade de anunciar ainda na Assembleia Municipal de dezembro e transmitir às Senhoras e aos Senhores Presidentes que precisamente, procurando estreitar essa colaboração, iríamos propor à aprovação um protocolo anual com as juntas de freguesia num montante específico para cada junta de freguesia, numa área muito concreta de intervenção: a regeneração pública e requalificação do espaço urbano. -----

A verdade é que estamos a falar só nesta transferência entre a transferência de competências, os 250.000 € anuais para a regeneração e recuperação do espaço público, aquilo que é os apoios para as manifestações culturais, de promoção de tradições e cultura das nossas freguesias, aquilo que

é também um apoio específico no âmbito do Regulamento para a aquisição de materiais de limpeza, estamos a falar só nesta parte de montantes que rondam os 2 milhões de euros e já não falamos depois naqueles protocolos que vamos fazendo anualmente e pontualmente com todas as juntas de freguesia para obras em concreto. -----

Senhor Presidente, deixe-me lhe dizer também outra coisa. Consultando aquilo que são as tabelas da DGAL – Direção Geral da Administração Local, é com muito orgulho que vejo que o Município da Covilhã se posiciona, a nível nacional, em 22.º lugar dos municípios que transfere mais dinheiro para as juntas de Freguesia. À nossa frente temos apenas câmaras de grande dimensão, sobretudo nas áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto que têm outro tipo de responsabilidade perante as suas comunidades. Portanto, aqui não se trata de uma falta de vontade, de uma disponibilidade do Presidente da Câmara ou do Executivo Municipal para transferir mais dinheiro para as juntas de freguesia. Trata-se mesmo da falta de recursos e, portanto, temos que administrar os recursos que temos. Já hoje estamos a transferir para as juntas de freguesia muito mais dinheiro do que a grande maioria das câmaras municipais no país. São 308 e o Município da Covilhã está em 22.º lugar dos municípios que transfere mais dinheiro para as juntas de freguesia e mesmo assim intensificamos aquilo que foi o trabalho e os protocolos de colaboração para intensificar esse trabalho. -----

Aquilo que eu peço às juntas de freguesia, tenho a certeza que o fazem, é que consigamos, em conjunto ou em colaboração entre a Câmara Municipal e as juntas de freguesia, dar resposta aos nossos concidadãos no trabalho diário de resolver os seus problemas, mesmo dos problemas que não são da nossa responsabilidade e, como sabem, são muitos que não sendo da competência e da responsabilidade quer da Junta de Freguesia, quer da Câmara Municipal, somos geralmente suscitados para os resolver. -----

Portanto, Senhor Presidente, quando tivermos disponibilidade faremos esse reforço. -----

Sobre a questão do convite para a FITUR e para a BTL, Senhor Presidente da Junta de Freguesia do Paul, devo-lhe dizer que não há, obviamente, nenhuma intencionalidade. A informação que tenho dos serviços é que o convite foi enviado. Não sei se eventualmente, na transição do mandato, houve aqui alguma alteração do endereço de e-mail. A informação que tenho dos nossos serviços do Turismo e da Senhora Vereadora com o pelouro é que esse convite foi enviado. -----

Mas dar-lhe conta também que, não sendo já possível voltarmos ao passado e termos a Freguesia do Paul na FITUR, é possível já na BTL que começa na quinta-feira, e aliás estão todas e todos convidados para visitar o stand que o Município da Covilhã vai ter na BTL, se tanto próprio e também a participação que vai ter no stand da Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela. Estou muito convencido que é ainda possível de incrementar, digamos, essa participação da Freguesia do Paul na BTL que vai começar na próxima quarta-feira até ao fim de semana. -----

Do ponto de vista das questões sobre o auditório e o espaço dos bombeiros do Paul, todo o edifício é um edifício municipal que está cedido uma parte para os bombeiros, outra parte à Junta de Freguesia. Temos noção das limitações que o edifício tem. Aquilo que esperamos, desde logo das entidades a quem cedemos o edifício, é que vão fazendo a manutenção que permitam a conservação daquele espaço e temos a expectativa de que seja possível, no futuro, ter algum tipo de financiamento que nos permita melhorar ou ampliar até aquele espaço, sendo certo que tem cumprido com aquilo que são as suas funções tanto do ponto de vista do apoio para a Secção do

Paul dos Bombeiros Voluntários da Covilhã, como para as diversas atividades culturais, recreativas e outras que decorrem no auditório. -----

Em relação aos madeireiros, tive a oportunidade de abordar este assunto na reunião da passada semana da Comissão Municipal de Proteção Civil. Estamos a fazer aquilo que nos compete e que está ao nosso alcance. Os madeireiros são importantes porque são eles que, no fundo, nos permitem cortar a madeira das áreas ardidas e, no fundo, iniciar a primeira fase de requalificação e de reflorestação do território. A verdade é que eles devem-no fazer respeitando e conservando aquilo que são as infraestruturas municipais e é isso que esperamos e é isso que a fiscalização municipal tem feito também com a colaboração das Senhoras e dos Senhores Presidentes de Junta e também com a colaboração, já agora, das forças de segurança que estão atentas e que vão atuando. Portanto, aquilo que temos feito, através dos serviços de fiscalização do Município, é estar atentos àquilo que são eventuais prevaricações que possam existir no sentido também de fazer cumprir a lei e salvaguardar aquilo que é o interesse público. -----

O Senhor Presidente, em substituição, da Junta de Freguesia do Peso, coloca aqui um conjunto de questões sobre as obras e as expectativas que têm de realização na sua Freguesia. Tivemos a oportunidade de conversar sobre isso naquilo que foi a reunião que já mantive com o Senhor Presidente da Junta onde também o Senhor esteve presente. -----

Vamos, ao longo deste mandato, certamente ter condições para alcançar um conjunto destas realizações. Não é o meu estilo e nem vai ser daqui para a frente, de vir aqui fazer promessas vãs que não saiba exatamente quando é que as vamos cumprir. Estão sinalizadas as vossas preocupações. Vamos fazê-las de acordo com aquilo que sejam as condições que quer à Câmara, quer à Junta de Freguesia têm. -----

Em relação ao Centro Social Comunitário, o Senhor Presidente em exercício esteve também na qualidade de Presidente do Centro numa reunião comigo onde teve a oportunidade de demonstrar essa preocupação. Também fui muito claro, Senhor Presidente. Estamos profundamente sensibilizados e eu, pessoalmente, estou profundamente sensibilizado para a causa do Centro Social Comunitário do Peso, como de todas as outras IPSS, e mais uma vez cá está a Câmara Municipal a apoiar competências que não são da Câmara Municipal e, portanto, não podemos deixar de o fazer apesar de ser uma competência do Estado Central. Senhor Presidente, vamos apoiar. Não me vou comprometer consigo de imediato no montante que vamos fazer esse apoio. Como muito bem reconheceu, o Centro Social já tem um montante desse apoio da Câmara Municipal da Covilhã de 100.000 €. Vamos ver até onde conseguimos no reforço desse apoio. -----

Aquilo que lhe peço, considerando aquilo que são as suas boas ligações do ponto de vista partidário e engajamento com o Governo da República, é que utilize essas boas relações para sensibilizar o Governo e o Estado Central para ajudarem as IPSS porque concordo consigo. Todo o dinheiro que foi canalizado para o PRR que era supostamente para pagar a 100% dos projetos, neste momento é claramente insuficiente e aquilo que vemos é que do Estado apenas a Câmara Municipal tem acompanhado. Aquilo que lhe exorto, Senhor Presidente, é que porventura, do ponto de vista do Partido Social Democrata e do Governo da República, exorta o Governo a acompanhar a Câmara Municipal a apoiar as nossas IPSS porque a Câmara Municipal, pese embora não tenha essa competência delegada, temo-lo feito e vai continuar a fazê-lo. -----

Senhor Deputado Vítor Reis Silva da CDU, as casas devolutas têm sido uma preocupação de todos, de todas as freguesias, também deste Executivo Municipal e dos serviços municipais. Estamos a proceder ao levantamento e ao agravamento do IMI. Aliás, de acordo com o Código do IMI, há um agravamento se as casas estão devolutas e degradadas e, portanto, estamos a fazer o levantamento do estado desses imóveis, sendo que depois o agravamento não é feito exatamente pela Câmara Municipal. Aquilo que fazemos é comunicar ao Serviço de Finanças o estado em que os imóveis se encontram e é depois nesse âmbito que é feito ou não o agravamento em função desse estado. -----

Senhor Presidente Rui Amaro, dar-lhe conta que a Estrada Municipal 513, que liga Vales do Rio e Peso, já tive a oportunidade de, pessoalmente com os serviços e com o Senhor Presidente da Junta de Vales do Rio, visitar essa estrada e não me vou meter nessa guerra dos limites. Na sequência de uma visita que fiz a outros prejuízos que existiam na Freguesia de Vales do Rio e aproveitámos a presença no terreno do Senhor Diretor de Obras e Planeamento e fomos visitar aquele espaço. De facto, isso decorre daquilo que foram as tempestades das intempéries. A estrada abateu. Essa estrada está sinalizada naquilo que são os prejuízos. Já sinalizámos parte e vamos continuar a sinalizar outros que ainda não foram sinalizados ao Estado Central. Também lhe posso dizer que inclusivamente estamos, com os serviços do Município, a avaliar porque, no dia em que aquela estrada tiver de ser intervencionada, os carros têm que continuar a passar. Estamos já a perceber e a avaliar, do ponto de vista técnico com o Senhor Eng.º Jorge Vieira, o nosso Diretor de Obras e Planeamento, como é que vamos fazer a circulação dos carros quando essa estrada estiver a ser intervencionada. Não consigo, mais uma vez, comprometer-me com prazos. Isso aconteceu há três ou quatro semanas. Estamos na fase do levantamento. Haveremos de lá chegar. -----

Voltando ao Senhor Deputado Vítor Reis Silva que me fala da questão das infraestruturas escolares na Escola do Tortosendo e nos espaços desportivos, Senhor Deputado é por mim assumido já que queremos continuar neste mandato a intensificar no futuro naquilo que é o trabalho de qualificação, de capacitação, de requalificação, de melhoria de condições das nossas escolas, incluindo também essa escola que refere, incluindo as infraestruturas que se referencia. Vamos fazê-lo à medida que nos seja possível, no âmbito do investimento e da disponibilidade financeira do Município e também daquilo que sejam os apoios que o Estado Central nos disponibiliza através de fundos comunitários ou outros para o efeito. -----

Quanto à Senhora Deputada Irina Simões, tomei boa nota dessa falta de um abrigo de passageiros na Escola do Tortosendo. Para mim faz todo o sentido. Vou tomar nota e peço aos serviços para tomarmos nota disto e ver juntamente também o que é que é possível fazer e como é que conseguimos melhorar as condições. Vamos entrar, esperemos nós, na primavera e, portanto, já não seja tão necessário, mas faz todo o sentido o que me diz. Vou ver as condições que temos para fazer essa intervenção de melhoria das condições dos nossos estudantes que é de todo desejável.

Depois quanto ao Senhor Deputado Municipal do CHEGA, Amadeu Alberto, sobre a questão dos horários dos estabelecimentos mais o controlo do ruído. Senhor Deputado, a questão do horário é feito sobretudo através das forças de segurança que é quem compete, no fundo, fiscalizar se cumprem ou não aquilo que são os horários estabelecidos nos alvarás. Do ponto de vista da fiscalização municipal, temos o nosso Serviço de Fiscalização que faz a fiscalização não só dos

estabelecimentos de diversão noturna, mas de tudo aquilo que é, digamos, necessário fiscalizar no âmbito municipal. -----

Os contributos para o regulamento do ruído – Já foi publicitado no Boletim Municipal. Estava a tentar ver aqui neste introito se conseguia ter qual era o número do Boletim Municipal, mas ele já aconteceu. De todo o modo, Senhor Deputado, como membro desta Assembleia tem sempre a oportunidade de fazer chegar esses contributos aos serviços e ao Presidente da Câmara Municipal. Eles são muito bem-vindos. Sendo uma cidade universitária, temos que compatibilizar a necessidade de termos um espaço para diversão dos nossos estudantes, mas nunca esquecendo aquilo que é o direito ao descanso dos nossos concidadãos. Temos que compatibilizar de alguma forma esses direitos e essas expectativas. -----

Em relação aos estaleiros da Boidobra, quero-lhe dizer o seguinte: as telhas que o Senhor Deputado viu que foram apresentadas por Senhor Vereador na última reunião pública de Câmara, elas são telhas usadas que fazem parte dos telhados das escolas e de outros edifícios municipais e que servem exatamente para substituir alguma telha que se parta. Não sei se o Senhor Deputado tem conhecimento, certamente que não tem senão não teria colocado a questão, há imensas tipologias de telhas. Se o Município fosse dispensar as telhas que ali tem, o dia que tivéssemos uma telha partida nos nossos telhados dificilmente ou de forma impossível conseguiríamos substituí-la. -----

Depois dizer-lhe o seguinte: não precisamos de simular a solidariedade. A solidariedade faz-se com discrição. Não preciso simular chuva ou dissimular outro tipo de acontecimentos para dramatizar ajuda aos outros. Eu pessoalmente e o Município da Covilhã ajuda sempre que nos é possível e que entendemos que é necessário fazê-lo. Já nos associámos também, nós próprios e outras entidades do município da Covilhã, para ajudar as populações que foram vítimas desta intempérie – nós, que somos um dos concelhos que estava em estado de calamidade. Apesar disso, Senhor Deputado, quero-lhe dizer que ajudámos com muito gosto em tudo aquilo que foi necessário, possível e que estava ao nosso alcance a partir do primeiro dia. Não fazemos uma coisa que é publicidade. Fazemos a solidariedade para ajudar, de facto, quem precisa quando podemos. Não é para que os outros saibam que somos muito comovidos e que ajudamos. Não. Fazemos e ajudamos quando temos condições para o fazer e quando percebemos que os outros precisam sem publicidade. E, portanto, foi isso que aconteceu e, no meu mandato, é assim que vai acontecer. -----

Senhor Deputado José Páscoa, sobre as considerações que faz sobre a Feira de São Tiago, a questão do lugar e da promoção nacional, devo-lhe dizer já falei publicamente sobre isto quer em campanha, quer já eleito. Também gostava que, no prazo deste mandato, conseguíssemos dar passos para encontrar um espaço diferente para a realização da Feira de São Tiago. Ambiciono, mas isto é uma opinião pessoal, um parque da cidade mais para a zona baixa da cidade e mais afastada do centro, que haja condições para a realização não só da Feira de São Tiago, mas seja um parque que esteja, à semelhança daquilo que encontramos noutras cidades do país e do mundo, à disposição das famílias, dos jovens e dos mais idosos para as mais variadas funções de lazer, mas também para a realização da Feira de São Tiago. Infelizmente ainda não vai ser nesta edição porque a Feira de São Tiago é daqui a poucos meses e, portanto, vamos mantê-la no sítio onde está. Estou convencido que vai ser um sucesso, apesar de este ano termos uma versão com menos dias, mas vai continuar a ser um sucesso. Estou muito confiante naquilo que é a edição do ano de 2026. -----

A questão da fixação de estudantes da Universidade da Beira Interior na Covilhã, o Senhor Deputado, melhor do que ninguém, sabe que a nossa Universidade da Beira Interior forma alunos para todo o mundo. A Universidade da Beira Interior não forma alunos para a Covilhã, nem forma alunos para a região. Forma alunos para todo o mundo. Outra coisa que acompanho é que é preciso que criemos e melhoremos as condições que a região tem para dar a oportunidade para que estes alunos que aqui estão ou outros que venham de fora aqui queiram concretizar o seu projeto de vida familiar e empresarial e que encontrem essas condições. Estamos a fazê-lo. Vamos intensificá-lo. Conto também com o Senhor Deputado, com a sua colaboração e com o seu contributo para o efeito. Aliás, e convido todos, vamos ter mais uma vez este ano a segunda edição da *Covilhã Inov Summit*. Brevemente daremos nota sobre isso. É a segunda edição de um evento importante de dinamização do ecossistema empresarial, de inovação e de empreendedorismo do nosso território. Como já tive a oportunidade de informar e de dar nota noutras reuniões, estamos a fazer tudo para que os jovens e outros aqui encontrem um espaço de realização. -----

A Senhora Deputada do PSD tem um conjunto de observações. Sobre os sanitários públicos, não sei se teve a oportunidade, no final da reunião da Assembleia Municipal, de constatar exatamente que aquela casa de banho que falava estava aberta. Ela entretanto fechou porque vai entrar em requalificação. O mesmo acontece com o WC que está atrás da câmara. Vamos entrar numa requalificação profunda daquele espaço. Mantemos a intenção de não só requalificar os espaços de sanitários no centro da cidade como aumentar o seu número. Estamos a trabalhar para que no decorrer deste ano assim aconteça. -----

Quanto às alterações orçamentais que temos vindo a apresentar, não deve retirar-se daí a ideia de que existe qualquer falta de rigor ou amadorismo na gestão financeira do Município. Compreendo que a Senhora Deputada possa ainda não ter uma experiência aprofundada nesta matéria, mas importa ter presente que o orçamento é, por natureza, um documento previsional, sujeito a ajustamentos e adaptações em função da evolução da execução e das necessidades que vão surgindo ao longo do exercício. Deve ser ajustado ao longo daquilo que é o ano e isso acontece em todas as juntas e câmaras e de certeza absoluta também do PSD. Não me passa pela cabeça dizer que o Senhor Presidente da Junta ou que o Senhor Presidente da Câmara do PSD é incapaz ou menos cuidadoso naquilo que são as alterações que faz. É o decurso normal da governação. É por isso que acontece, vamos continuar e vamos dar resposta à questão da Goldra, à questão dos relvados sintéticos ou aos buracos nas estradas. Portanto, vamos dar resposta a um conjunto de preocupações que a Senhora Deputada aqui trouxe, dando-lhe também nota do seguinte: não compete à Câmara Municipal fiscalizar ou fechar as estradas em função das condições de circulação. Essa competência é uma competência das forças de segurança. Não é a Câmara Municipal ou o Centro de Limpeza da Neve ou qualquer outra entidade que encerra as estradas de acesso ao Maciço Central em função das condições de segurança. Essa função é uma competência das forças de segurança, no caso, da GNR que faz uma avaliação daquilo que são as condições de circulação e segurança nessas infraestruturas e encerra ou abre essas estradas. -----

Pedia aos nossos serviços para que colocassem a apresentação que é uma informação que quero, neste período da ordem do dia, prestar à nossa Assembleia. Confesso que não dei conhecimento da apresentação à Senhora Deputada Leonor para ela me fazer as perguntas que fez, mas agradeço-lhe muito que me permita agora falar um conjunto de coisas neste tema. -----



Prestar-vos aqui alguma informação sobre isto. -----

Relembro que começámos no Município da Covilhã com a tempestade *Ingrid* três dias antes. Começou no dia 22, no fim-de-semana onde tivemos neve com fartura nas nossas freguesias todas.



A linha do tempo onde temos aqui, a tempestade *Ingrid* de 22 a 25 onde fizemos a divulgação e alertas nas redes sociais. Aliás, reunimos a Comissão Municipal de Proteção Civil na semana antes exatamente também onde prevenimos e olhámos para aquilo que eram os alertas que vinham. Definimos algumas orientações para isso. -----

Depois tivemos a depressão *Joseph* (dia 26), onde também continuámos os alertas nas redes sociais. Tivemos uma reunião *online* da Comissão Distrital de Proteção Civil no dia 28 e uma reunião telefónica com a Comissão Municipal de Proteção Civil, na sua versão restrita, onde tivemos a oportunidade de fazer a ativação do Plano Municipal no dia 25. -----

Voltando atrás, emitimos o alerta. No dia 25 tivemos três quedas de árvores. Porque já percebi que tenho pouco tempo, não vos vou ler exaustivamente aquilo que fizemos. Na prática, culminou no dia 28 com a ativação do Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil que, no fundo, disponibiliza o Município mais meios e melhores condições para responder àqueles que são as emergências que estávamos a viver. -----

OCORRÊNCIAS

- Queda de telhas na rua São Francisco Álvares – Desalojados e danos materiais consideráveis
- Desprendimento de telhado – Biquinha (danos em veículo)
- Deslizamento de talude, corte de via (CM1403) Casal Sta. Teresinha
- Movimento de massas (Inertes) escombreira S. Jorge da Beira
- Deslizamento de talude - Sete Capotes – Corte de via

OCORRÊNCIAS	25 janeiro a 04 fevereiro	5 a 18 fevereiro	TOTAL
Queda de árvores	28	4	32
Queda de estruturas	14	2	17
Inundações	13	5	18
Abatimento de pavimento	6	8	13
Movimento de massas/vertentes	15	6	21
Operações de Limpeza de Neve	12	4	16
Queda de muros	4	1	5
TOTAL	92	30	122




Tivemos, ao longo deste período de tempo, 122 ocorrências que se estratificaram dentro daquelas tipologias que ali estão: quedas de árvores, quedas de estruturas, inundações, abatimentos de pavimentos, movimento de massas e inertes, operação de limpeza de neve, quedas de muros, etc.

SITUAÇÕES PREOCUPANTES

- Ribeira Cebola – mantém-se a suspensão da captação. Aguardamos resultados colheitas oficiais – abastecimento a ser efetuado com cisternas de bombeiros
- Casal da Serra – Queda Talude – dois veículos afetados
- Eixo TCT – abertura de uma depressão ao longo da faixa de rodagem sábado, resolvida no domingo de forma provisória
- Terça-Feira – nova abertura de buraco na via, junto à primeira ocorrência – necessária intervenção de maior monta – neste momento em avaliação da extensão – todos os meios e recursos no local para uma intervenção o mais rápido possível.

OCORRÊNCIAS	25 janeiro a 04 fevereiro	5 a 18 fevereiro	TOTAL
Queda de árvores	28	4	32
Queda de estruturas	14	2	17
Inundações	13	5	18
Abatimento de pavimento	6	8	13
Movimento de massas/vertentes	15	6	21
Operações de Limpeza de Neve	12	4	16
Queda de muros	4	1	5
TOTAL	92	30	122




Depois temos ainda algumas situações preocupantes que se mantêm mesmo depois de termos terminado no dia 18 a desativação do Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil, situações que ainda nos preocupam: -----

A Ribeira de Cebola mantém-se a suspensão da captação e aguardamos os resultados das colheitas oficiais de abastecimento de águas. Desde o momento em que ocorreu este deslizamento de massas, esta movimentação de inertes naquele território, dei instruções imediatas às empresas *ICOVI* e *Águas da Covilhã* para suspenderem a captação de água naquela ribeira onde é feita, a jusante deste deslocamento de massas, a captação de água para abastecimento público e, desde então, este abastecimento está a ser feito através do recurso a cisternas de abastecimento para transportarem água potável para os depósitos. Quer a empresa concessionária da mina, quer as empresas municipais estão a fazer colheitas de controlo da qualidade da água e vamos eventualmente considerar a retoma dessa captação quando se verifique que não há nenhum perigo. Toda a informação que tenho até agora é que as análises se mantêm estáveis. Para já, vamos manter ainda esta suspensão durante mais algum tempo; -----

Tivemos no Casal da Serra a queda de um talude privado que destruiu dois veículos; -----

Tivemos depois no Eixo TCT a abertura de uma depressão ao longo da faixa de rodagem. Ela foi identificada na sexta-feira ao final do dia. Esteve condicionada a circulação a uma faixa entre a sexta-feira ao final do dia e o sábado de manhã. Ao sábado de manhã, pelo agravamento desse buraco, suspendemos a passagem em circulação no TCT e de imediato, com as equipas e os serviços do Município, começámos a preparar uma intervenção de emergência de maneira a que fosse possível fazer essa reparação. Durante o dia de sábado e domingo, num tempo absolutamente recorde e com uma dedicação excecional de todos os serviços do Município da Covilhã, conseguimos identificar um primeiro problema daquela intervenção. Fizemos a reposição de pavimento ao ponto de, na sexta-feira, às 06h00, estar reaberto o Eixo TCT. A verdade é que, ao lado, abriu novamente um buraco. Continuávamos num período de grande intempérie, de muita chuva e de solos muito saturados e a verdade é que na terça-feira seguinte foi necessário interromper a circulação no TCT, aumentando depois aquilo que é uma intervenção ainda mais alargada que ainda hoje decorre e que espero que, no decorrer desta semana, esteja concluída temporariamente de maneira a possibilitar a circulação de veículos automóveis naquela faixa. ----

Todas estas intervenções estão naturalmente sinalizadas naquilo que são os prejuízos para as intempéries e, portanto, esperando depois, quando o tempo permitir, fazermos intervenções de maior monta e de maior dimensão. -----

ESTRADAS ENCERRADAS

- Rua da Grila – buraco talude
- Eixo TCT – Refúgio – buraco estrada
- EM Teixoso – Vila Carvalho – buraco talude
- Rua Com. Mendes Veiga – fachada edifícios
- Rua das Lages – Casal da Serra – queda de talude

Condiçionadas

- CM 1406 – Casal Sta. Teresinha – uma via fechada
- EM 513 – Vales do Rio – Peso – Faixa rodagem condicionada, em avaliação

OCORRÊNCIAS	25 janeiro a 04 fevereiro	5 a 18 fevereiro	TOTAL
Queda de árvores	28	4	32
Queda de estruturas	14	2	17
Inundações	13	5	18
Abatimento de pavimento	6	8	13
Movimento de massas/vertentes	15	6	21
Operações de Limpeza de Neve	12	4	16
Queda de muros	4	1	5
	92	30	122




Tivemos estradas encerradas: na Rua da Grila – buraco com um talude; no eixo TCT – Refúgio – como me referi agora; na Estrada Municipal Teixoso – Vila do Carvalho. A estrada está interrompida porque tem ainda um buraco, enfim, um talude que coloca em risco a circulação; na Rua Comendador Mendes Veiga, a fachada dos edifícios têm impedido a circulação quer rodoviária, quer pedonal. Também já está a ser intervencionada, no caso, pelos proprietários; na Rua das Lages, no Casal da Serra, o talude que fiz referência há pouco. -----

Temos condicionadas ainda o Caminho Municipal 1406 no Casal de Santa Teresinha, onde está condicionado a circulação a uma via e a Estrada Municipal 513 nos Vales do Rio, que também já hoje falei sobre isso, com um problema de abatimento. -----



Temos aqui algumas imagens e alguns exemplos que é de telhados na Biquinha, o buraco que se abriu no TCT, a derrocada de muros que referenciámos. Portanto, temos aqui várias fotos que vou passar. -----



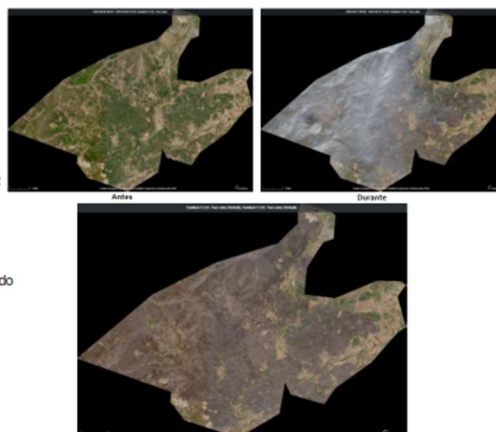


Chegamos agora então às medidas de emergência para os incêndios que a Senhora Deputada fez referência, parte delas, na sua intervenção na parte da manhã. -----

Trago aqui isto para dar conta exatamente daquilo que foi, digamos, o decorrer das intervenções que temos feito desde os incêndios. Diria que há duas tipologias de intervenções. Referi-me a elas na passada Assembleia Municipal, mas volto a fazê-lo. As intervenções são de duas tipologias: uma de emergência e de contenção dos prejuízos imediatos para preparar o Inverno e essas medidas foram contratualizadas de imediato com o ICNF e com a APA, os tais montantes que a Senhora Deputada fala à volta de 800.000 € que já teremos a oportunidade de ver aí à frente. -----

INCÊNDIO RURAL - AGOSTO DE 2025 CONCELHO DA COVILHÃ

- Incêndio percorreu 12 Freguesias Concelho da Covilhã;
- Mais de 21.000 hectares ardidos;
- Incêndio com impacto relevante à escala do Concelho;
- Afetação de áreas com funções ecológicas e produtivas;
- Aumento do risco pós-incêndio para pessoas, bens e infraestruturas;
- Necessidade de resposta célere e coordenada;
- Enquadramento nas políticas de proteção civil e gestão do território;

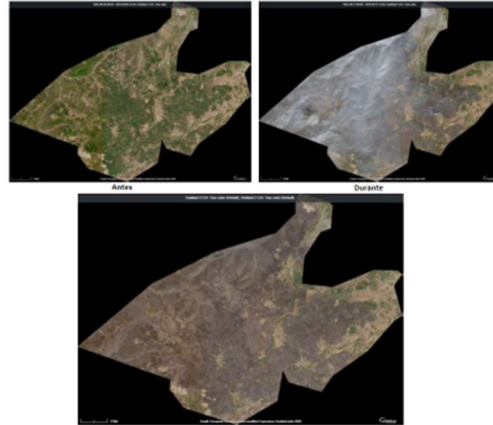


Fonte: Copernicus / Sentinel-2 | Tratamento: SMPC Covilhã

Portanto, o incêndio rural em agosto de 2025 que decorreu em 12 freguesias do concelho da Covilhã. Quando falamos de 12 freguesias é porque ainda não estavam desagregadas e quando falamos da desagregação já são 15 freguesias. Mais de 21.000 hectares corresponde a mais de duas vezes e meia a área do concelho de Lisboa para todos termos noção desta escala e desta dimensão. Em muitas destas freguesias, infelizmente, a devastação foi superior a 80%. Significa que grande parte ou muitas delas o único espaço que sobrou foi, de facto, o espaço urbano e as casas que acabaram por não arder. -----

FREGUESIAS AFETADAS

- Aldeia São Francisco de Assis;
- São Jorge da Beira;
- Sobral de São Miguel;
- Caségas;
- Ourondo;
- Paul;
- Barco;
- Coutadiz;
- Eradiz;
- Unhais da Serra;
- Pesco;
- Vales do Rio;
- Domingueiro;
- Tortosendo;
- Cortes do Meio



Fonte: Copernicus / Sentinel-2 | Tratamento: SMPC Covilhã

Conseguimos ver aqui as freguesias desagregadas afetadas. -----


MEDIDAS EMERGÊNCIA
PÓS- INCÊNDIO

- INTERVENÇÕES CORREÇÃO TORRENCIAL
- ESTABILIZAÇÃO LINHAS ÁGUA
- APLICAÇÃO SEMEITEIRA
- CORTE VEGETAÇÃO QUEIMADA REDE VIÁRIA MUNICIPAL
- AQUISIÇÃO COMEDOUROS E BEBEDOUROS E ABRIGOS PARA FAUNA SILVESTRE



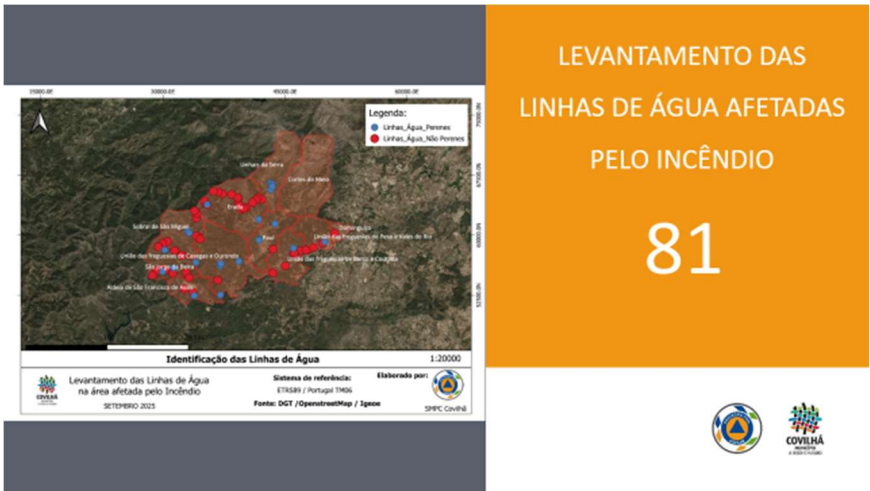
As medidas de emergência pós-incêndio centraram-se exatamente: nas intervenções de correção torrencial para encaminhar a água e controlar as linhas de água; na estabilização das linhas de água; na aplicação de sementeira de emergência; no corte da vegetação queimada para que não caia na rede viária municipal; na aquisição de comedouros e bebedouros para os abrigos da fauna silvestre, isto é, procurando dar uma alternativa naquilo que é a fauna do nosso território que perderam o respetivo habitat com o incêndio. -----



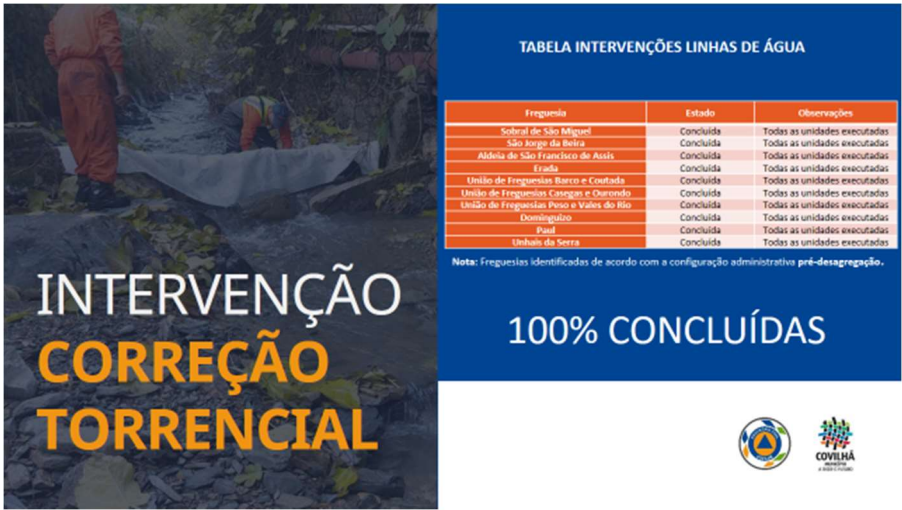
As medidas de emergência previstas: as limpezas e remoção do material combustível residual, a eliminação de material lenhoso instável e de vegetação; a construção de estruturas hidráulicas de emergência que incluíam os diques de desaceleração de escoamento em madeira ou pedra e barreiras filtrantes de material geotêxtil para retenção de cinzas e materiais finos. -----



As medidas de emergência pós-incêndios contemplam a contenção dos solos e a estabilização de taludes, através da aplicação de técnicas de *mulching* — cobertura do solo com materiais orgânicos e minerais — destinadas a promover a retenção do solo e a reduzir o impacto da precipitação e dos fenómenos erosivos. Estão igualmente previstas medidas de apoio à conservação da fauna, conforme anteriormente referido. -----



Do levantamento das linhas de água afetadas são 81 linhas de água afetadas. -----

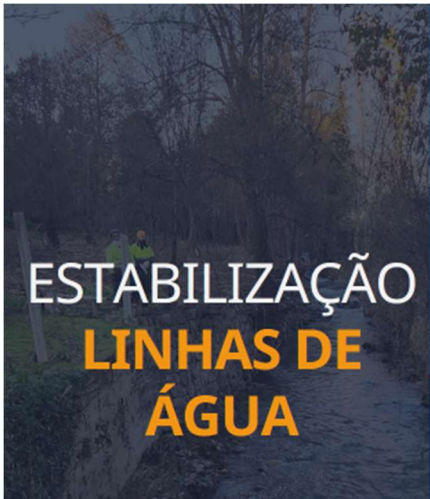


Temos aqui as tabelas de intervenção previstas. -----

Senhora Deputada, a resposta à questão que colocou do que era feito do resto do dinheiro que ainda não aparecia no portal. Foi isso que percebi. Peço desculpa se não foi isso, mas quero-lhe dizer que destas medidas estão 100% executadas. Não tenho dúvida que provavelmente haverá outros municípios, mas mais do que nós é impossível! -----



Temos aqui alguns exemplos dessa execução. -----



ESTABILIZAÇÃO LINHAS DE ÁGUA

TABELA INTERVENÇÕES LINHAS DE ÁGUA

Freguesia	Unidades	Esecução
Sobral de São Miguel	3	Concluído
São Jorge da Beira	3	Concluído
Aldeia de São Francisco de Assis	1	Concluído
Unhais da Serra	5	Concluído
Erada	2	Concluído
União de Freguesias Barco e Coutada	1	Concluído
União de Freguesias Casimiro e Charnido	6	Concluído
Paul	3	Concluído
União de Freguesias Pego e Vale do Rio	1	Concluído

Nota: Freguesias identificadas de acordo com a configuração administrativa pré-desagregação.

100% CONCLUÍDAS



Depois da estabilização das linhas de água, 100 % concluída. -----



Aqui alguns exemplos desses serviços.



APLICAÇÃO SEMENTEIRA

TABELA APLICAÇÃO SEMENTEIRA

Freguesia	Área Percorrida (ha)	Área Escorrida (ha)	Taxa de Escorrida
São Jorge da Beira	186,289	186,289	100%
Sobral de São Miguel	137,870	137,870	100%
Erada	16,3	16,3	100%
Unhais da Serra	39,3	39,3	100%
Total	379,765	379,765	100%

Nota: Freguesias identificadas de acordo com a configuração administrativa pré-desagregação.

100% CONCLUÍDA



Também na tabela de aplicação da sementeira 100 % concluída naquilo que são ali os vários valores e áreas abrangidas. -----



Aqui alguns exemplos também disso. -----



TABELA CORTE ARVOREDO ESTRADAS MUNICIPAIS

Entradas	Área Prevista (ha)	Área Executada (ha)	Taxa de Execução
Paul- Ourorondo	15,02	15,02	100%
Paul- Carregos	12,94	12,94	100%
Carregos- Ourorondo	11,99	11,99	100%
Carregos- Sobral São Miguel	16,26	16,26	100%
Total	56,21	56,21	100%

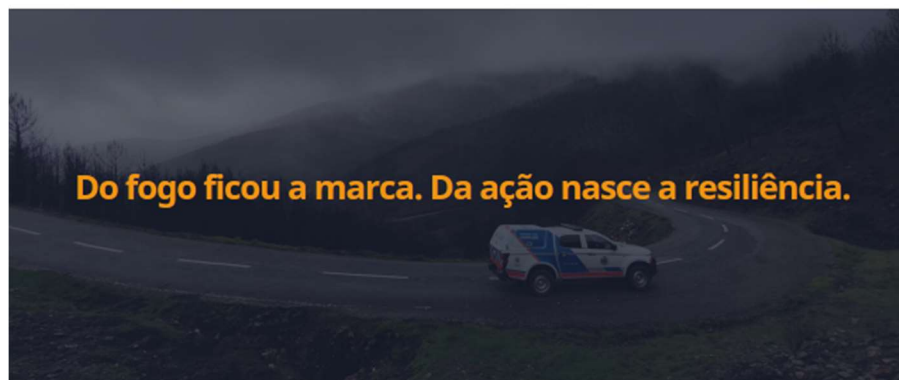
100% CONCLUÍDAS




Do arvoredo das estradas municipais 100 % concluídas. -----



Mais algumas imagens e -----



"Do fogo ficou a marca. Da ação nasce a resiliência." -----

Senhora Deputada, agradeço-lhe genuinamente as suas perguntas porque me permitem dizer-lhe o seguinte: certamente mal informada, não o fez de propósito porque conheço-a o suficiente para achar que não fez de propósito, a Senhora Deputada não falou verdade dizendo que faltei à verdade ao dizer que os contratos não estão assinados. Os contratos não estão, de facto, assinados. Temos duas tipologias de intervenções: as intervenções de emergência que são esses contratos que aqui estão assinados, executados a 100% e só não estão pagos (contratualizados com o ICNF e com a APA); e depois temos os contratos para reconstrução de prejuízos e estamos a falar à volta de 3,5 milhões de euros que é o PEPAC e o Fundo de Emergência Municipal. Desses, Senhora

Deputada, não temos 1 euro assinado e são esses contratos que o Secretário-Geral do meu partido perguntava qual era o ponto de situação. Não podia deixar de dizer que, de facto, ainda não assinámos contrato. A Senhora Deputada vem dizer que faltei à verdade. Sei que o fez induzida em erro por alguém. Eu Presidente da Câmara Municipal da Covilhã, à data de hoje, ainda não assinei nenhum contrato, mas também, confesso-lhe que tenho expectativa de o assinar. Senhora Deputada, peço a sua ajuda e a sua influência junto do Governo e do PSD para acelerar esse processo que demora tempo. Já estou há suficiente tempo envolvido na governação para saber que estas coisas têm os seus *timings* e têm os seus prazos, mas não é verdade que tenha faltado à verdade. -----

Dar-lhe nota que estamos a aguardar a assinatura do contrato do Fundo de Emergência Municipal que nos permite ter à volta de 1.500.000 € para intervenção nas estradas e caminhos do município da área afetada pelos incêndios. Estamos também na fase da submissão das candidaturas do PEPAC que não chega a 2 milhões de euros para a intervenção em caminhos e espaços da área do território ardido. -----

Portanto, Senhora Deputada, de facto ainda faltam estes contratos, pelo menos do FEM. Já tivemos o valor validado. Já tivemos o valor aprovado. Só nos falta o contrato. -----

Do PEPAC ainda temos aqui uns passos para chegar até a fase final da assinatura do contrato. ----

Do FEM, Senhora Deputada, agradeço muito a sua intervenção para que possa ser feita no mais curto espaço de tempo porque, naturalmente, assim que estiver feita vamos executar com a mesma diligência e espero que com o sucesso com que fizemos o contrato que tivemos com o ICNF e com a APA para executarmos as medidas de prevenção do Inverno que fizemos e cumprimos a 100%.” -----

- **Dra. Leonor Cristina Adriano Lopes Cipriano (PSD):** “Agradeço as palavras do Senhor Presidente da Câmara e agradecer-lhe porque se dirigiu exclusivamente à Deputada Leonor quando há tantos deputados na sala. -----

Em relação a essa questão, acho que estamos aqui a falar de coisas diferentes. O seu Presidente, Dr. José Luís Carneiro, referiu na Assembleia da República que o Senhor se tinha queixado de que o contrato programa relativo aos incêndios de 2025 não estavam assinados. Segundo o que eu percebi e se percebi mal gostava que o Senhor me corrigisse, as obras que o Senhor apresentou aqui que já foram feitas nas freguesias, e bem e dou-lhe os parabéns por isso, tinham a ver com este contrato dos incêndios, certo? Então se não estavam assinados, como é que vocês fizeram para fazer este trabalho e ainda vos devem dinheiro? Vocês já receberam 50% do montante global que eram 574.000 € e ainda falta o restante para pagar estas obras que a nossa Câmara já realizou, certo? -----

Em relação ao outro fundo de emergência municipal que o Senhor Presidente refere que ainda não está assinado, é natural que ainda não esteja porque ainda estão em avaliação e estão a fazer candidaturas. São coisas diferentes. -----

Portanto, referi-me aqui àquilo que o seu Líder de bancada do PS referiu na Assembleia da República e, quando ouvi falar da minha cidade, tive o cuidado de o questionar porque fiquei

preocupada sempre num sentido positivo de colaborar e nunca no sentido negativo. E já agora, não sei se é possível fazer-nos chegar às bancadas esta apresentação que fez. Agradecemos.” -----

- O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** respondeu que “conhecemo-nos há tempo suficiente para não questionar aquilo que é a sua boa intenção do ponto de vista político e em relação à nossa cidade. Referi-me expressamente à Senhora Deputada porque foi a Senhora Deputada que colocou esta questão. Não foi por mais nada. Se fosse outra pessoa, teria feito referência a essa pessoa para facilmente se identificar do que é que estávamos a falar. Referi a Senhora Deputada para que soubéssemos exatamente o que é que dizíamos. -----

Quanto à questão, já percebi que não consegui explicar na minha intervenção. Naquilo que é a sequência dos incêndios de 2025 e diria agora em relação a estas tempestades, é o mesmo porque haverá medidas no imediato e no curto prazo que são de emergência e depois medidas de mais longo prazo que é a recuperação de prejuízos. Em relação aos incêndios, foi exatamente isso. As medidas que executámos foram as medidas de imediato que, se não fossem executadas antes do Inverno, já não valeria a pena fazê-las. Apesar de todos os prejuízos e problemas que tivemos com estas tempestades, com as inundações e com as escorrências de água que tivemos, elas teriam sido muito piores no nosso território depois dos incêndios que tivemos. Se não fosse a execução destas medidas que o Município fez atempadamente teria sido muito pior nos nossos territórios ardidos estas intempéries todas que tivemos. -----

Essa é uma parte dos prejuízos que já foram executados, uma parte dos contratos. Os outros contratos que lhe falo que ainda não estão assinados dizem respeito ao Fundo de Emergência Municipal e ao PEPAC. O PEPAC ainda está, como diz, pendente de candidatura. Mas do Fundo de Emergência Municipal, já obtivemos das entidades competentes a validação dos prejuízos que tivemos, inclusive a atribuição da verba será à volta de 1.500.000 €. Sobre isso já está tudo feito e ainda não temos contrato, mas também está a ser feito, espero eu. Pelo menos é a informação que me dão e é aquilo que espero que a Senhora Deputada porventura possa acelerar é a contratualização desse Fundo de Emergência. Tratando-se até de intervenções em estradas devíamos aproveitar exatamente agora o período de bom tempo para as poder executar. -----

Portanto, como vê Senhora Deputada, há de facto contratos que já hoje é possível assinar e que ainda não estão assinados porque não dependem de qualquer tipo de candidatura. Foi isso que quis explicitar. Espero que agora tenha sido mais claro para o fazer. -----

Quanto à apresentação, naturalmente ela fará parte daquilo que é a ata da nossa reunião e terei todo o gosto em fazer chegar às bancadas.” -----

- **Dra. Leonor Cristina Adriano Lopes Cipriano (PSD):** “Não quero que fique aqui mal entendidos, mas o que o Senhor Dr. José Luís Carneiro se referiu foi um contrato programa relativo aos incêndios de 2025. Mas estes estavam ou não estavam assinados? Receberam ou não receberam estes 50% dos 574.000 €? É só isto que quero que me diga. Só queria ficar com esta situação clara.”

- O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** respondeu que “não estão assinados. Estou a tentar dizer é que há vários contratos.” -----

- **Dra. Leonor Cristina Adriano Lopes Cipriano (PSD):** “Os contratos que o Senhor Dr. José Luís Carneiro chamou de contrato programa relativo aos incêndios de 2025 não estão assinados. Os serviços dizem-me que sim que o valor total é de 574.000 €. Foram pagos à nossa Câmara 287.000 €. Isto corresponde à verdade ou não?” -----

- **Presidente da Câmara Municipal:** “Senhora Deputada, reitero que temos dois tipos de prejuízos. As intervenções de emergência, apesar de ainda não estarem totalmente pagas, já foram executadas com contrato assinado, 574.000 € como a Senhora Deputada refere. -----

O total dos prejuízos ascende a 4 milhões €. Portanto, o que estamos a falar é: temos contratualizado os 500.000 € que já estão por nós executados; os outros 3.500.000 € não há sequer contrato ainda. Portanto, o contrato programa que estamos a falar que o Secretário-geral, o Senhor Deputado José Luís Carneiro, se referenciou são esses. São esses que não estão assinados. -----

Portanto, o contrato programa que enquadra as intervenções do Fundo de Emergência Municipal não está assinado. O contrato programa que enquadra as intervenções do PEPAC também não está assinado. Esses estão um bocadinho mais atrasados porque ainda está na fase das candidaturas. -

Portanto, estes dois contratos, Senhora Deputada, não estão assinados.” -----

- **Dra. Leonor Cristina Adriano Lopes Cipriano (PSD):** “Também quero ficar esclarecida para poder fazer o meu trabalho no local onde estou em Lisboa porque se fala de um contrato que já foi pago parcialmente e falamos de outros que não foram assinados, são coisas totalmente diferentes.” ---

- **Dr. Marco António Barreiros Gabriel (Boidobra):** “Como há pouco disse aqui ao Deputado Afonso Gomes, sobre a questão dos protocolos não estarem assinados, devo fazer também essa retificação. Fui corrigido pelo Senhor Deputado João Flores Casteleiro. Portanto, o valor de 2025, correspondente aos 5% de aumento, foi transferido para as freguesias já neste ano de 2026 e queria fazer essa retificação. No caso concreto da Boidobra foi transferido e queria fazer essa correção à minha intervenção. -----

O que acontece é que de 2025 para 2026 o aumento vai ser zero. -----

Já agora existem 223 municípios mais pequenos que o Município da Covilhã em termos de população. É natural que recebam menos do Estado. Tinha-se que se fazer outras apreciações e outro estudo relativamente à comparticipação do Município nos impostos do Estado. Portanto, ficam 85. Dizer que estamos em 22.º não é mau, mas não é o 22.º em 308, não é?! -----

Aquilo que propunha à Câmara Municipal é que se fizesse um estudo sério porque, no concelho, nos autos de transferência de competências, temos competências para além daquilo que é o Decreto-Lei n.º 57/2019 e, portanto, havia que retirar isso também dos outros municípios e fazer um estudo sério sobre isso porque aqui estamos todos para o mesmo. Quanto mais recursos as freguesias tiverem, menos andamos “a chatear” a Câmara Municipal, executamos logo aquilo que é preciso executar e resolvemos logo o problema às pessoas. -----

Aquilo que se trata é dos recursos que podem ser alocados às freguesias e relembro uma intervenção do então Deputado Municipal Hélio Fazendeiro aqui numa discussão em 2019, aquando da transferência de competências do Estado para o Município, no caso, “você não

compreendem muito bem como é que esta coisa.” Há aí divergências, mas estamos todos de acordo que este é que é o caminho e, portanto, podemos aperfeiçoá-lo. -----

Essa é a proposta que faço à Câmara Municipal da Covilhã: que este estudo seja aprofundado, que possamos ver caso concreto e, da parte da Freguesia da Boidobra, aquilo que queremos ver é que me digam dos espaços verdes todos que lá estão inventariados, de todas as áreas que lá estão, de todo o mobiliário que está, rua por rua, qual é que é aquilo que não está a ser tratado e se estou a exercer a competência certa ou se estou a exercer a competência bem. -----

É isso que quero discutir com a Câmara Municipal. Mais recursos para as freguesias é o caminho certo, tal como o Senhor Deputado da Assembleia Municipal em 2019 aqui nos colocava nessa belíssima intervenção.” -----

3.3 – ELEIÇÃO DE 1 (UM) REPRESENTANTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA INTEGRAR A COMISSÃO MUNICIPAL DE TOPONÍMIA

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 12 de fevereiro de 2026, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado que lhe foi remetido nos termos da alínea e) do n.º 1 do artigo 8.º do Regulamento de Toponímia e Numeração de Polícia do Concelho da Covilhã, para efeitos de eleição de um representante da Assembleia Municipal na respetiva Comissão, através do ofício n.º 1029/26, de 13.fevereiro.2026 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Foi presente à Mesa uma lista do Partido Socialista. -----

--- Submetida, de seguida, a candidatura a sufrágio por escrutínio secreto, apurou-se o seguinte resultado: -----

- **Número de votantes: 48**

Lista A

- Número de Votos a favor:	32
- Número de Votos Brancos:	13
- Número de Votos Nulos:	01
- Votos Contra:	02

--- Face ao resultado obtido, a Assembleia Municipal da Covilhã ***elegeu como representante da Assembleia Municipal para integrar a Comissão Municipal de Toponímia:*** -----

— ***Mestre Sandra Isabel Neves Ferreira.*** -----

3.4 – ELEIÇÃO DE 1 (UM) REPRESENTANTE DAS FREGUESIAS PARA INTEGRAR O CONSELHO CINEGÉTICO MUNICIPAL

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 12 de fevereiro de 2026, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado que lhe foi remetido nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 157.º do Decreto-lei 202/2004, de 18 de agosto, para efeitos de eleição de um Presidente de Junta de Freguesia do Concelho para integrar o referido Conselho Cinegético Municipal, através do ofício n.º 912/26, de 09.fevereiro.2026 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Foi presente à Mesa uma lista do Partido Socialista. -----

--- Submetida, de seguida, a candidatura a sufrágio por escrutínio secreto, apurou-se o seguinte resultado: -----

- **Número de votantes: 48**

Lista A

- Número de Votos a favor:	32
- Número de Votos contra:	02
- Número de Votos Brancos:	13
- Número de Votos Nulos:	01

--- Face ao resultado obtido, a Assembleia Municipal da Covilhã ***elegeu como representante das Freguesias para integrar o Conselho Cinegético Municipal:*** -----

– ***Sofia Isabel Gaspar Sobreiro – Presidente da Junta de Freguesia de Sobral de São Miguel.***

3.5 – TOMADA DE CONHECIMENTO DAS DECLARAÇÕES AO ABRIGO DAS ALÍNEAS A) E B) DO N.º 1 DO ARTIGO 15.º DA LEI N.º 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO, ALTERADA PELAS LEIS N.ºS 20/2012, DE 14 DE MAIO, 64/2012, DE 20 DE DEZEMBRO, 66-B/2012, DE 31 DE DEZEMBRO, E 22/2015, DE 17 DE MARÇO

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 12 de fevereiro de 2026, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado que lhe foi remetido para conhecimento, através do ofício n.º 451/26 de 21.janeiro.2026 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação, o mesmo não foi objeto de inscrição por parte dos Deputados Municipais, pelo que: -----

--- A Assembleia Municipal da Covilhã **tomou conhecimento das Declarações ao abrigo das alíneas a) e b) do n.º 1 do artigo 15.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, alterada pelas Leis n.ºs 20/2012, de 14 de maio, 64/2012, de 20 de dezembro, 66-B/2012, de 31 de dezembro, e 22/2015, de 17 de março.** -----

3.6 – TOMADA DE CONHECIMENTO DAS ISENÇÕES CONCEDIDAS E APROVADAS EM 2025 NO ÂMBITO DO REGULAMENTO DE ATRIBUIÇÃO E DE RECONHECIMENTO DE PROJETOS DE INTERESSE MUNICIPAL NO MUNICÍPIO DA COVILHÃ

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 12 de fevereiro de 2026, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado que lhe foi remetido para conhecimento, através do ofício n.º 450/26 de 21.janeiro.2026 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação, foi interveniente o Deputado Municipal **Prof. Amadeu Luís Pinto Fragas Alberto (CHEGA)** que, “relativamente ao documento em análise, queria dar aqui mais um contributo a esta Casa, apesar de na última reunião de Câmara ter sido apelidado de encontrar cabelos onde quer que seja, hoje falarmos em chuva adicionada e não percebo o que se enquadra nos meus trabalhos nesta Casa, por isso exijo o devido respeito, mas não posso deixar passar em branco um documento que por mim aqui foi validado na reunião anterior. -----

No documento a ser analisado, na última página no beneficiário 9 que foi votado na última reunião da Assembleia, só aparecem quatro anos quando a prorrogação de isenção IMI aprovada na Assembleia Municipal de 29/12/2025 foi de 5 anuidades. No documento em análise apenas aparecem 4 anuidades o que faz com que o valor parcial de 232,98 € não corresponde ao valor total da isenção de 1.164,90 €, faltando a anuidade de 2030. Peço aos serviços que analisem esta questão para que o documento possa bater certo com aquilo que foi aqui realmente aprovado.” -

--- A Assembleia Municipal da Covilhã **tomou conhecimento das isenções concedidas e aprovadas no ano de 2025 ao abrigo do Regulamento de Atribuição de Benefícios Fiscais e de Reconhecimento de Projetos de Interesse Municipal no Município da Covilhã – Artigo 38.º.** -----

3.7 – APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE A PROPOSTA DE RECONHECIMENTO DE RELEVANTE INTERESSE MUNICIPAL DO PROJETO DE INVESTIMENTO APRESENTADO NO ÂMBITO DO PROCESSO DE OBRAS N.º 160/24 PELOS PROMOTORES MOUNTAIN GOAT EXPERIENCE – SERRA DA ESTRELA: EMPREENDIMENTO DE TURISMO EM ESPAÇO RURAL

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 20 de fevereiro de 2026, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea a) do n.º 3 do artigo 15.º do Regulamento do PDM – Plano Diretor Municipal, através do ofício n.º s/n de 20.fevereiro.2026 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação, foram intervenientes os Deputados Municipais: -----

- **Dr. José Carlos Páscoa Marques (MIPP):** “Trata-se aqui de uma deliberação de relevante interesse municipal - empreendimento turístico em espaço rural. -----

Por princípio, o Grupo Municipal do MIPP é muito sensível à necessidade deste nosso concelho ter mais investimento. Neste caso ainda mais por se tratar de uma freguesia periférica. Mas como pode esta Assembleia deliberar com base na parca informação que nos foi facultada sobre este processo e lembro que era apenas um magro PDF com 1,5 páginas, nem que seja para memória futura? Estamos a falar de relevante interesse municipal. -----

Bem sei que temos acesso *online* ao Boletim Municipal de dezembro e que, referente ao mesmo processo 160/2024, tivemos que ir pesquisar o que é que havia. Sobre a mesma entidade *Mountain Goat* ou em português Montanha das Cabras, há um pedido de alteração da data de submissão de projetos de especialidade, mas também para sabermos o que é que estamos a tratar (relevante interesse municipal), por consulta dos atos societários no portal do Ministério da Justiça, sabemos que esta sociedade de *Mountain GOAT* é uma sociedade por quotas com sede em Vila Nova de Gaia, pelo menos é esta informação que está lá no Ministério da Justiça, com 3.000 € de capital social. -----

Apenas as 18h00 de sexta-feira é que foram carregadas 40 páginas de documentos de suporte que necessitam de tempo para analisar. E por que é que necessitam de tempo a analisar? Porque isto é um processo que tem mais de um ano. Ora, não é sério fazer isto desta forma. -----

Bem sabemos que este processo vinha já do anterior executivo, aprovado em reunião de Câmara de 5 de setembro de 2025, e agora reavaliado apressadamente na última sessão de Câmara da passada sexta-feira. Um projeto de relevante interesse municipal tem de honrar até os próprios promotores com o cuidado e rigor que merece e é importante conhecer o que estamos efetivamente a aprovar ou que nos é proposto para aprovar. -----

O Grupo Municipal do MIPP não está disponível para se pronunciar sobre estes e outros documentos que não cheguem a tempo e horas, especialmente documentos com esta relevância

de relevante interesse municipal. Há que honrar os investidores e os munícipes. A Câmara demorou meses a analisar este processo e depois espera que esta Assembleia o vote sem o analisar convenientemente. Há um velho ditado covilhanense que diz “a pressa é inimiga da perfeição.” Não pedimos a perfeição, mas ...” -----

- **António Maria Proença Petrucci do Lago Saraiva (PSD):** “Acabo por subscrever as palavras do Senhor Deputado do MIPP porque o que a bancada do PSD sente é que esta proposta não veio acompanhada da documentação necessária para podermos tomar uma decisão informada em relação a esta questão. -----

O PSD é sensível naturalmente a todos os investimentos de interesse municipal que possam ser alvo de discussão nesta Assembleia Municipal e estamos sempre disponíveis para os aprovar, mas, como disse também o Senhor Deputado do MIPP, nem um relatório técnico tivemos a tempo. Não é com uma página e meia de informação técnica é que nos vão informar sobre a importância deste projeto, além de meia dúzia de fotografias e de um projeto de arquitetura que penso que foi exatamente o terceiro documento apresentado, não temos claramente informação nem tempo para analisar a informação para nos podermos posicionar favoravelmente a esta proposta.” -----

-**Eng.ª Catarina Sofia Oliveira Ramos Mendes (PS):** “O Partido Socialista vai votar favoravelmente este ponto. Parece-nos que a documentação enviada é perfeitamente perceptível. O motivo pelo qual aqui estamos a discutir é porque num projeto apresentado há uma alínea que não cumpre, associada ao artigo 15.º do PDM, e que pressupõe, para que haja a viabilização do projeto e a respetiva implementação, como os outros membros da Assembleia referiram, numa freguesia de baixa densidade populacional, com uma baixa percentagem de investimento privado e, portanto, achamos de todo útil darmos a viabilidade para que haja esse investimento em algumas freguesias que para já não tem este tipo de investimento. -----

Uma vez que estamos a falar e é claro na documentação enviada, nomeadamente nesse documento que vocês dizem que tem 40 páginas do projeto e na respetiva tabela também enviada com o Parecer Técnico da Câmara Municipal que se refere exclusivamente aqui a uma alínea que é o 15.º do PDM que diz que não é possível o cumprimento da alínea a) do ponto 2 do 15.º do PDM porque a área de parcela inferior à unidade mínima de cultura. Opta o requerente por requerer o ponto n.º 3 do mesmo artigo que é aquilo que estamos aqui a falar. -----

Tratando-se então de um empreendimento turístico em espaço rural, de acordo com o disposto no n.º 5 do artigo 5.º, podem ser admitidas exceções e essa exceção é aquilo que estamos aqui a cumprir. Portanto, tornar excecional esta possibilidade de construção, mesmo não cumprindo a parcela ou sendo uma área de parcela inferior à unidade mínima de cultura. É isto que aqui estamos a discutir. Não mais do que isso. -----

Todos os outros pressupostos estão cumpridos ou não se aplicam. Acho que é claro na documentação enviada e, por esse motivo, o Partido Socialista votará favoravelmente.” -----

- **António Maria Proença Petrucci do Lago Saraiva (PSD):** “Pedia apenas que se houvesse esclarecimentos adicionais em relação a este projeto pela parte do Executivo, logicamente que o Partido Social Democrata poderia considerar alterar o seu sentido de voto.” -----

- O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** referiu que “acho que não sou capaz de ser mais claro e explícito que a Senhora Deputada Catarina Mendes que explicou de forma sucinta e clara tudo o que está em causa. -----

Estamos aqui a tratar de um tema que diz respeito ao investimento numa freguesia do nosso concelho, uma freguesia rural que vai acolher um investimento importante numa área de atividade que é muito importante no nosso concelho que é o sector do Turismo. -----

Aquilo que estamos a fazer aqui é o cumprimento de uma tecnicidade jurídica que é indispensável para viabilizar este investimento. -----

Não conseguindo ser mais claro e explícito que a Senhora Deputada Catarina Mendes foi, e agradeço à Senhora Deputada essa clareza e capacidade técnica no esclarecimento, socorro-me daquilo que foi dito para dizer, no fundo, que o que está aqui em causa é viabilizarmos ou não um investimento que vai criar riqueza, desenvolvimento e postos de trabalho do nosso território.” ---

- **Rui Manuel Cruz Ferreira Amaro (Peso):** “Não havia a possibilidade de passar isto para uma próxima Assembleia, já que demoramos tanto tempo na Câmara também a ter o parecer, para podermos estudar melhor o assunto e depois ser votada na Assembleia seguinte a fim de não condicionar aqui ninguém.” -----

- O Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** respondeu que “estariamos a abrir um precedente. Obviamente que, se todos estiverem em acordo, mas se alguém se opuser temos que cumprir o que aqui está. A questão é que esta Ordem de Trabalhos foi aprovada. Os pontos são estes. Ou sim ou não. Os Senhores Deputados têm a possibilidade de dizer que não e, portanto, a maioria é que vai decidir. Ou sim ou não. Portanto, por isso é que existem votações. Portanto, vamos votar o ponto 3.7.” -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – ***Reconhecimento de Relevante Interesse Municipal do projeto de investimento apresentado no âmbito do Processo de Obras n.º 160/24 pelos promotores Mountain Goat Experience – Serra da Estrela: Empreendimento de Turismo em Espaço Rural*** foi a mesma ***aprovada por maioria, com 33 votos a favor (PS, CDS-PP/IL, PCP e DMI), com 12 votos contra (PSD, MIPP, Dra. Magna Carla Sousa Lourenço (IND,) Dr. Jorge Ricardo Gouveia Viegas (Cortes do Meio), Dr. Duarte Nuno Simões Rodrigues (Paul) e Rui Manuel Cruz Ferreira Amaro (Peso)) e 02 abstenções (CHEGA).*** -----

Não votaram, por não se encontrarem presentes na sala, os Deputados Municipais: Enf.ª Sara Correia Fonseca (Erada), Dr. Sérgio Nuno Proença Rodrigues (Orjais) e Rúben Miguel Inácio de Matos (Teixoso). -----

--- Foram feitas as seguintes **Declarações de Voto:** -----

- **António Maria Proença Petrucci do Lago Saraiva (PSD):** Intervenção feita durante a discussão do ponto. -----

- **Francisco José Neves Farias (CHEGA):** “O Grupo Municipal do CHEGA deliberou abster-se na proposta de votação do reconhecimento de relevante interesse municipal do projeto apresentado pela entidade *Mountain Goat Experience – Serra da Estrela*, no processo de obras 160/24, relativamente ao empreendimento de turismo em espaço rural na Serra da Estrela, no concelho da Covilhã. -----

Defendemos investimento privado que crie emprego e riqueza para os Covilhanenses, mas não acompanhamos o reconhecimento de interesse municipal sem garantias claras de benefícios concretos para a comunidade, transparência no processo e igualdade de tratamento para todos os empresários. -----

A abstenção traduz uma posição de responsabilidade política, apoiar o desenvolvimento económico, exigindo rigor, justiça e retorno real para a Covilhã.” -----

- **Rui Manuel Cruz Ferreira Amaro (Peso):** “A nossa declaração de voto vai no sentido de não votamos contra o projeto, mas sim contra a forma como foi apresentada na Assembleia Municipal, não nos tendo dado tempo suficiente para poder estudar o processo.” -----

- **Dr. Afonso Manel Mousaco Gomes (PS):** “Votámos favoravelmente este documento que, no fundo, pretende também simplificar a vida dos investidores que nos procuram e dos locais em que em que querem investir, enriquecendo assim também a oferta que o nosso concelho pode oferecer.” -----

- **Dr. Marco António Barreiros Gabriel (Boidobra)** fez um ponto de ordem à Mesa da Assembleia Municipal referindo que o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal “invocou, relativamente à ordem de trabalhos, que ela está aprovada. Mas a qualquer momento pode ser retirado algum ponto. Não percebo é que, a determinada altura, o Senhor Presidente não deixou fazer a declaração de voto ao elemento do PSD e depois deixou fazer a todos os outros. E, portanto, por via da democracia considero este ponto de ordem à Mesa.” -----

- O Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** respondeu que “não é verdade. O Senhor Deputado já tinha feito a sua declaração de voto. Aquilo que ele fez foi uma declaração de voto.”

- **Dr. Marco António Barreiros Gabriel (Boidobra)** retrucou dizendo que “as declarações de voto são feitas a seguir ao voto.” -----

- O Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** respondeu que o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal é “quem conduz os trabalhos.” -----

3.8 – APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE A PROPOSTA DE DEMONSTRAÇÃO DO DESEMPENHO ORÇAMENTAL

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 12 de fevereiro de 2026, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação vigente, através do ofício n.º 1026/26 de 13 fevereiro 2026 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação, foram intervenientes os Senhores: -----

- **Dr. Marco António Barreiros Gabriel (Boidobra):** “Esta demonstração orçamental evidencia os seguintes dados: um saldo efetivo de 16.5 milhões de euros, um aumento de 24% sobre o saldo que já tínhamos aqui transitado de 2024 para 2025; um aumento de 3.3 milhões de euros, 8% que passou de 42 para 46 milhões de euros as receitas correntes; um aumento de 40% nas receitas de capital (2 milhões de euros), portanto passando de 5 para 7 milhões de euros; e um aumento de 18% das despesas correntes. -----

Apesar deste elevado aumento, as transferências e subsídios correntes apenas aumentaram 500.000 €, apenas 8% das despesas correntes. Já nas despesas de capital estamos a falar de apenas um aumento de 1.7%, de 9.021 milhões para 9.182 milhões. -----

As necessidades do concelho são muitas. As estradas e equipamentos municipais precisam de maior atenção. As solicitações das juntas de freguesia não param e o investimento não pode ser novamente adiado.” -----

- **Rui Manuel Cruz Ferreira Amaro (Peso):** “Antes de mais, dizer que tem sido uma constante nestes últimos anos a apresentação dos saldos positivos na Câmara Municipal da Covilhã. -----

Também tem sido uma constante o aumento desse valor, o que acho estranho. Portanto, as dificuldades que temos no dia-a-dia na gestão das nossas freguesias, em que fazemos pedidos às vezes de 2.000 euros ou 3.000 euros e a resposta é que não há capacidade financeira. Depois chegamos aqui e é-nos apresentado saldos de 14, 15, 16 milhões de euros. -----

Portanto, alguma coisa vai mal *aqui d'el rei*. Acho que não pode continuar a ser assim, na minha opinião, porque na gestão autárquica não estamos para apresentar saldos destes valores, mas sim para resolver o problema das pessoas e resolver o problema das pessoas é resolver as questões nos complexos desportivos, nas piscinas fechadas há três anos, nos buracos nas ruas da minha freguesia, por exemplo, na cantina escolar fechada, entre várias outras coisas que são necessárias fazer, que não podem continuar a ser passadas de ano para ano e depois apresentarmos este tipo de saldos. -----

Apenas recomendar que, para o ano, não volte a acontecer, mas duvido que não aconteça.” -----

- **Rui Filipe Santos Rita (IL):** “Nos documentos que nos apresentam, quando se previa e estava orçamentado serem recebidos em 2025 um valor de 69.7 milhões de euros de receitas e apenas se gastaram efetivamente um total de 50.8 milhões, temos uma execução de apenas 72.9%. -----

Considerando que apenas a despesa corrente é a única que é executada na totalidade, constatamos que é nas despesas de capital, investimento que ficaram por realizar, ficando por executar, como sempre, os investimentos que dariam qualidade de vida dos covilhanenses. -----

Podemos dizer que o saldo de gerência de 19 milhões de euros que deixou o ciclo cessante não é um ativo, mas antes uma verdadeira dívida, passivo em obras e equipamentos essenciais ao bem-estar a todos os covilhanenses. -----

Não concordamos com esta forma de governança e gestão municipal que penaliza o concelho e não poderemos aceitar que este resultado seja votado favoravelmente, sob pena de pactuarmos com os erros do passado e, por isso, votaremos contra. -----

Esperamos que esta pesada herança sirva de exemplo do que não se deve fazer na gestão camarária e se acabe rapidamente com esta tendência de postergar o que tem de ser feito e se comece a cumprir com os compromissos que se assumiram aos covilhanenses.” -----

- **Dra. Ana Catarina Baptista Bernardino Trindade Branco (MIPP):** “A demonstração de desempenho orçamental entre 2024 e 2025 mostra-nos um município financeiramente estável e isso deve ser reconhecido. Não há desequilíbrio estrutural, não há descontrolo financeiro e também não há risco imediato. Mas a estabilidade não pode ser o único objetivo de uma governação. -----

Tivemos uma receita total próxima dos 70 milhões de euros. No entanto, quase 30 milhões provêm de transferência da Administração Central. Isto revela uma dependência estrutural que limita a autonomia do município. A Covilhã não pode viver permanentemente à espera do que vem de Lisboa. -----

Pergunto: onde é que está a estratégia para reforçar a capacidade própria para gerar riqueza? ----

Ao mesmo tempo, mais de 75% da despesa é corrente, de 39 milhões de euros em que 17.6 milhões de euros de despesa é com pessoal, sendo que face ao orçamento significa 61,09% e no total do orçamento 36,44%. A despesa com pessoal e a aquisição de bens e serviços absorvem a maior parte dos recursos. O investimento ronda os 9 milhões de euros, um valor que, sendo relevante, não é transformador. -----

Quando também analisamos a despesa corrente, verificamos que a aplicação no investimento e referimo-nos em específico à despesa com a aquisição de bens de capital diminuiu comparativamente ao ano de 2024 em cerca de 22,91%, embora o Orçamento de Estado tenha um acréscimo de 5,81%. Será que houve desinvestimento de equipamento básico permanente, obras de manutenção, aquisição e manutenção de edifícios? -----

A transferência para instituições sem fins lucrativos teve um aumento de 136,71%. Qual a justificação para este valor? -----

Gostaríamos de saber o que se está a pagar na aquisição de bens e serviços, uma vez que teve um aumento de 23,41% no ano de 2024? Onde se investiu? O que é que impulsionou este aumento, uma vez que a autarquia recebeu cerca de 7 milhões e depois só aplicou cerca de 5.5 milhões? ---

O mesmo acontece com as despesas com pessoal, onde houve um aumento de 4,2%. -----

Por isso, deixamos três propostas: -----

- 1.^a Reforçar a autonomia financeira. É fundamental apostar numa estratégia ativa de captação de investimento privado, simplificar os processos urbanísticos e criar incentivos fiscais municipais direcionados para a fixação de empresas tecnológicas, economia verde e habitação para os jovens; -----
- 2.^a Reorientar parte da poupança corrente, uma vez que o valor apurado para a gerência seguinte é de aproximadamente 19 milhões de euros para o investimento estruturante, temos saldo corrente positivo. Parte dessa margem deve ser canalizada para projetos que gerem retorno económico e social como a regeneração urbana com impacto habitacional real, apoio à incubação empresarial, valorização das zonas industriais; e -----
- 3.^a Maior transparência estratégica. Propomos que cada euro investido seja associado a indicadores no impacto como o emprego, a população fixada e a receita gerada. Não basta executar o orçamento. Também é preciso medir os resultados. -----

Mais uma vez, a Covilhã está financeiramente estável, mas esta estabilidade não pode significar uma acomodação. Temos condições para ser mais ambiciosos e também temos uma margem para investir melhor. Temos a obrigação para preparar a próxima década, não apenas o próximo relatório de contas.” -----

- **Eng.^a Catarina Sofia Oliveira Ramos Mendes (PS):** *“Devemos começar por referir que o documento que nos apresentam para tomada de conhecimento apresenta de forma rigorosa a execução orçamental do ano 2025. O documento revela uma crescente preocupação com a facilidade de leitura do mesmo, o que, por si só, é um aspeto a enaltecer porquanto revela uma maior transparência.* -----

O ano de 2025 trouxe, uma vez mais, um saldo de gerência positivo em cerca de 4,7 M€ que diminuiu relativamente ao ano anterior. Este valor, se bem que indicia que o município não executou algumas das despesas que tinha previsto, é revelador do rigor na gestão e da preocupação com a autonomia financeira do município. Outro indicador disso mesmo é que a receita corrente cobre 117% da despesa corrente – 17% da despesa corrente está disponível para investimento, despesas de capital. -----

A receita corrente aumenta 10% e a receita com impostos aumenta em 15%, revelador da atratividade económica do Concelho dado que não foram aumentadas as taxas de impostos no ano de 2025, isto é, as receitas não aumentam porque o município está a ficar com uma maior percentagem da atividade. Também não aumentam, em termos de receita, porque não temos um incremento por parte das receitas transferidas pelo Governo Central. Portanto, só poderíamos fazê-lo se houvesse um aumento também de impostos. Mas também porque a atividade em si aumenta de valor. Aqui, não defendemos o aumento de impostos de per si, como parece indicar a posição do

MIPP revelada na reunião de Câmara, senão quando tal for estritamente indispensável é que poderá ser considerada. -----

Devemos realçar ainda o aumento em 40% das receitas de capital – financiamento do investimento de médio e longo prazo, e que a receita efetiva aumenta em 15%. -----

O saldo corrente é de 7 M€, a despesa corrente é menor que a receita corrente em quase 7 M€, verbas que ficam disponíveis para investir no futuro. É isso que instamos o executivo municipal a fazer – que este novo ciclo político começado em novembro represente um novo impulso no investimento no Concelho da Covilhã, especificamente na qualidade de vida dos covilhanenses.” (Doc.21 com as alterações introduzidas durante a leitura do documento) -----

- O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** deu algumas notas em relação às questões colocadas.

“Tivemos um saldo de gerência do exercício de 2025 em que este Executivo Municipal tem dois meses, digamos, no ano de 2025, mas no montante que já aqui falamos. -----

É preciso que compreendamos que estes montantes dizem respeito a um conjunto de valores, de obras e de protocolos que existiam que acabaram por não ser executados e, infelizmente, não foram executados com muita pena da Câmara Municipal desde logo porque quando celebro um protocolo com uma entidade, com uma IPSS, com uma junta de freguesia, com uma associação ou quando contratualizo a realização de uma obra para arranjar uma estrada ou uma casa ou uma escola ou o que seja a intenção e o objetivo da Câmara Municipal é que ela ocorra no mais curto espaço de tempo e preferencialmente dentro daquele prazo que está previamente previsto ou que estava inicialmente previsto. -----

Infelizmente, por razões várias e diversas, muitas delas que fogem àquilo que é a capacidade e o controlo dos próprios decisores das várias instituições, incluindo a Câmara Municipal, isso não acontece porque o concurso ficou deserto, porque o empreiteiro não avançou com a obra quando devia porque não tinha pessoal, porque não foi possível concretizar ou obter o parecer daquela entidade que esperamos e que é dispensável para avançar e, de facto, chega-se a este valor. -----

Espero, desejo e tudo faremos para que este ano este montante seja substancialmente menor. ---

Dizer-se que aqui há algum tipo de intencionalidade nestes montantes, não é. São fruto do tempo em que vivemos, em que, de facto, há escassez de mão de obra, em que temos concursos que ficam desertos, em que temos obras que se atrasam, não só no sector público e no sector privado. Infelizmente é um valor elevado. -----

Os aumentos que falam, do ponto de vista das despesas, nomeadamente as despesas correntes, são também, de alguma forma, o reflexo daquilo que foi o aumento dos apoios às várias entidades que já aqui falámos hoje: às IPSS, às associações culturais, às associações desportivas ou outras entidades, às juntas de freguesia e às outras entidades que recorrem à Câmara Municipal pedindo apoio para conseguirem concretizar os seus investimentos ou as suas atividades. A Câmara Municipal apoia e depois é natural que esses montantes acabam por entrar naquilo que é contabilisticamente consideradas despesas correntes e aumente de acordo com aquilo que a Senhora Deputada já observou e que questiona qual é esse valor elevado de aumento. Diz respeito

exatamente a isso. São os apoios que a Câmara Municipal vai atribuindo às associações, às IPSS, à Cultura e às outras entidades. -----

Portanto, dar nota de que é intenção deste Executivo que este exercício contabilístico do ano de 2026 nos permita ter aqui também um saldo de gerência menor do que apresentámos em 2025 e tudo faremos para que assim aconteça. -----

Dar-lhe também conta do seguinte Senhora Deputada, nomeadamente à Senhora Deputada Ana Branco: uma Câmara como a nossa ter este volume de financiamento diretamente do Estado não é nada de surpreendente. Aliás, diria até que dá conta daquilo que é a dimensão que a própria Câmara tem. Aliás, não é só do Estado. É também de fundos comunitários. Tentamos, e apesar disso, termos os impostos em taxas mínimas, a verdade é que a receita aumentou, dizendo também muito daquilo que é a atividade económica e a dinâmica empresarial do nosso concelho que, apesar de cobrança de impostos e de taxas baixas, conseguimos aumentar essa receita. -----

Gostava e aproveito esta oportunidade para partilhar consigo e com a câmara uma outra reflexão. Gostava muito e tenho muita expectativa neste Governo, nesta legislatura, que possa ser revista aquilo que é a Lei das Finanças Locais porque gostava muito que, de facto, territórios como os nossos pudessem ver valorizados um conjunto de ativos que dispomos e que são hoje desvalorizados ou puramente não contabilizados naquilo que é a transferência de verbas do Estado Central. Refiro-me, por exemplo, ao património natural que temos ao cuidado e ao custo que temos para preservar a floresta. Este património natural é indispensável, por exemplo, para o Estado conseguir cumprir aquilo que são as metas de resgate de carbono, mas também para aquilo que é a conservação da qualidade das linhas de água que depois vão abastecer as albufeiras e as barragens que abastecem os grandes centros. Há um conjunto de património natural e de ativos naturais que estes territórios têm pura e simplesmente não são valorizados ou são muito subvalorizados naquilo que é a transferência do Estado. Não podemos construir e não temos por essa via IMI ou IMT como têm outros territórios do litoral e devíamos ter também, da parte do Estado Central, a valorização deste património natural que temos e que tem um custo para a sua preservação e ainda bem que tem porque é um grande ativo que nós temos. -----

Espero que, no espaço desta legislatura, seja possível o Governo e a Assembleia da República legislarem nesse sentido de uma nova lei de Finanças Locais que permita a estes territórios ter uma maior transferência de verbas do Estado exatamente para podermos fazer face àquilo que são as nossas responsabilidades, mas também as nossas expectativas e ambições de desenvolvimento.” -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – ***Mapa da Demonstração do Desempenho Orçamental, foi a mesma aprovada por maioria, com 29 votos a favor (PS e DMI), 04 votos contra (CDS-PP/IL, Prof. Vítor Manuel Reis Silva (PCP) e Magna Carla Sousa Lourenço (IND)) e 16 abstenções (PSD, MIPP, CHEGA, PCP, Dr. Marco António Barreiros Gabriel (Boidobra), Dr. Jorge Ricardo Gouveia Viegas (Cortes do Meio), Dr. Duarte Nuno Simões Rodrigues (Paul), Rui Manuel Cruz Ferreira Amaro (Peso) e António dos Santos Lopes (Unhais da Serra).*** -----

Não votou, por não se encontrar presente na sala, o Senhor Dr. Sérgio Nuno Proença Rodrigues (Orjais).-----

--- Foi feita a seguinte Declaração de Voto: -----

- **Dra. Ana Catarina Baptista Bernardino Trindade Branco (MIPP):** “A nossa abstenção vem, no decorrer de que estamos a falar de um exercício de 2025. Também falámos que o Município está estável e é só por essa única razão. O Executivo só esteve presente dois meses. Não podemos estar a chamar quem esteve de janeiro até outubro. Portanto, de novembro a dezembro acho que não é em dois meses que o Executivo tem muito a dizer sobre esta demonstração de resultados.” -----

3.9 – APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE A PROPOSTA DE ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL MODIFICATIVA N.º 1

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 12 de fevereiro de 2026, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea a) do n.º 1 do art.º 25.º, conjugado com a alínea c) do n.º 1 do art.º 33.º, ambas do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação vigente, através do ofício n.º 1027 de 13.fevereiro.2026 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação, foram intervenientes os Deputados Municipais: -----

- **Dr. Marco António Barreiros Gabriel (Boidobra):** “Serve esta proposta de alteração orçamental modificativa para incorporar o saldo de gerência apurado no ano de 2025, no valor de 18.8 milhões €, acrescido de 1.9 milhões €. 12 milhões são incremento de despesas correntes. Referimo-nos a apenas algumas rubricas: 3.4 milhões € para a aquisição de bens; 4 milhões € para a aquisição de serviços; 4.5 milhões € para transferências e subsídios correntes, dos quais apenas 610.000 € para freguesias, 1.100.000 € para entidades do setor não lucrativo e 2.500.000 € para empresas públicas municipais. -----

8.100.000 € são incrementos de despesas de capital assim distribuídos: 1.600.000 € para instalações desportivas e recreativas; 400.000 € para parques e jardins; 686.000 € para equipamento de informática; apenas 273.000 € para equipamento básico; 3.700.000 € para viadutos e arruamentos; apenas 500.000 € para a viação rural; e apenas 500.000 € para transferências de capital. -----

Refere a informação da Câmara Municipal da Covilhã os seguintes investimentos: Piscina Municipal; Reabilitação do Campo n.º 2 do Complexo Desportivo; Conservação e manutenção da Piscina-Praia; Parque da Goldra; Pavimentação da área urbana da Grande Covilhã. -----

Para além de muitos investimentos concentrados na cidade e poucos nas freguesias, fica evidente que estamos apenas a reparar, a conservar e a manter o que existe. Estamos a fazer o que ainda não foi feito. Faltam novos projetos e investimentos. -----

Embora este não seja o nosso orçamento e não sejam as nossas opções, esperamos que as rubricas agora reforçadas sejam efetivamente executadas e que em fevereiro de 2027 não estejamos novamente a analisar a incorporação de um saldo de gerência de milhões de euros, adiando investimentos que o concelho, cidade e freguesias precisam urgentemente.” -----

- **Dra. Ana Catarina Baptista Bernardino Trindade Branco (MIPP):** “O Orçamento Municipal para o ano de 2026 foi aprovado por esta Assembleia em 29 de dezembro de 2025 ao abrigo das competências previstas na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 que atribui à Assembleia Municipal a competência para aprovar as Grandes Opções do Plano e Orçamento. ----

Volvidos menos de dois meses sobre a sua aprovação, é presente a esta Assembleia um Orçamento Modificativo, uma vez que o saldo de gerência anterior apenas pode ser integrado após o início do ano. -----

As modificações orçamentais constituem um instrumento legalmente admissível no decurso da execução, designadamente quando se revelem necessárias para assegurar a conformidade entre a previsão e a execução. -----

É necessário referir que o Orçamento é, por natureza, um instrumento previsional anual, devendo refletir uma estimativa fundamentada das receitas e das despesas previsíveis para o exercício. ----

Entendemos que as modificações orçamentais deverão manter um carácter excecional e devidamente justificado, sob pena de se esvaziar a função estruturante do Orçamento enquanto instrumento de planeamento financeiro anual. -----

Ao analisarmos estas modificações, temos algumas questões: -----

- No que diz respeito à Piscina Municipal, verificamos um acréscimo significativo, passando o investimento total para cerca de 1.600.000 €. A pergunta é simples: faz sentido continuar a investir valores desta dimensão numa infraestrutura que tem apresentado problemas estruturais recorrentes? Até quando vamos continuar a injetar dinheiro numa solução que não resolve o problema de fundo? Existe um estudo comparativo entre reabilitar e construir novo ou estamos apenas a adiar uma decisão estrutural? Foi ponderada a construção de um novo espaço desportivo mais eficiente e adaptado às necessidades atuais do concelho? Já sei que disse que sim; -----
- Relativamente à reabilitação do Campo n.º 2, foi anunciado publicamente que seria colocado relvado sintético. Este investimento de meio milhão de euros corresponde efetivamente a essa requalificação ou estamos apenas a suportar os custos associados aos concertos e à utilização temporária do espaço? Também já falou que a Feira de Santiago este ano tem que lá ser; -----

- Em praticamente todas as rubricas, há alterações de valor. Curiosamente, a construção e melhoramento de parques infantis mantém-se nos 23.000 €. É esta a prioridade para as crianças do concelho? -----
- Quanto aos arruamentos das freguesias, estão previstos 700.000 €. Quais são as freguesias que serão intervencionadas e com que critérios? Este é o montante suficiente para responder às necessidades reais de todas as freguesias do concelho? -----

Os munícipes têm o direito de saber onde será aplicado o dinheiro dos seus impostos, quais são as obras estruturantes previstas e também qual a visão estratégica para o concelho, embora tenha elencado estes temas. -----

O Orçamento não é apenas um exercício contabilístico. Deverá também ser o retrato das prioridades do Executivo.” -----

- **Eng.ª Catarina Sofia Oliveira Ramos Mendes (PS);** *“Tendo tomado conhecimento da Demonstração da Execução Orçamental do ponto anterior da Ordem de Trabalhos, é imperativo que se incorpore o Saldo de Gerência no orçamento para o ano de 2026. À primeira vista poderia ser esta a leitura que se faz desta Alteração Orçamental, mas tal perspetiva seria muito limitada em face do que nos é apresentado – esta Alteração Orçamental apresenta a alocação das verbas do Saldo de Gerência nas diversas rubricas orçamentais permitindo observar quais as prioridades do Executivo para este ano e, em alguns aspetos, até para o mandato. -----*

Não é de somenos importância referir o aumento nas transferências correntes da Administração Central, bem como nas transferências de capital (1,2 M€) em projetos financiados – boas notícias no começo do ano. -----

As rubricas onde são alocadas estas verbas são diversas, mas devemos realçar algumas: -----

- *Reforça as verbas para as refeições escolares; -----*
- *Reforça as verbas para a conservação de bens – a regeneração urbana também se faz nos edifícios públicos; -----*
- *As transferências para as freguesias são reforçadas em 1,1 M€, 40% entre transferências correntes e de capital – Investimento; -----*
- *As instituições sem fins lucrativos veem as transferências aumentadas em 1,1 M€ cerca de 80%; -----*
- *O investimento em infraestruturas desportivas aumenta em 1,6 M€, 160% do montante inicialmente previsto; -----*
- *O investimento em parques e jardins aumenta em 400 mil €, 260% do inicialmente previsto;*
- *Os arruamentos veem aumentada a verba em 3,7 M€, um aumento de 250% face ao inicialmente previsto. -----*

Preocupação com o ensino e as nossas crianças, preocupação com a autonomia das freguesias e a coesão territorial, preocupação com os mais vulneráveis e a solidariedade, preocupação com a prática desportiva e com os nossos jovens, preocupação com o lazer e o espaço público,

preocupação com a mobilidade e a qualidade de vida dos covilhanenses – estes são os sinais políticos que são dados, as prioridades definidas, o alvo do nosso investimento.” (Doc.22) -----

- O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** iniciou dizendo que “esta é a primeira alteração orçamental de 2026 que nos vai permitir passar de um Orçamento de 69,1 milhões de euros, que esta Assembleia aprovou em dezembro de 2025, para um orçamento de 89,9 milhões de euros. Neste incremento de montante está integrado o saldo de gerência, como já aqui fizemos referência, no montante global de mais de 18 milhões de euros, mas também uma candidatura para modernização digital e administrativa da Administração Pública, no valor de 2.465.000 €. ----

No âmbito concreto desta candidatura, vamos apostar naquilo que é a cibersegurança, a digitalização dos serviços e a digitalização documental dos nossos serviços, novos equipamentos, mas também aproveitar para aproximarmos os serviços do Município das freguesias e da nossa população, através do serviço que já tive a oportunidade de anunciar do Balcão Único Móvel que será um espaço itinerante que vai percorrer o nosso concelho e que vai permitir aos cidadãos das nossas aldeias e das nossas freguesias mais distantes do espaço do Balcão Único no centro da cidade de aceder aos serviços que já hoje também têm quer no Balcão Único fisicamente aqui na Praça do Município, mas também já agora no Balcão Único Digital. Vai ser um investimento interessante para aproximarmo-nos àquilo que é os serviços do Município dos nossos concidadãos, melhorando assim aquilo que é a relação entre a Autarquia e Covilhanenses. -----

Dar conta também de um conjunto de obras que vão ser feitas cujo orçamento foi reforçado com esta integração do saldo de gerência. O Senhor Deputado Marco Gabriel fala do montante de 3,4 milhões de euros. Eles incluem também, naturalmente, daquilo que é o dinheiro para a aquisição de matérias-primas para fazer intervenções. Quero dizer ao Senhor Presidente da Junta e à Senhora Deputada Ana Branco uma coisa que, porventura, não será novidade para vocês, mas é que é importante reforçar: garantidamente não vai ser dinheiro suficiente para resolver todos os problemas que temos. Estamos em fevereiro de 2026 e posso-vos dizer que o dinheiro que hoje aqui incorporamos e o Orçamento Municipal que aqui temos não vai ser suficiente para resolver todos os problemas que temos. Vai ser um Orçamento que nos permite materializar aquilo que são as prioridades definidas não só para este ano de 2026, mas também para o mandato. -----

Já vos falei da habitação, da regeneração do espaço público, da parceria, do aumento das transferências para as juntas de freguesia. Está também neste aumento aquilo que é para lá de 1.600.000 € das transferências de competências, aquilo que é o novo protocolo que já falei, os protocolos de apoio com as juntas de freguesia. Está aqui o dinheiro que nos vai permitir arranjar um conjunto de estradas seja por administração direta, isto é, adquirindo materiais e vamos também adquirir mais máquinas para que possamos, através dos nossos serviços municipais, prestar um serviço com maior qualidade e maior celeridade, isto é, os nossos serviços municipais vão ter melhores equipamentos para fazer alcatroamento, mas vamos também contratualizar serviços em determinado tipo de rodovias e infraestruturas em que não é possível fazer essa intervenção com os nossos serviços. Aqui também está a conclusão das obras da Piscina Municipal.

A Senhora Deputada Ana Branco fala-nos da questão da Piscina Municipal. Quando chegámos ao Executivo e quando tomei posse como Presidente da Câmara, a piscina já estava encerrada e a decisão do seu melhoramento infraestrutural, digamos, já estava tomada. Seria uma

irresponsabilidade travar essa obra e desperdiçar as centenas de milhares de euros que já lá tinham sido investidos para a sua reabertura. Aquilo que fizemos já agora, aprovámos também na última reunião de Câmara na passada sexta-feira, foi a aprovação de mais um conjunto de trabalhos complementares que nos pareceu ser muito relevante, considerando a fase da obra em que estamos. É que a nossa piscina por 6 cm não tinha a dimensão suficiente para ser considerada em provas oficiais. O mínimo aceitável são 25 cm e, porque faltavam 3 cm em cada topo, não era possível que a nossa piscina pudesse integrar essas competições. Aquilo que decidimos, do meu ponto de vista bem, é que valeria a pena aproveitar este momento para contratualizar os trabalhos a mais que permitissem corrigir este défice estrutural para permitir que, depois de aberta a piscina, pudesse, com todas as suas limitações é verdade, ser integrada naquilo que é as competições oficiais de natação. Concordamos que é necessário uma nova infraestrutura de piscina para o município da Covilhã, para o nosso concelho e quero-lhe dizer que espero, no decorrer deste mandato, darmos passos significativos para conseguirmos caminhar no sentido de vir a ter uma nova infraestrutura. A verdade é que o ponto em que ela já se encontrava, a única coisa que se impunha à responsabilidade era concluir para que ela, tão breve quanto possível, possa estar à disposição dos nossos concidadãos e espero, pelo menos é isso que me dizem os nossos serviços técnicos, quer a informação do andamento da obra, que no início do próximo ano letivo, em setembro, possamos ter novamente a Piscina Municipal coberta à disposição dos nossos jovens, crianças e todos os Covilhanenses que a queiram utilizar. -----

Vai ser também este o Orçamento que nos vai permitir avançar com a requalificação do Campo n.º 2 que terá que ser intervencionado, naturalmente, depois do Verão. A expectativa e a ambição é substituir aquele relvado natural por um relvado sintético porque devo-lhe dizer o seguinte: aprofundi um pouco mais o conhecimento que tinha nesta área de relvados, nomeadamente naturais, e é absolutamente impossível, com a carga de utilização que temos no nosso concelho, fazer essa gestão apenas com estas infraestruturas e com relvados naturais. Não há manutenção de relvado natural que suporte a carga de utilização em termos de jogos e em termos de treinos que temos, felizmente porque temos muitas associações, muitas coletividades, muitos jogos, muitas equipas. Temos uma comunidade que pratica desporto e isso é muito positivo. Isto cria-nos um desafio acrescido que é termos infraestruturas para essa prática desportiva. É por isso também que estamos a tentar concretizar e acelerar a concretização do Estádio Municipal do Teixoso que também vai ter um relvado sintético que espero que fique concluído em breve. É por isso que iremos também fazer esta conservação no Complexo Desportivo que vai melhorar substancialmente aquilo que são as nossas infraestruturas e também lhe devo dizer que não estou certo que seja possível fazê-lo exclusivamente no ano de 2026 e por isso é que aquilo que está previsto no Orçamento é um montante de 500.000 € porque, provavelmente, vamos ter que entrar no ano de 2027 para executar e para concluir essa obra e, naturalmente, há montantes financeiros associados à obra que só vão entrar no exercício orçamental de 2027. -----

Parques infantis – Reconheço a importância de reforçarmos aquilo que é o investimento. Tudo aquilo que pudermos fazer para investir nas nossas crianças e nos nossos jovens é pouco. É verdade que o Município recentemente investiu também um valor significativo na construção e qualificação de novos parques infantis. Também é verdade que isso aconteceu em várias freguesias, não só no centro da cidade. Vamos esperar que no futuro seja possível prosseguirmos esse caminho e

reforçar aquilo que são as condições para as nossas crianças e para os nossos jovens neste concelho. -----

Espero que este orçamento e esta alteração orçamental venha permitir concretizar aquilo que é o desígnio que definimos para o início do mandato e que queremos concretizar desde o primeiro dia: reforçar as condições da habitação, reforçar as condições do espaço público, da regeneração urbana, a melhoria dos passeios, a melhoria das estradas, a melhoria das condições das infraestruturas das nossas escolas, dos nossos jovens e também aquilo que é a melhoria das condições de atratividade e de fixação de investimento no nosso território para, com isto, criar mão de obra qualificada e mais desenvolvimento para o nosso território. Estou muito convencido que este orçamento e esta primeira alteração orçamental vai permitir caminhar nesse sentido.” --

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – ***Alteração Orçamental Modificativa n.º 1, foi a mesma aprovada por maioria com 35 votos a favor (PS, MIPP e DMI), 04 votos contra (PCP, Dr. Marco António Barreiros Gabriel (Boidobra), António dos Santos Lopes (Unhais da Serra) e Dra. Magna Carla Sousa Lourenço (IND)) e 09 abstenções (PSD, CHEGA e CDS-PP/IL).*** ---

Não votaram, por não se encontrarem presentes na sala, os Deputados Municipais Dra. Irina de Jesus Rosado Simões (PCP) e Dr. Sérgio Nuno Proença Rodrigues (Orjais). -----

Foram feitas as seguintes Declarações de Voto: -----

- **Dra. Magna Carla Sousa Lourenço (IND):** “Votei contra por considerar que esta alteração poderá representar um acréscimo de responsabilidades financeiras permanentes que podem pressionar e fragilizar as contas da Câmara Municipal no futuro. -----

Manifesto também preocupação quanto à forma como a verba é distribuída, nomeadamente no que respeita às creches, aos lares de idosos, aos serviços de apoio domiciliários e aos cuidados de saúde. Entendo que estas áreas deveriam merecer uma prioridade mais clara e reforçada. -----

O meu voto é, por isso, um voto de responsabilidade e de prudência na gestão de recursos públicos.” -----

- **Rui Manuel Cruz Ferreira Amaro (Peso):** “O voto da Junta de Freguesia do Peso foi favorável e que fique bem claro que foi porque, sendo o primeiro ano de mandato do atual Presidente da Câmara, apesar de estar há 12 anos na Câmara Municipal, vamos-lhe dar um voto de confiança acreditando que irá cumprir com aquilo que nos veio aqui propor. Caso contrário, nas próximas votações iremos votar contra.” -----

- **Prof. Amadeu Luís Pinto Fragas Alberto (CHEGA):** “O Grupo Municipal do CHEGA declara a sua abstenção relativamente à proposta de alteração orçamental modificativa n.º 1. -----

Na reunião anterior, aquando da apreciação do Orçamento Municipal, votámos contra por entendermos que o documento apresentado não correspondia às reais necessidades do concelho,

nem refletia uma estratégia financeira ambiciosa, estruturada e alinhada com a dimensão e responsabilidade do município. Esta posição foi sustentada com base em critérios objetivos, nomeadamente na comparação com outros orçamentos praticados por municípios vizinhos e de idêntica natureza e contexto territorial. -----

Na altura, essa análise foi desvalorizada e a nossa posição politicamente criticada. Hoje, porém, verifica-se que o Executivo vem propor um aumento orçamental que aproxima os valores municipais daqueles que foram referenciados anteriormente e desconsiderados. Este facto confirma que as reservas que apresentámos não eram infundadas. Pelo contrário, demonstram que o orçamento inicial padecia de um sub-dimensionamento ou de falta de previsão adequada que agora se procura corrigir através de uma alteração modificativa. -----

Não obstante esta constatação, optámos pela abstenção por entendermos que, embora esta proposta represente uma correção parcial da insuficiência anteriormente identificada, subsistem dúvidas quanto ao planeamento inicial, à coerência estratégica e à previsão da gestão financeira municipal. -----

Para terminar, a abstenção assume assim um carácter de responsabilidade institucional. Não obstaculizamos uma correção que poderá ser necessária ao funcionamento do Município, mas mantemos a nossa reserva quanto ao método e a consistência do processo orçamental que lhe deu origem.” -----

3.10 – APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE A PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DO VALOR DO PROCEDIMENTO DE CONTRATAÇÃO DO CONTRATO DE GESTÃO DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA, NO ÂMBITO DO DECRETO-LEI N.º 50/2021, DE 15 DE JUNHO, PARA A IMPLEMENTAÇÃO DE MEDIDAS DE MELHORIA DA EFICIÊNCIA ENERGÉTICA NO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA E INSTALAÇÃO DE UMA UPAC NO CONCELHO DA COVILHÃ

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 12 de fevereiro de 2026, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, e do Decreto-Lei n.º 50/2013, de 15 de junho, através do ofício n.º 1022/26 de 13.fevereiro.2026 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- O Senhor **Presidente da Câmara Municipal da Covilhã** iniciou querendo “fazer uma intervenção inicial neste ponto que está, de certa forma, relacionado também com o ponto que vamos discutir a seguir. -----

Tomei a liberdade de pedir ao Senhor Dr. Carlos, diretor da ENERAREA, para se deslocar à nossa Assembleia para nos explicar um pouco melhor do que se trata. Não este ponto em concreto, mas

todo o projeto e todo o processo que está em causa subjacente a estas decisões que hoje se propõem aqui tomar nesta Assembleia porque diz respeito àquilo que é um concurso público internacional de substituição de iluminação pública LED em todo o nosso concelho. É um processo de eficiência energética em que no passado o Executivo Municipal pediu e convidou a agência de energia – a ENERAREA – para proceder às peças desse concurso, de todo este processo e para conduzir todo este processo. -----

Considerando que as Senhoras e Senhores Deputados neste mandato não tomaram conhecimento, tomei a liberdade de pedir ao Senhor Dr. Carlos o favor de vir a esta Assembleia para nos explicar a todos o que é que aconteceu desde o início, como é que este processo decorreu desde o início porque aquilo que hoje aqui estamos a fazer é apenas a dar mais um pequeno passo no caminho de, eventualmente no futuro, virmos a ter através deste processo, um novo processo de iluminação pública através de tecnologia LED. -----

Se o Senhor Presidente da Assembleia assim o entender, solicitaria o favor ao Dr. Carlos para fazer essa apresentação, estando também eu disponível para esclarecer as dúvidas que possam ter em relação a esta matéria.” -----

--- Concedida a palavra pelo Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia**, o Senhor **Dr. Carlos Santos, Diretor da Agência da Energia da Beira Interior – ENERAREA**, após cumprimentar todos os presentes, iniciou agradecendo o convite que lhe foi dirigido para estar presente na Assembleia Municipal da Covilhã para “desenvolver e apresentar o projeto. -----

Como Senhor Presidente disse, este projeto começou há cerca de um ano. Foi aqui apresentado em Assembleia Municipal e o projeto é um projeto de gestão de eficiência energética do Município da Covilhã. -----

Porque é necessário intervir?

- **Pressão na despesa:** a iluminação pública é um dos maiores centros de custo de eletricidade do Município (mais de 80% da fatura elétrica municipais data do concurso 65% em 2026)
- **Ineficiência e obsolescência:** parque heterogêneo, consumos elevados e maior necessidade de manutenção (fim de vida útil / tecnologia ultrapassada).
- **Risco e imprevisibilidade:** preço da energia + avarias + manutenção tornam o “não fazer nada” cada vez mais caro
- **Metas climáticas e conformidade:** redução de consumo e CO₂ com impacto direto nas metas municipais
- **Momento certo para modernizar:** modelo ESE permite intervir sem investimento inicial do Município e com risco tecnológico/financeiro transferido para a ESE

Ele iniciou por um conjunto de razões, entre eles: -----

- O que tinha que ver com a pressão da despesa. Temos iluminação pública que correspondia à data de cerca de 80% da fatura energética do Município, no que diz respeito à eletricidade. À data de hoje, corresponde a 65%; -----
- Tinha que ver com a obsolescência e ineficiência dos sistemas que estão hoje instalados, como também já aqui foi dito nesta Assembleia; -----

- A questão do risco e imprevisibilidade – Como sabem o preço da energia oscila muito e, se reduzirmos o consumo de energia com os sistemas que vierem a ser instalados, diminuimos essa dependência, esse risco e essa imprevisibilidade; -----
- A questão das metas climáticas – O Município é subscritor do Pacto dos Autarcas. Tem um conjunto de objetivos e de medidas que têm de cumprir, nomeadamente com a redução de consumos e de CO₂; -----
- E depois tem que ver com a questão de estarmos no momento certo para modernizar todo este sistema. É um momento em que estamos ligeiramente antes no diz respeito aos novos contratos de concessão e tínhamos aqui a oportunidade de o fazer. -----



O que é que tinha como enquadramento e objetivo deste contrato de gestão de eficiência energética? Ele rege-se pelo Decreto-Lei n.º 50/2021 e pela Portaria n.º 671/2022. A Portaria define o modelo de caderno de encargos e de programa de concurso, ou seja, utilizamos um modelo de caderno de encargos e programas de concurso definido pela portaria e fizemos um estudo de viabilidade económico-financeira no sentido de adotar um conjunto de metodologias e, com base nessas metodologias, obtínhamos o que tinha que ver com as poupanças associadas. ---

Temos aqui: por um lado, a substituição da iluminação pública por LED, fazendo a alteração de toda a iluminação que ainda não é LED; a questão dos sistemas de telegestão inteligente de comunicação – era tornar todo este sistema com telegestão e com telemetria, fazendo a gestão de todo o parque de iluminação e aqui a gestão vem desde o acerto da intensidade de cada luminária até conseguir monitorizar a luminária desde o ponto de vista da hora de ligar, da hora de desligar, se há alguma avaria na rede e na luminária; e depois tínhamos aqui também uma rede que podia servir de base a todas as outras infraestruturas do Município no sentido de poderem fazer comunicação através dela. Tínhamos a instalação de UPAC em edifícios municipais e um projeto-piloto inovador que tinha ali um conjunto de testes a serem realizados. -----



Pressupostos:

Modelo de Contrato ESE (Decreto-Lei n.º 50/2021, de 15 de junho e pela Portaria n.º 671/2022):

- **Contrato de Desempenho Energético**
- Investimento assegurado pela **Empresa de Serviços Energéticos (ESE)**
- Desempenho energético mínimo: **70%**
- Poupança mínima garantida: **10%**
- Município **não assume** risco tecnológico nem financeiro
- Duração: **15 a 16 anos**

Modelo ESE

No que diz respeito ao projeto ESE, o que é que ele é? É um contrato de desempenho energético que pressupõe a contratação de uma empresa de serviços energéticos. Estas empresas de serviços energéticos, como sabem, estão inscritas na Direção-Geral de Energia. É a Direção-Geral de Energia que faz uma pré-seleção de um conjunto de empresas capazes de dar resposta a um conjunto de projetos deste calibre que tem que ver com a eficiência do uso do recurso e do uso dos equipamentos e tem aqui um conjunto de desempenhos mínimos. A legislação obriga a um conjunto de desempenhos. O Município foi um bocadinho mais além em que diz que o desempenho energético mínimo é de 70%, ou seja, toda a instalação nova que vier a ser instalada tem que reduzir pelo menos em 70% do que é o consumo de energia elétrica. -----

Depois temos a questão da partilha de energia. Toda esta poupança tem que ser partilhada entre duas entidades que são a Empresa de Serviços Energéticos e o Município e em que o Município diz que tem que ficar no mínimo com 10%. -----

Temos aqui uma particularidade nestes projetos é que o município não assume qualquer risco financeiro nem tecnológico. Todo ele é transferido para a Empresa de Serviços Energéticos e o projeto pode ir de 15 a 20 anos. O Município optou por 15 a 16. -----



Situação Atual: Iluminação Pública

- Total de luminárias a intervir: **24.566 (total)**
 - (substituição) **19.533**
 - (realocação) **5.033**
- Consumo anual atual: **9.945.771 kWh**
- Emissões CO₂: **≈ 2.327 t/ano**
- Parque heterogéneo e energeticamente ineficiente

IP

Ele tem aqueles quatro parâmetros como falávamos. O inicial tem que ver, e o maior, com iluminação pública. É a intervenção em cerca de 25.000 luminárias e a substituição de 19.533

luminárias. Depois existe uma realocação de 5033, ou seja, temos 19.533 luminárias que têm que ser substituídas porque elas são de tecnologia ineficiente e temos 5033 luminárias que já estão instaladas de tecnologia LED que têm que ser realocadas e colocadas num outro sítio, mais no sentido de criarmos zonas em que estas 5033 luminárias, que dependem a um outro operador, sejam as luminárias que estejam no mesmo local para que esse operador possa fazer a intervenção num local já definido. -----

O consumo anual atual ronda os 10 milhões kWh. Temos emissões com este processo de cerca de 2400 toneladas e temos aqui um parque heterogêneo. Como sabem e como verificam, temos aqui um conjunto de luminárias muito diferentes que dificultam o que é a gestão e o objetivo com isto é criar luminárias todas elas da mesma tipologia, embora com potências diferentes, mas conseguindo desta forma dar uma resposta mais adequada ao que é a necessidade e o que é a necessidade de um município que tem vindo também ele a ter aqui esta intervenção. -----



Este projeto começa por definirmos o cadastro e por partilharmos com a E-Redes e com os técnicos do Município todo o que é um cadastro municipal e, depois, daqui para a frente com os técnicos do Município analisarmos quais podiam ser as intervenções e verificámos quer do ponto de vista da iluminação, quer do ponto de vista dos edifícios, onde é que se poderia intervir e como. -----



Iluminação LED - Solução Técnica Proposta:

- **Redução de potências instaladas** (Luminárias alta eficiência >160 Lm/W)
- **Uniformização** estética e técnica
- **Vida útil ≥ 100.000 horas** (24 anos / 4198 horas ano / 11,5 horas dia)
- **Manutenção da qualidade luminosa** e segurança rodoviária
- **Realocação das luminárias LED existentes**

IP

Ou seja, o objetivo é reduzir a potência instalada. Para isso, o concurso obriga a que o concorrente apresente luminárias de eficiência elevada, cerca de 160 Lm/W ou mais. -----

A uniformização, como falávamos, estética e técnica. Se tivermos aqui quatro tipos de luminária, melhor se gere todo o parque. Sabemos que existe um conjunto de stock de luminária com capacidade de reposição rápida assim que houver uma avaria. -----

Garantir também que o período de vida útil da luminária ronda os 24 anos. Como falamos, o projeto é de 15 ou 16 anos e a garantia da luminária tem de ser de 24 anos de funcionamento. -----

A manutenção da qualidade luminosa e da segurança rodoviária é fundamental e aqui utiliza-se a base do DREIP que é o Documento de Referência Estratégico da Iluminação Pública. Foi esse documento que serviu de base a este estudo. -----

Depois, há a questão da realocação das luminárias existentes. -----



Telegestão e Digitalização:

- **Controlo individual** das luminárias
- **Regulação de fluxo luminoso (dimming)**
- **Monitorização em tempo real e alarmística**
- **Plataforma web (dados propriedade do Município)**
- **Relatórios automáticos:** consumos, poupança e CO₂ evitado
- **Inventário georreferenciado e histórico de manutenção**
- **Rede LoRaWAN preparada para futuros projetos IoT**

IP

Do ponto de vista da Telegestão e da Digitalização, o que é que queremos com isto e qual é que é o objetivo do Município? Por um lado, é controlar as luminárias. Já foi pedido certamente por todas as freguesias e por outros eventos que se realizam na Covilhã, a necessidade de haver um desligar provisório das luminárias porque vai acontecer um evento ou então um aumento de potência. Está-se à distância e com uma aplicação que se encontra instalada no telemóvel ou no computador podemos desligar ou acertar a potência máxima das luminárias. -----

Temos a questão da alarmística que é fundamental, ou seja, mesmo antecipando o que é uma reclamação do Município, de uma junta de freguesia ou de uma outra entidade de que temos uma avaria, esta alarmística com esta telegestão, assim que a luminária avaria ou não ligar, informa logo os técnicos do Município que existe este problema que tem que ser verificado. -----

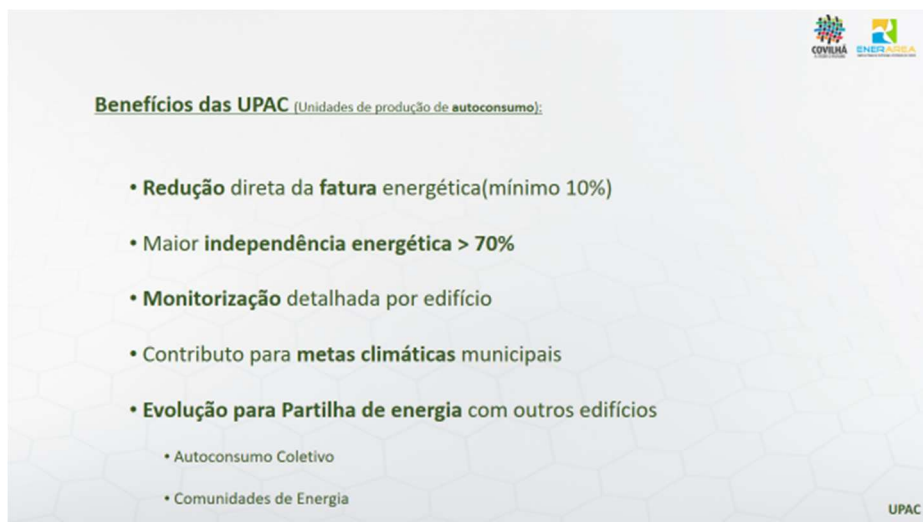
Uma plataforma web – Esta plataforma, assim como a comunicação, é propriedade do Município. O contrato tem estes 16 anos de funcionamento, mas a plataforma começa desde o primeiro dia a ser propriedade do Município. -----

A questão dos relatórios automáticos dos consumos, das poupanças, do CO₂ evitado – Isto é fundamental até para dar resposta ao que são os projetos e os acordos que existem entre o que é o Pacto dos Autarcas. -----

A georreferenciação – Sabemos a todo o momento onde é que as luminárias estão colocadas porque elas têm sensores de georreferenciação. -----

Também temos aqui o histórico da manutenção que é fundamental para sabermos quais é que são os problemas, onde é que existem mais problemas. Alguns até advém do que é as linhas aéreas e um conjunto de problemas que têm que ver com a distribuição, não tanto com a luminária. -----

Depois, o que é a Rede LoRaWAN? É a tecnologia ou protocolo que vai ser adaptado para a comunicação dos projetos IoT que podem servir para replicar na gestão do que é a sensorização de caixotes de recolha de resíduos sólidos urbanos, de bio resíduos, entre outros equipamentos, assim como dos contadores de água e entre outras soluções que o Município queira adotar. -----



Benefícios das UPAC (Unidades de produção de autoconsumo):

- **Redução** direta da **fatura** energética (mínimo 10%)
- Maior **independência energética** > 70%
- **Monitorização** detalhada por edifício
- Contributo para **metas climáticas** municipais
- **Evolução para Partilha de energia** com outros edifícios
 - Autoconsumo Coletivo
 - Comunidades de Energia

UPAC

Estas são as duas primeiras soluções associadas ao que é a IP. Depois temos a outra solução que tem a ver com as UPAC (unidades de produção de autoconsumo) colocadas nos edifícios. Têm aqui como objetivo a redução direta da fatura energética do Município no mínimo 10%, mais a independência energética (redução de 70%). -----

Temos a questão da monitorização detalhada do edifício porque no edifício tem que ser instalado um equipamento que mede e que gere todos os consumos. -----

Novamente aqui o que é a contribuição para as metas climáticas do Município. -----

E aqui temos também um outro processo que tem vindo a ser falado, nomeadamente pelos media, que tem a ver que as comunidades de energia. Temos aqui o primeiro passo para chegarmos à questão das comunidades de energia. Como sabem, existe a questão do autoconsumo nos nossos próprios edifícios que é este que está aqui instalado. Podemos ter unidades de produção solar ou outras de energias renováveis que sejam autoconsumidas. Temos o autoconsumo coletivo que é a solução em que, num edifício, se produz a energia e depois podemos partilhar com outros edifícios desde que eles sejam do mesmo proprietário ou então as comunidades de energia que temos aqui um produtor e depois partilha com uma chave de partilha por um conjunto de outros operadores e de outros consumidores que estejam associados dentro do que é esta própria comunidade de energia que muito se tem falado e não se tem dado assim tantos passos quanto a isso. Existem três comunidades de energia instaladas no país. Não é assim tanto como aquilo que temos ventilado na Comunicação Social. -----



Do ponto de vista dos consumos atuais, nós temos cerca de 700.000 kWh/ano de consumo e cerca de 198 toneladas de CO₂. Queremos instalar 602 kW pico nos edifícios municipais. Como já referi anteriormente, temos aqui uma redução da dependência da rede de 70%, o que nos dá aqui uma autonomia bastante grande e esta partilha para o município de 10%. -----

Depois existe uma outra partilha que pode ir mais além que é se o Município quiser partilhar com os seus próprios edifícios o excedente da produção. -----



Edifícios alvo de Intervenção:

No.	Edifício	Área a utilizar (m ²)	Potência a Instalar (kW)	Consumos			
				CHEIA	PONTA	VAZIO	(kWh/ano)
IU 01	Estaleiro	125,45	27,60	8 677,00	4 022,00	4 241,00	16 940,00
IU 02	EB 23 Paul	263,64	58,00	28 010,00	10 716,00	9 821,00	48 547,00
IU 03	EB 23 - Pêro da Covilhã	254,55	56,00	41 968,00	17 280,00	17 731,00	76 979,00
IU 04	EB 23 - São Domingos	250,00	55,00	39 014,00	14 568,00	19 718,00	73 300,00
IU 05	EB 23 - Teixoso	286,36	63,00	38 260,00	14 976,00	17 379,00	70 615,00
IU 06	EB 23 - Tortosendo	222,73	49,00	28 177,00	10 468,00	15 763,00	54 408,00
IU 07	Escola Sec. Quinta das Palmeiras	481,82	106,00	99 397,00	39 697,00	50 560,00	189 654,00
IU 08	Central Camionagem	286,36	63,00	13 883,20	6 435,20	6 785,60	27 104,00
IU 09	Biblioteca Municipal	188,18	41,40	22 408,00	8 572,80	7 856,80	38 837,60
IU 10	Centro Inclusão	188,18	41,40	41 968,00	17 280,00	17 731,00	76 979,00
IU 11	CUJE	188,18	41,40	21 959,84	8 401,34	7 699,66	38 060,84
Total		2 735,45	601,80	383 722,04	152 416,34	175 286,06	711 424,44

UPAC

Aqui temos a listagem dos edifícios que foram sendo intervencionados. Aqui não estou mais do que a repetir aquilo que já tinha sido apresentado à data da Assembleia e que foi decidido no concurso. -----



Projetos Piloto Inovadores:

- Luminárias híbridas (solar + eólica + rede)
- CCTV integrado em espaço público (Zona empresarial do Tortosendo)
- Teste de luminárias de alta eficiência >190 Lm/W
- Preparação do Município para soluções futuras

Projetos Piloto

Do ponto de vista dos projetos inovadores, estes projetos inovadores à data o objetivo era termos aqui uma experiência de luminárias híbridas para serem colocadas onde não há rede e era uma luminária solar e eólica que pudesse estar independente da rede. -----

Tínhamos aqui um sistema de videovigilância em espaço público, nomeadamente na Zona Empresarial do Tortosendo. Foi esse que nos foi pedido. E o teste de luminárias de alta eficiência exatamente no local onde se ia instalar o sistema de videovigilância. -----

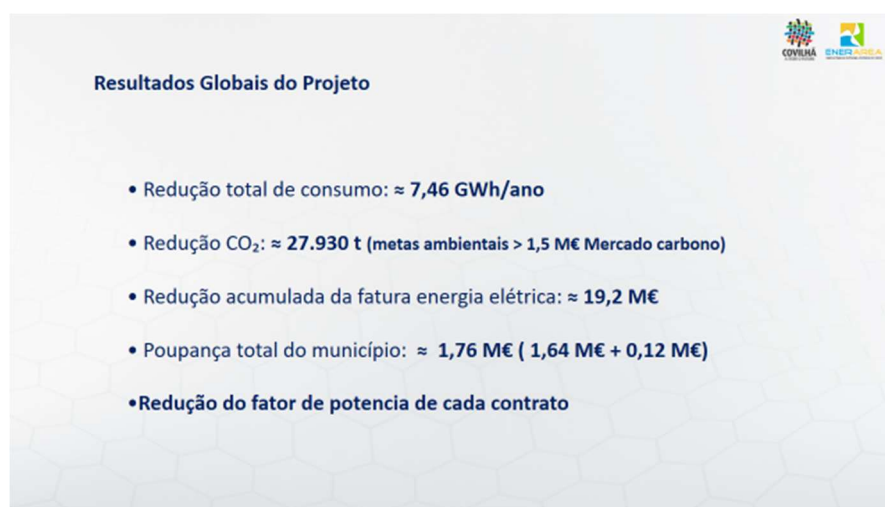
O objetivo destes projetos que são piloto, que são inovadores, que vão um bocadinho mais além do que é o tradicional era fazermos aqui um teste. Isto não é relevante do ponto de vista do que é o concurso. É uma pequena parcela do concurso, mas é uma experiência que faz parte do que são estes projetos, ou seja, os projetos por norma têm sempre uma pequena experiência para ser feita e para ser testada. -----



Investimento e Risco

- Investimento inicial: **ESE**
- Risco tecnológico: **ESE**
- Risco financeiro: **ESE**
- Operação e Manutenção: **ESE**
- O Pagamento efetuado pelo Município é realizado com parte das poupanças

No que diz respeito ao investimento e risco, é fundamental olharmos para esta matriz e percebermos que o investimento inicial é da Empresa de Serviços Energéticos. O risco tecnológico é da Empresa de Serviços Energéticos. O risco financeiro também é da Empresa de Serviços Energéticos. A operação e manutenção, durante estes 16 anos, é da responsabilidade na íntegra da Empresa de Serviços Energéticos e o pagamento que o Município efetua à Empresa de Serviços Energéticos advém da poupança daqueles 70% que tínhamos pensado e que tínhamos desenhado no estudo de viabilidade económico-financeira. -----



Resultados Globais do Projeto

- Redução total de consumo: **≈ 7,46 GWh/ano**
- Redução CO₂: **≈ 27.930 t (metas ambientais > 1,5 M€ Mercado carbono)**
- Redução acumulada da fatura energia elétrica: **≈ 19,2 M€**
- Poupança total do município: **≈ 1,76 M€ (1,64 M€ + 0,12 M€)**
- **Redução do fator de potencia de cada contrato**

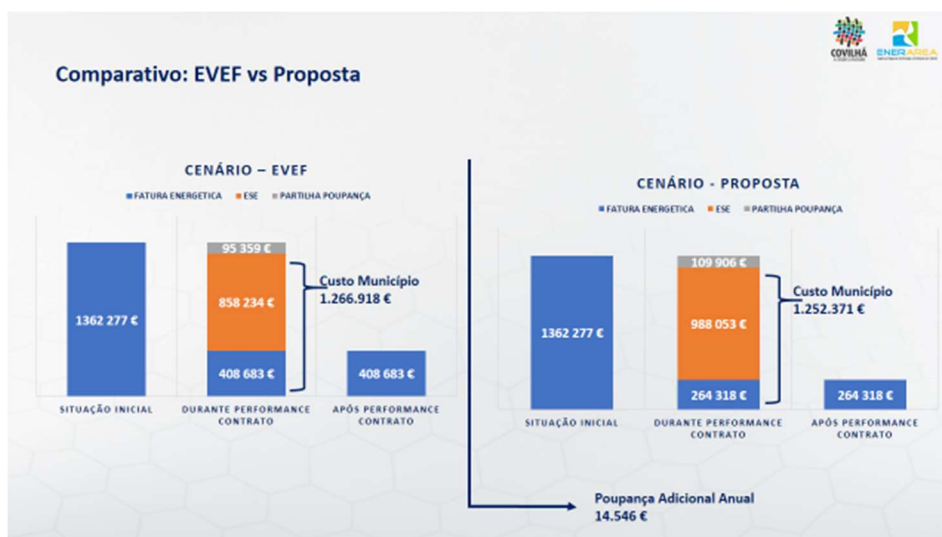
Aqui já tem que ver com a proposta, ou seja, na proposta temos: uma redução de 7,4 milhões de kilowatts/ano, os 7,46 GWh/ano; uma redução de cerca de 27 mil toneladas de CO₂. Não a quantificámos no projeto, mas quantificado em valores por baixo estamos a falar em cerca de mais de 1.500.000 no mercado de carbono; temos uma redução acumulada da fatura elétrica 19,2 milhões € a 16 anos; e temos uma poupança para o município de 1,76 milhões € que se divide daquelas duas formas, ou seja, 1,64 milhões € para a iluminação pública e 120.000 €, de grosso modo, no que diz respeito às UPAC; temos também ainda aqui uma coisa que é um fator que não foi ponderado no estudo de viabilidade económica e que nunca é que tem que ver com a redução do fator de potência de cada contrato. Como sabem, nos contratos de energia temos um fator de potência que tem a ver a potência contratada e com essa disponibilidade potência contratada. O objetivo neste contrato é reduzirmos o consumo. Ao reduzirmos o consumo, vamos reduzir a potência contratada. Esta potência contratada, ao ser reduzida, também liberta aqui um valor que se paga de taxas para o Município da Covilhã, que se liberta todos os meses. Embora não esteja apurado, é um valor ainda significativo. -----



Comparativo: EVEF vs Proposta

		Total	
		EVEF inicial	Proposta
Total Contrato 16 anos	Energia Elétrica (€)	6 538 929 €	4 229 088 €
	Pagamento ESE (€)	13 731 751 €	15 808 851 €
	Poupança Partilhada mínima (€) (10%)	1 525 750 €	1 758 491 €
	Poupança adicional projeto (EVEF vs Proposta)		232 741 €
Valores anuais			
Custo anual Município Energia + Pagamento ESE		1 266 918 €	1 252 371 €
Poupança adicional anual (EVEF vs Proposta)			14 546 €

Este quadro comparativo mostra e faz o comparativo entre o estudo de viabilidade económico-financeiro que foi aquele que foi utilizado de base para a realização do concurso e depois temos o valor da proposta. Estes concursos são parametrizados com base na legislação que referimos anteriormente, o Decreto-Lei n.º 50/2021 e pela Portaria n.º 671/2022, e têm como base um estudo de viabilidade económico-financeiro e aquelas premissas que lhe falámos que é as que se definem inicialmente dizendo que a redução de energia tem de ser no mínimo de 70% que foi aquela que foi definida pelo Município e a partilha de 10%. -----



Ou seja, no estudo de viabilidade económico-financeiro dizíamos que para um contrato em que o Município gasta, valor sempre sem IVA, 1.362.000 €/ano em energia, no que diz respeito à iluminação pública iria pagar 1.266.000 € e este 1.266.000 € repartia-se em duas componentes: uma, a da energia, os 408.000 € e 858.000 € pagos à Empresa de Serviços Energéticos. Esta é a base e sabemos que a proposta tem de ser mais além do que isto. Ou seja, aqui vai um bocadinho em contra aquilo que é a contratação pública que dizemos que temos um valor base de máximo e aqui temos um valor base que é aquele que o Município lança o concurso que é o mínimo que tem de poupança. A partir daí, o que tiver a mais de poupança é ganho para o Município. Ou seja, a proposta e o cenário da proposta mostra-nos exatamente isso. A proposta tem de ser melhor do que o estudo de viabilidade económica e vem nos dizer o seguinte: o Município deixa de ter uma poupança líquida de 95.300 € e passa a ter uma poupança líquida anual de 109.900 €. Isto por quê? Porque a empresa apresenta um conjunto de tecnologias que nos permitem poupar mais. Ao poupar mais, reduzimos a nossa dependência do mercado da energia. Deixamos de pagar a energia. E essa poupança traduz-se na partilha em que 10% são partilhados com o Município. Isso traduz-se aqui neste 109.000 €. Ou seja, no modelo inicial do estudo de viabilidade económica, o que serviu de base à realização do concurso tínhamos um custo anual de 1.362.000 € e passávamos a ter um custo anual de 1.266.000 € com todas aquelas benfeitorias que falámos atrás. -----

Neste cenário da proposta, deixámos de ter um custo anual de 1.266.000 € e passámos a ter um custo anual de 1.252.000 €. Em números, o que é que temos? Temos uma poupança adicional no final do projeto destes 16 anos entre o estudo de viabilidade económica e a proposta, acrescida em 232.000 €, ou seja, que se traduz em 14.546 € por ano. Isto é um resumo, de uma forma rápida, que podemos apresentar o que é que decorreu e qual é que foi a análise dos valores económicos da proposta.” -----

--- Submetido à apreciação, foram intervenientes os Deputados Municipais: -----

- **Rui Manuel Cruz Ferreira Amaro (Peso):** “Esta substituição das luminárias é no concelho todo? Em várias freguesias já foram feitas algumas alterações na rede e já têm, nalgumas ruas, a colocação de luminárias LED que têm pouca intensidade. Neste projeto essas luminárias vão ser

requalificadas e vão ser colocados os tais pontos para saberem se estão apagadas ou não? E a localização delas? -----

Das ampliações de rede que estavam previstas neste contrato, os pedidos que são feitos à Câmara que ainda não foram contemplados ou não estão?" -----

- O Senhor **Dr. Carlos Santos, Diretor da Agência da Energia da Beira Interior – ENERAREA** respondeu afirmativamente. “O que fizemos foi o levantamento integral do concelho. O Município solicitou à E-Redes que lhe fornecesse o cadastro da rede de iluminação pública. A E-Redes forneceu o cadastro da rede de iluminação pública e do cadastro. -----



Existem outros mapas, mas este aqui tem ali dois grandes grupos: um deles é o que já existe com iluminação LED que são os pontos que temos a verde; e os pontos que temos a roxo são os pontos de luz que existem com iluminação tradicional e que têm de ser substituídos. -----

A intervenção tem aqui dois parâmetros: um deles é a realocação dos equipamentos que já existem em LED todos no mesmo local, por uma questão de facilitar o que é a intervenção dos operadores porque sabem que estão todos no mesmo local e até porque, imaginemos, há um munícipe que hoje faz uma reclamação de que existe aqui um ponto de luz à beira do Auditório que está avariado, tínhamos que ir ao cadastro, verificar tudo isto e de quem era propriedade do ponto de luz, se era da E-Redes ou se era da futura Empresa de Serviços Energéticos. -----

Desta forma facilitamos. Sabemos que em determinadas freguesias, em determinados locais ou em determinadas ruas, aqueles pontos são todos na totalidade de um determinado operador e todos os outros novos são da responsabilidade da Empresa de Serviços Energéticos. -----

As luminárias LED que estão colocadas vão ser todas realocadas e vão ser realocadas em locais onde se adapte mais a sua utilização porque o que hoje acontece, em bom rigor, é que a substituição é feita em função do que são os parâmetros do DREIP, mas existem situações em que sabemos que a luminária está mais alta, a luminária tem mais espaçamento e, quando existem essas características, a mesma luminária que, no local, dá uma intensidade de luz que é suficiente noutros não consegue fazer isso porque ela está muito mais alta, tem um espaçamento entre

luminárias muito maior e existe depois essa fragilidade do ponto de vista do que é a iluminação que chega. Essas têm que ser realocadas. Todas as que não são LED são colocadas novas. -----

No que diz respeito às ampliações de rede, não lhe sei responder do ponto de vista do que já está feito. Existem projetos destes em muitos municípios (Fundão, Seia, Guarda, Sabugal, Belmonte, Meda, Celorico, ...) que têm tido o nosso acompanhamento e o que se tem feito é: como sabem, existe uma concessão da distribuição de energia em baixa que é da E-Redes e há obrigações para com essa concessão. As obrigações para com essa concessão são a da instalação do que é o prolongamento de rede e da instalação do poste e do suporte. O que os municípios têm feito, com boa prática e penso que a Covilhã também é esse o objetivo, é as ampliações serem feitas com as mesmas luminárias do projeto. São luminárias com telegestão. Estão todas dentro do que são as tipologias de luminária. Assentam dentro do que é a mesma plataforma de gestão e de comunicação e, desta forma, vamos mantendo o que modernizámos, igual e igualmente modernizado, utilizando a mesma plataforma, o que é fundamental para se fazer gestão.” -----

- **Rui Manuel Cruz Ferreira Amaro (Peso):** “Ou seja, neste contrato, a manutenção e a substituição das luminárias de LED que já existem são feitas pela E-Redes. As outras que vão ser colocadas é que são feitas pela empresa que vai ter a concessão, certo? E a manutenção?” -----

- O Senhor **Dr. Carlos Santos, Diretor da Agência da Energia da Beira Interior – ENERAREA** respondeu negativamente. “O que temos é a empresa que vier fazer o projeto, vai ter que realocar o que são as luminárias LED já instaladas e colocar luminárias LED onde não existe LED. Ou seja, é uma operação que seja toda contratada à empresa que vier fazer o serviço. -----

A manutenção das que já existem LED que são feitas pela E-Redes e todas estas 19.533 novas são feitas pelo operador.” -----

- **Dr. Marco António Barreiros Gabriel (Boidobra):** “Senhor Presidente, na Freguesia da Boidobra existem duas centrais solares, na Quinta do Prazo e na Boidobra, com grandes ocupações de terreno e grandes capacidades. -----

A primeira pergunta é: como é que isto se liga a esta UPAC que aqui está? Se liga ou não liga. -----

A outra questão que também coloco é se o Município já equacionou ou se ainda não equacionou o podermos trabalhar no sentido de poderem ser exigidas as medidas compensatórias dos municípios por via da instalação destas centrais e que possam também as populações locais, nomeadamente também a freguesia da Boidobra muito prejudicada nesta instalação, usufruir daquilo que são as medidas que alguns municípios, nomeadamente o Fundão, já estão listados e a receber. O Município da Covilhã pretende também avançar com esse processo no fundamental para que possamos também ser ressarcidos daquilo que foi os impactos da instalação destas centrais no nosso território?” -----

- **Prof. Vítor Manuel Reis Silva (PCP):** “Quando discutimos no dia 31 de janeiro de 2025, tivemos a oportunidade de ouvir a exposição que foi feita e também colocámos as nossas questões e as nossas dúvidas. Já na altura colocámos a questão do efeito deste sistema do LED branco porque existem vários estudos que apontam para a incidência de determinadas doenças nos seres

humanos, as dificuldades que também existem e que temos verificado no local e no terreno que a experiência existente tem levado a população a colocar, em vários planos, a questão da necessidade do reforço de iluminação, que as luminárias que existem não iluminam ou que têm uma deficiente iluminação do espaço urbano, uma deficiente iluminação de passeadeiras que colocam em perigo os próprios cidadãos em caso de acidente. -----

Mas colocámos também a questão da discordância quanto às questões da parceria público privada, defendendo que o Município, com os seus meios eventualmente, poderia substituir as 19.533 luminárias noutro sistema, num sistema mais amigável das pessoas e talvez mais eficiente. -----

A proposta que nos é colocada hoje, no fundo, é a alteração do preço base, não é?! Não há aqui alteração nenhuma em relação à questão anterior. Portanto, é passar dos 13 milhões como preço base para os 15 milhões. -----

É evidente que, tendo votado contra em 31 de janeiro e não havendo alterações significativas quanto aos princípios e à engenharia do negócio, digamos assim, iremos manter a mesma posição, ou seja, iremos votar contra.” -----

- **Rui Filipe Santos Rita (IL):** “O valor base do procedimento é e tem de ser definido no início do procedimento. Tal valor supostamente foi determinado fundamentadamente pelos serviços com base em estudos e critérios objetivos sobre os custos e encargos necessários para a aquisição. Tal valor não é, nem pode ser definido em função das propostas que foram apresentadas *a posteriori*.

Em nosso entender, se as propostas ultrapassam tal valor base inicialmente estabelecido, terão de ser excluídas e, se todas o forem, teria de se abrir novo procedimento. -----

Alterar o valor desta forma *ad hoc* e com base apenas no valor de uma proposta já apresentada é, em nosso entender, uma violação clara e evidente das regras de contratação pública pelo que temos de votar contra. -----

Mais se requer que a presente intervenção conste como declaração de voto para a salvaguarda de eventuais e futuras responsabilidades que venham a ser assacadas nesta matéria.” -----

- **Rui Paulo da Silva Rosa (MIPP):** “Esta alteração é uma alteração substantiva ao quadro de decisão tendo em conta que, para além dos documentos que nos foram fornecidos, é uma situação inesperada que nos podemos pronunciar sem ela porque também não temos tempo de a estudar devidamente ou mantemos aquilo que tínhamos previsto. -----

O que é que tínhamos previsto relativamente àquilo e à informação que nos foi disponibilizada? É que o que hoje estamos a discutir não é apenas uma alteração de valor. Estamos a discutir um compromisso financeiro de quase 15 milhões e meio de euros por um período de 16 anos. Isto significa que estamos a vincular vários executivos futuros e a limitar a margem orçamental do Município durante mais de uma década e meia. E, por isso, esta decisão exige rigor absoluto. -----

A modernização da iluminação pública é necessária. A eficiência energética é estratégica. A instalação de uma UPAC ou mais é positiva para a autonomia energética do concelho, sem qualquer tipo de dúvida. Não está em causa o objetivo. Está em causa o modelo, o preço e o risco.

O procedimento foi lançado com um determinado valor base, recebeu apenas uma proposta válida e agora regressa à Assembleia com um aumento de 742.000 €. A pergunta que se impõe é simples: o valor inicial foi mal estimado ou estamos perante uma acomodação ao valor apresentado pelo único concorrente? Quando há apenas um proponente, a posição negocial do Município é naturalmente mais frágil e se exige ainda mais transparência e fundamentação. Estamos a falar de um contrato de desempenho energético e, portanto, nestes contratos tudo depende de três fatores críticos, como o Senhor Dr. Carlos Santos sabe: como se define a *baseline* de consumo; como se mede e verifica a poupança; e quem assume o risco e as poupanças que não forem atingidas. Não são aquelas que são atingidas. É as que não forem atingidas. -----

Precisamos de garantias claras. Há auditoria independente? As penalizações por incumprimento são automáticas? O Município tem controlo total sobre os dados e o sistema da telegestão? No final dos 16 anos, o que é que fica efetivamente na esfera municipal? -----

Outro ponto essencial – Foi feita uma análise comparativa com o investimento municipal direto? Foi calculado o valor atual líquido? Foi analisada a sensibilidade à variação do preço da energia, que vai acontecer, obviamente, nos próximos anos? -----

Porque a eficiência energética não pode significar transferência de risco para o Município com pagamento garantido ao fornecedor, não podemos decidir apenas com base na promessa de poupança. Temos de decidir com base em números robustos e totalmente escrutinados. -----

Senhoras e Senhores Deputados, a responsabilidade desta Assembleia não é carimbar decisões técnicas. É garantir que o interesse público está protegido. Um contrato desta dimensão exige transparência total, fundamentação económica sólida e cláusulas contratuais que salvaguardem o Município. Eficiência energética, sim, mas com rigor, com equilíbrio e com a defesa intransigente do interesse dos covilhanenses.” -----

- **António Maria Proença Petrucci do Lago Saraiva (PSD):** “Estamos hoje a votar um contrato de eficiência energética com impacto na iluminação pública e na instalação de uma UPAC com encargos plurianuais por muitos anos. -----

O Grupo Municipal do PSD é naturalmente favorável à eficiência energética, a reduzir consumos, custos e emissões. O que não podemos é votar um compromisso desta dimensão sem termos algumas questões respondidas e irei provavelmente pecar por repetição, mas é preferível repeti-las e ter a certeza que são respondidas. Portanto, passo a enunciar as questões. -----

- 1.^a Qual o estado do procedimento? Houve ou não houve já a adjudicação do contrato? ---
- 2.^a Existe algum relatório do júri do concurso e qual a fundamentação da decisão? -----
- 3.^a Qual é o valor final do contrato? São os 15 milhões aqui apresentados ou são 15 milhões mais IVA? -----
- 4.^a Qual é o modelo de remuneração contratual? É um pagamento fixo variável em função do desempenho ou um modelo misto? -----
- 5.^a Qual é a *baseline* de referência para o cálculo de poupanças? -----

- 6.^a Qual a poupança mínima garantida e que penalizações existem se não for cumprida? ---
- 7.^a Quem mede e verifica os resultados? Há uma auditoria independente ou não? -----
- 8.^a A questão da telegestão já foi respondida na apresentação e, por isso, não há necessidade de a colocar. -----
- 9.^a Na UPAC, qual a potência prevista? Quem assume os riscos técnicos adicionais também já foi respondida. -----
- 10.^a No final do contrato, os equipamentos ficam para o município e, se ficam para o Município, em que condições? -----
- 11.^a Foi comparada esta solução a outra com investimento municipal direto?" -----

- **Mestre João Pedro Cristóvão Silva (PS):** “Permitam-me cumprimentar-vos a todos e, em especial, ao Dr. Carlos Santos, agradecendo a sua explicação do sistema a ser implementado no nosso município no âmbito do Contrato de Gestão de Eficiência Energética, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 50/2021, um ponto bastante positivo e estruturante no nosso concelho. -----

Antes de mais, permitam-me aqui só esclarecer que estamos a deliberar a alteração do valor e não os modelos do contrato. Tivemos aqui apenas uma cortesia da Câmara da Covilhã e do Senhor Eng.º Carlos para que voltassem a explicar o contrato que estava aqui a ser debatido. -----

Em primeiro lugar, não estamos apenas a intervencionar quase 25.000 luminárias, tornando-as tecnologicamente eficientes. Não é apenas a instalação de painéis voltaicos nos telhados dos edifícios públicos. Estamos a implementar um sistema inteligente, com controlo centralizado e remoto, que melhora a qualidade da iluminação, aumenta a segurança e reduz os desperdícios energéticos em todo o concelho. -----

Este projeto permitirá evitar cerca de 28.000 toneladas de emissões de carbono que, como foi referido, é um contributo essencial na transição energética, reforçando a posição da Covilhã nas exigências ambientais futuras e no mercado de carbono. -----

Em segundo lugar, importa clarificar a dimensão financeira. O modelo contratual exige uma redução mínima de 70% dos encargos energéticos, o que representa pelo menos 15.3 milhões euros de poupança ao longo do contrato. Mais ainda, impõe uma poupança adicional de pelo menos 10% após encargos públicos. Ou seja, o contrato a celebrar só será válido se gerar real poupança para o Município e já vimos apresentadas aqui há pouco que isso está mais que garantida. -----

Todas as entidades envolvidas na elaboração deste caderno encargos estão de parabéns. E lá está: não condiciona orçamentos futuros porque este contrato traz poupanças ao Município. -----

Quanto à legalidade desta alteração, há já acordos de outros procedimentos em que houve alterações semelhantes a que aqui hoje está a ser votada, até porque é um concurso especial. É mais caro? Se sim, é mais poupança. Também será válido porque está a usar sistemas mais caros, mas que, lá está trarão, maiores poupanças conforme o Senhor Dr. Carlos Santos também explicou.

Isto parece-me óbvio e quem não votar a favor está aqui a mostrar uma falta de coragem para problemas que sabemos que existem na nossa cidade. Mais ainda, e para quem ainda mesmo assim continua cético, o contrato aqui resultante apenas entra em vigor com o visto do Tribunal de Contas, não vendo assim uma razão à não aprovação desta retificação de um valor do contrato.

Recomeçar todo o processo, neste momento, não é uma exigência jurídica, não é uma imposição de jurisprudência. Seria apenas um atraso desnecessário do investimento estruturante que os covilhanenses aguardam e que é exigido pelos compromissos energéticos que todos bem conhecemos. Estamos a falar de melhor iluminação pública, de edifícios mais eficientes, da redução de custos para o Município e do Município, de menor pegada ecológica, de um concelho mais verde e melhor preparado para o futuro. -----

Não aprovar esta correção significa atrasar deliberadamente um processo que traz benefícios ambientais, financeiros e estruturais claros. Significa adiar a eficiência, adiar a poupança e a modernização. A Covilhã não pode ficar parada. -----

Temos hoje a oportunidade de reconfirmar um passo firme na transição energética do nosso concelho com responsabilidade financeira e visão estratégica. Por isso, o Partido Socialista vota favoravelmente esta proposta em nome do interesse público, da sustentabilidade e do futuro do nosso concelho.” -----

- **Dr. Pedro Eduardo Carrola Farinha (Tortosendo):** “Obrigado pela apresentação que acho que foi clara, mas há aqui três questões que queria colocar. -----

Relativamente ao período de vida da iluminação de LED, sabemos que falamos em 15 anos, falamos em 20 e outras vezes não, o que é que nos garante a eficiência desta iluminação porque está em causa a qualidade de vida das pessoas e dos nossos fregueses. -----

Ao nível da UPAC, a mesma coisa. Quem se responsabiliza pela manutenção e pela eficiência do próprio contrato e da própria instalação para que este negócio seja eficiente? -----

Para que o contrato seja viável para o Município, o que nos interessa também é a parte financeira. Quando falamos aqui do valor quilowatt de 0,12 € ao nível da iluminação pública e 0,13 €, estamos a falar de 127 € o megawatt e de 130 € o megawatt ao nível da UPAC, questiono se isto vai refletir-se só neste ano ou no ano seguinte já que o valor da energia vai variando até mensalmente e diariamente. E se é atualizado esse valor. Estamos aqui a estimar e se este valor inclui todos os impostos: tarifa de acesso às redes, potências e todos esses impostos.” -----

- O Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** interveio “só para dar o testemunho daquilo que a gente foi fazer a Vigo e a Pontevedra. -----

Verificámos, de facto, o que era o cuidado com a iluminação das ruas e a gente viu. Aquilo que ouvi aqui, em termos de diminuição de intensidade, essa diminuição na intensidade é diminuição da qualidade luminosa. Então isso é perigoso. Temos de ver as pessoas que andam a atravessar a passeadeira. Portanto, fomos aprender alguma coisa a Vigo e a Pontevedra.” -----

- **Francisco José Neves Farias (CHEGA):** “Obrigado pela partilha de informação. Só tenho aqui uma dúvida que queria ver esclarecida que é o seguinte: em relação à telegestão e controlo, estão garantidos os requisitos mínimos da cibersegurança?” -----

- O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** iniciou a sua intervenção agradecendo “a tolerância e compreensão no rescaldo do tempo da apreciação deste tema, desde logo, porque esta discussão que estamos aqui a suscitar não diz diretamente respeito à decisão que hoje estamos aqui a tomar e, portanto, começar por fazer esse esclarecimento. Aquilo que estamos aqui hoje a fazer, e peço depois ao Senhor Eng.º Carlos que faça o favor de esclarecer tecnicamente esse tema, é uma autorização para a alteração, não do preço base, mas daquilo que é o valor de referência do processo do projeto. -----

Erradamente chamando de preço base há a confusão do termo técnico jurídico daquilo que diz respeito ao Código da Contratação Pública que tem, de facto, os impedimentos e as limitações que o Senhor Deputado Rui muito bem refere, mas só peço o favor ao Dr. Carlos Santos depois de explicitar melhor esta diferença e como é que isto colide ou não naquilo que é quer o CCP, quer depois o decreto-lei que faz este enquadramento. -----

O que estamos aqui a fazer é, em primeiro lugar, mais um passo nesse caminho. Ainda não há nenhuma adjudicação. Já não sei quem é que perguntou, mas perguntou se houve adjudicação. Não há nenhuma adjudicação feita. Iniciou-se o processo no mandato anterior com um valor de referência para este projeto, mas percebeu-se depois que esse valor de referência que seria desajustado. Peço ao Eng.º Carlos que esclareça se fomos únicos a ter este desacerto naquilo que é o valor da referência inicial. Aquilo que estamos hoje aqui a fazer é uma alteração desse valor de referência. Já existiu um concurso internacional com propostas e, tanto quanto sei, mais do que um concorrente apresentou propostas diferentes para o concurso que estava em questão. Aquilo que estamos hoje a fazer é, se autorizarmos esta alteração de valor, então dizemos ao júri que pode fazer o relatório final. Se não autorizarmos este valor, o júri nem sequer faz relatório final. Se autorizarmos este valor, há um relatório final do processo e então o procedimento segue o seu trâmite normal de contratação. Atenção que dado aos montantes envolvidos, este processo ainda tem que ir ao Tribunal de Contas para ser validado e após essa validação é que estaremos em condições para celebrar este contrato. -----

Há um tema que foi aqui colocado que merece esclarecimento. Não estamos aqui a onerar o Município nos próximos mandatos. Perdoem-me o uso de referência destes montantes, mas é para simplificar. Se não fizermos nada, todos os anos nesta iluminação LED estamos a gastar, de acordo com aquilo que temos, 1.362.000 €, de grosso modo, em energia elétrica. Aquilo que faz este contrato não é aumentar este montante. Um contrato desta natureza de eficiência energética o que faz é pegar neste montante, reduzir no caso 10% desse montante e, portanto, vamos pagar menos em energia elétrica do que pagamos hoje, tendo o investimento de substituição do equipamento de imediato. Portanto, não estamos a onerar os próximos mandatos porque, se não fizermos nada, vamos continuar a pagar energia elétrica num montante que hoje pagamos. Quanto muito, estamos a substituir hoje a dívida da energia elétrica por outra dívida a outra entidade que

já não será a mesma empresa de energia com uma vantagem de estarmos a reduzir ligeiramente esse montante. -----

Ao Senhor Deputado Marco Gabriel dizer que as compensações que refere dizem respeito a unidades de produção fotovoltaica enquadradas numa determinada legislação e a partir de um determinado período. Temos os serviços municipais a tentar perceber se é possível ou não o Município da Covilhã aceder naturalmente a essas compensações e, se for possível legalmente, naturalmente não deixaremos de o fazer, como é evidente. -----

Em relação às UPAC, dar-lhe conta que as unidades de produção para autoconsumo são nos telhados, nas superfícies de cobertura de um conjunto de edifícios municipais e nada têm a ver com os parques fotovoltaicos que já temos hoje instalados no nosso concelho. Portanto, as UPAC aqui dizem respeito a instalações a realizar em edifícios públicos municipais que, se este concurso avançar e se vier a concretizar-se, irão ser instalados nesses edifícios. -----

Quanto ao restante que são sobretudo questões mais técnicas, mas muito pertinentes, pedia ao Senhor Dr. Carlos Santos o favor de as esclarecer.” -----

- **Dr. Carlos Santos, Diretor da Agência da Energia da Beira Interior – ENERAREA:** “Penso que anotei as questões todas e, no que diz respeito à questão do pagamento do contrato, ele é feito mensalmente e é feito, como tínhamos referido, com as poupanças de energia que vamos tendo também todos os meses. -----

No que diz respeito à comparação com outras soluções, aqui é difícil comparar no que diz respeito à intervenção na iluminação pública a outras soluções, nomeadamente aquela que diz respeito ao investimento municipal, porque, como sabem, o Município não é detentor de alvará para operar na iluminação pública e teria que subcontratar todos estes serviços e todos os serviços de manutenção. É algo que, de facto, mesmo sem comparação, não deve ser feito. Isto diz-nos a história dos projetos financiados em que nestes projetos financiados se adquiriu luminárias e se substituiu e hoje, quando queremos fazer a intervenção, andamos quase a mendigar à operadora para nos fazer essa intervenção. -----

No que diz respeito ao Senhor Deputado Paulo Rosa, fiquei contente por saber que também conhece bem este tipo de projetos, mas como conhece bem, acho que o facto de dizer que o estudo está mal feito é porque não leu bem. Se tivesse estudado bem o estudo, via que não estava mal feito.” -----

O estudo é feito com base numa metodologia e esta metodologia, como lhes digo e como lhes disse, é a que foi utilizada em todos os projetos ESE a nível nacional. Ela, de facto, é assim que funciona. Os projetos ESE não definem um preço base. Definem um preço estimado e os estudos apontam para um preço estimado. Como eu referi, os estudos são feitos por uma agência de energia que não é uma empresa. É uma entidade em que os municípios, a Universidade da Beira Interior, o Instituto Politécnico, temos 19 municípios associados e existem 21 agências de energia a nível nacional que é assim que trabalham e trabalhamos sempre com os estudos em que mostram qual é que é o pior cenário que o município pode ter porque é assim que deve ser apresentado. -----

Sempre que se faz um estudo, ainda mais com uma entidade como a nossa, o que temos que demonstrar ao município é, se adotar esta metodologia, qual é que é o pior cenário que pode ter. Foi assim que dissemos que, se adotamos esta metodologia garantindo 70% de redução do consumo e 10% de partilha, o que é que vamos obter com base no *baseline* que está definido? É o *baseline* como é que se define? É juntarmos o conjunto das luminárias com o cadastro da E-Redes nos fornece, multiplicar pelo consumo dessas luminárias, adicionar o que é a componente da reatância porque todas estas luminárias, à exceção da LED, têm reatância e temos que lho acrescentar. E aí temos o *baseline*. -----

Nesse *baseline* definimos 70% de poupança e, desses 70% de poupança, 10% de partilha que é o que ali está: 70% de poupança, 858.000 €, 10% partilha, 95.000 €. -----

O que é que a proposta do concorrente tem que trazer? A proposta do concorrente tem que trazer um melhor cenário que é um cenário em que o Município diga: apresentei aqui uma base de concurso e o cenário que o concorrente tem que apresentar é um ganho adicional para o município. E o que é que traz este ganho adicional para o município? Uma redução da fatura da eletricidade de 408.000 € para 264.000 €. Esta é a redução que trazemos na eletricidade que o concorrente apresenta e o concorrente apresenta uma outra coisa com base no que são os dados do concorrente. O equipamento que vai instalar é mais eficiente do que aquele que tínhamos definido e dá uma poupança adicional e esta poupança adicional passa de 70 % para e 80,7 %. Desses 80,7 %, o concorrente ainda diz: não vou partilhar com o município 10%, vou partilhar com o município 10,7 %, salvo erro, e estes 10,7 %, com base nestes 80 %, dá os 988.000 € que temos que pagar à ESE e os 109.000 € que o município acrescenta de poupança. -----

Questionam-me, e bem, “e se isto não acontecer?” Se isto não acontecer, no que diz respeito a atingirmos as poupanças, o concorrente é penalizado. Como também foi questionado, temos uma comissão de análise e de acompanhamento que todos os anos reúne. Essa comissão de análise e de acompanhamento reúne e analisa o *baseline* e quais foram os dados da poupança do ano. Com base neste comparativo, verificamos se atingimos ou não atingimos os objetivos. Temos 5% de margem, ou seja, se for mais ou menos 5 % é tolerável para um lado e para o outro. Caso a poupança obtida seja superior à prevista, em resultado de um maior nível de eficiência energética, o Município deverá partilhar com o concorrente 50 % do valor correspondente à poupança adicional alcançada. Se a poupança for inferior, o concorrente é onerado naquilo que é a renda que se lhe paga e é retirado o valor da renda aquilo que não se atingiu de poupança. É a garantia de que o município nunca vai deixar de poupar aquilo que pensava que ia poupar. -----

No que diz respeito à telegestão, penso que tinha dito, mas se calhar não me esclareci bem. Passa a ser da propriedade do município desde o primeiro dia, ou seja, instala-se a telegestão, passa a ser propriedade do município desde o primeiro dia com a garantia de que cumpre todos os requisitos de segurança porque terá que ser o concorrente a garantir-se. Se não cumprir, terá que ser penalizado. E o município poderá utilizar quer a plataforma de gestão, quer o sistema de comunicação para operar com outros equipamentos que tenha a necessidade de operar, como se referiu: a questão de verificar se os contadores da água estão a contar ou a fazerem a passagem das contagens. Sei que aqui isto é das Águas da Covilhã; a questão dos contentores de resíduos

sólidos urbanos ou de bio resíduos ou outros que o Município queira monitorizar através deste protocolo. -----

No que diz respeito à propriedade do parque, ela passa a ser do município após o último dia do contrato e, após o último dia de contrato, passa a ser do município também após uma verificação de todo o parque e verificar que o parque está operacional. Ou seja, temos que verificar se todo o parque estará operacional. Se o parque não estiver operacional, a empresa é obrigada a colocá-lo operacional para depois colocar a passagem para o município com os equipamentos todos em pleno funcionamento. -----

A mesma coisa vai ter que acontecer no início do contrato, ou seja, temos que verificar todos os pontos, verificar se tudo o que vai ser transferido está operacional da responsabilidade da E-Redes, se todos os postos estão operacionais e a passagem desta responsabilidade para a nova empresa, que é do fusível para a luminária, para passar a responsabilidade para a luminária. -----

Toda a responsabilidade da manutenção é do concorrente. -----

No que diz respeito à responsabilidade da variação de energia, aqui também mostramos qual é que é a vantagem de termos projetos mais eficientes. Como reduzimos a dependência energética no caso da IP, no caso do solar continuamos nos 70%, mas no caso da IP ultrapassamos os 80%. Quer dizer que estamos menos 80% expostos ao mercado. Estes 19,3% que estamos expostos ao mercado é aquela volatilidade da energia que temos. Atualmente estamos expostos na totalidade. Se a energia aumentar, aumenta no que é o total do *baseline*. Se aumentar a 10%, aumenta 130.000 € sobre o contrato. Aqui, se aumentar 10%, aumenta 26.000 € sobre o contrato. Isto porquê? Porque, no que diz respeito à energia, ela é fixa do quilowatt. O Senhor Presidente também referiu à questão do quilowatt. Aquele que tínhamos no *baseline*, por coincidência, é o mesmo que ainda temos hoje no concurso que fizemos hoje a abertura do concurso da Covilhã para a contratação de energia. É exatamente o mesmo e inclui as taxas quer de um lado, quer do outro. Estamos a falar aqui em baixa tensão normal. Todos os contratos são fornecidos em baixa tensão normal, sendo que existe um ou outro edifício que tem média de tensão ao BTE, mas 99% é baixa tensão normal. Aqui, o que o município tem é um ganho porque, no que diz respeito ao valor mensal a pagar à empresa de serviços energéticos, ele mantém-se ao longo de todos os anos, ao longo dos 16 anos, com o incremento que temos descrito no caderno de encargos. -----

Como lhes disse, o caderno de encargos e o programa de concurso resultam diretamente da Portaria e não há nada a fazer. O que a Portaria define e diz, e copiamos *ipsis verbis*, é que o que vamos pagar ao concorrente será o valor da proposta acrescida de um aumento do IPC, ou seja, em função do IPC, aquilo que se acrescenta ao contrato só e apenas o IPC ou pode acontecer, nalgum ou outro caso, um adicional de rede que seja contratado no âmbito do que seja uma extensão de contrato. -----

No que diz respeito à questão que tinha que ver com a existência da análise anual e esta comissão de análise (CAC) quem é que tem na comissão? É isso que funciona em todos os projetos ESE que temos até hoje. Temos na comissão um elemento designado pela Câmara Municipal, um elemento designado pela empresa e um elemento externo. Este elemento externo, nos projetos que tenho acompanhado, mais um ou outro de fora, nomeadamente lembro-me de Condeixa porque é um que temos agora em reunião da CAC, tenho sido eu o elemento externo, mas posso ser eu como

pode ser uma outra pessoa qualquer que o município identifique. A responsabilidade do estudo de análise para ser apresentado é de um perito externo. É a mesma coisa que acontece com um certificado energético que é de um perito de medição e de verificação. É ele que é o responsável. Nem é da empresa, nem é do município. É ele que assume a responsabilidade se todos os dados do estudo que é feito anualmente e que vão ser apresentados e discutidos. -----

No que diz respeito à questão sobre a durabilidade da iluminação, aqui não podemos dizer mais do que o que é o catálogo e o catálogo diz que são a 100.000 horas, são os 24 anos. No solar, todos sabemos que, no que diz respeito aos painéis, não há parte eletrônica. Os fabricantes todos dizem que a durabilidade de um painel solar é superior a 25 anos, ou melhor ainda, sendo que 25 anos depois ele produz 80% do que produzia inicialmente. -----

A responsabilidade da eficiência total é da empresa. O Município não tem qualquer responsabilidade, a não ser que a plataforma de telegestão desparametrize os parâmetros e possa fazer ali algumas oscilações. De resto, não tem qualquer responsabilidade porque é tudo da responsabilidade da empresa de serviços energéticos. O valor do quilowatt e a atualização dos valores é pelo IPC.” -----

- **Rui Paulo da Silva Rosa (MIPP):** “Por curiosidade, vamos supor que, durante a vigência do contrato, há uma alteração tecnológica significativa. Ela é enquadrável ou não?” -----

- **Dr. Carlos Santos, Diretor da Agência da Energia da Beira Interior – ENERAREA:** “As alterações tecnológicas significativas são feitas da seguinte forma: isto é um contrato de desempenho energético. Imaginemos um cenário de no oitavo ano, em que estamos a meio do contrato, existe uma melhoria significativa de um conjunto de tecnologias e é uma questão bastante pertinente, e essas tecnologias permitem fazer uma otimização muito melhor do contrato. É lógico que quem faz o contrato de gestão de desempenho, se verificar que, dentro do que são os seus estudos, é viável em fazer esse investimento e essa melhoria o vai fazer. Vai ter custos para a empresa de serviços energéticos. O Município nunca tem mais custos do que o valor da renda atualizada ao IPC e o custo da energia. Isso é da responsabilidade do Município. Não fica obrigado a realizar melhorias. Fica obrigado a ter permanentemente o contrato em funcionamento. -----

Imaginem o seguinte: existe aqui um lote de luminárias que, por uma razão qualquer, estão a ter custos de manutenção acima do que são os custos expectáveis e que existe outra tecnologia que sabem que não têm custos, eles então, com a autorização do Município, retiram aquela tecnologia e colocam a outra com menores custos porque, dentro do que é o contrato de gestão, vai verificar que otimiza mais do ponto de vista do que é a rentabilidade dele e do Município.” -----

- **Rui Manuel Cruz Ferreira Amaro (Peso):** “Na questão de intempéries, podemos ter uma intempérie e deixar tudo de funcionar. Vamos ter que continuar a pagar?” -----

- **Dr. Carlos Santos, Diretor da Agência da Energia da Beira Interior – ENERAREA:** “No que diz respeito à intempérie, existe um conjunto de seguros que têm que ser feitos e são feitos pela empresa de serviços energéticos, sendo que a responsabilidade é que é partilhada como tínhamos referido. Existe uma parte que é da distribuidora de energia em baixa e essa é da E-Redes

atualmente, até haver um novo contrato de concessão; até ao ponto de luz e ao corte, essa responsabilidade é da E-Redes; e a responsabilidade da empresa de serviços energéticos é se as luminárias deixarem de funcionar só pela responsabilidade da luminária e essa é da empresa de serviços energéticos. -----

Temos no contrato, não me recordo e não sei precisar ao certo, mas sei que, para além de 72 horas por cada dia que o concorrente não fizer a operação e a reparação do equipamento tem 50 € de penalização e que, à partida, também é a parte interessada em fazer a reparação do que vier a acontecer for para além da responsabilidade do poste.” -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – ***alteração do valor do procedimento do contrato de gestão de eficiência energética, no âmbito do Decreto-Lei n.º 50/2021, de 15 de junho, para a implementação de medidas de melhoria da eficiência energética no sistema de iluminação pública e instalação de uma UPAC no concelho da Covilhã de 13.731.752,00€ (treze milhões, setecentos e trinta e um mil e setecentos e cinquenta e dois euros) para um montante estimado de 15.479.500,00€ (quinze milhões, quatrocentos e setenta e nove mil e quinhentos euros), num período de execução de contrato de 16 (dezassex) anos foi a mesma autorizada por maioria com 26 votos a favor (PS e DMI), 09 votos contra (PCP, CHEGA, CDS-PP, IL, Dra. Magna Carla Sousa Lourenço (IND.), Dr. Marco António Barreiros Gabriel (Boidobra) e António dos Santos Lopes (Unhais da Serra)) e 10 abstenções (PSD, MIPP, Dr. Jorge Ricardo Gouveia Viegas (Cortes do Meio) e Rui Manuel Cruz Ferreira Amaro (Peso)).*** -----

Não votaram, por não se encontrarem presentes na sala, os Deputados Municipais: Dr. Gilberto Miguel Fortuna Melfe (Ferro), Dr. Sérgio Nuno Proença Rodrigues (Orjais), Dr. Carlos Amadeu Alves Costa (Ourondo), Dr. Duarte Nuno Simões Rodrigues (Paul) e Mestre Licínio Aguilar Machado (Vales do Rio). -----

--- Foram feitas as seguintes Declarações de Voto: -----

- **Rui Filipe Santos Rita (IL):** Declaração de voto com o teor da intervenção feita pelo mesmo. -----

- **Rui Paulo Silva Rosa (MIPP):** “O Grupo Municipal do MIPP tinha decidido votar contra. Alterou a sua posição de voto, tendo em conta este elemento novo relevante que teve influência na formação da decisão. -----

Acho que foi importante esta informação que deveria ter sido dada mais cedo. E, portanto, é a razão de ser da nossa alteração no voto. Agradecemos por ter tido esta explicação.” -----

- **António Maria Proença Petrucci do Lago Saraiva (PSD):** “O Grupo Municipal do PSD, à semelhança do Grupo Municipal do MIPP, também inicialmente ia votar contra, mas após os esclarecimentos dados pelo Dr. Carlos Santos e pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, optámos pela abstenção. No entanto, consideramos que estes esclarecimentos deveriam ter sido dados de forma prévia, de modo a que fosse possível estudarmos melhor os documentos de modo

a podermos tomar uma decisão mais informada.” -----

- **Dra. Magna Carla Sousa Lourenço (IND):** “Quero começar por dizer que reconheço plenamente a necessidade desta intervenção. No entanto, o meu voto contra prende-se com a questão dos valores envolvidos com a responsabilidade do tempo. Significa que poderá ser uma herança para um futuro executivo.” -----

**3.11 – APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE A PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DA
AUTORIZAÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS RELATIVOS AO CONTRATO DE
EFICIÊNCIA ENERGÉTICA, NO ÂMBITO DO DECRETO-LEI N.º 50/2021, DE 15 DE JUNHO,
PARA A IMPLEMENTAÇÃO DE MEDIDAS DE MELHORIA DA EFICIÊNCIA ENERGÉTICA NO
SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA E INSTALAÇÃO DE UMA UPAC NO CONCELHO DA
COVILHÃ**

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 12 de fevereiro de 2026, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, do artigo 164.º do Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, do Decreto-Lei n.º 50/2013, de 15 de junho, e do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, através do ofício n.º 4691/26 de 13.fevereiro.2026 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido à apreciação, não foi objeto de inscrição por parte dos Deputados Municipais. -----

--- O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** tomou a palavra para agradecer ao Senhor Dr. Carlos Santos “a amabilidade de ter disponibilizado um pouco do seu tempo para esclarecer as dúvidas legítimas que esta Assembleia lhe colocou e o trabalho que desenvolveu no âmbito da Agência de Energia da ENERAREA neste concurso. -----

Dizer também às Senhoras e aos Senhores Deputados que compreendo muito bem aquilo que são as reservas que colocaram em termos de informação. Como tentei explicar, este foi mais um passo naquilo que é um processo de decisão de uma autarquia. Poderíamos mesmo não conseguir fazer esta apresentação caso o Senhor Presidente da Assembleia e a própria Assembleia Municipal se opusesse à participação do Dr. Carlos Santos porque esta apresentação e este esclarecimento sobre o assunto em concreto, o modelo e a estrutura inicial dessa proposta, não faz parte da apreciação desta decisão que hoje aqui tomámos. Mas entendi que era muito importante para todos nós, para todos vós, sobretudo aqueles que não estavam no mandato passado, que

podéssemos conhecer um pouco mais sobre aquilo que é esta proposta que tomámos e decidimos com base nesta informação técnica, na informação que os serviços jurídicos técnicos nos prestam e conscientes de estarmos, com isto, a defender aquilo que é o melhor interesse público com uma finalidade óbvia que me parece que é aquela que todos desejamos e eu, especialmente, enquanto Presidente da Câmara Municipal. -----

Quero, de facto, um concelho melhor iluminado, com melhores condições na via pública, nas passeadeiras, nos passeios, nas rodovias, não só na parte urbana, mas também em todas as freguesias e, se possível, associar a isto o respeito e à valorização ambiental, portanto, à eficiência energética e, com isso, conseguirmos uma eficiência financeira e poupar dinheiro. -----

Foi esse o objetivo quando convidei o Dr. Carlos Santos a vir a esta Assembleia explicar o processo de base. Não era possível mandar, digamos, na discussão destes pontos porque eles não estão agendados, mas entendi que era útil e quero agradecer a toda a Assembleia o facto de permitirem que o Dr. Carlos Santos falasse e agradecer ao Dr. Carlos Santos todos os esclarecimentos.” -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – ***alteração da repartição de encargos e da assunção de compromissos plurianuais relativos ao contrato de eficiência energética, no âmbito do Decreto-Lei n.º 50/2021, de 15 de junho, para a implementação de medidas de melhoria da eficiência energética no sistema de iluminação pública e instalação de uma UPAC no concelho da Covilhã, foi a mesma autorizada por maioria com 25 votos a favor (PS e DMI) e 07 votos contra (PCP, CHEGA, Dra. Magna Carla Sousa Lourenço (IND.) Dr. Marco António Barreiros Gabriel (Boidobra) e António dos Santos Lopes (Unhais da Serra)) e 13 abstenções (PSD, MIPP e CDS-PP, IL, Dr. Jorge Ricardo Gouveia Viegas (Cortes do Meio), Dr. Duarte Nuno Simões Rodrigues (Paul) e Rui Manuel Cruz Ferreira Amaro (Peso).*** -----

Os encargos orçamentais decorrentes da execução da despesa do contrato de gestão de eficiência energética, no âmbito do Decreto-Lei n.º 50/2021, de 15 de junho, para a implementação de medidas de melhoria da eficiência energética no sistema de iluminação pública e instalação de uma UPAC no concelho da Covilhã serão repartidos, de forma previsível, de acordo com o seguinte cronograma financeiro: -----

- i. 2026: 694.158,83 €;
- ii. 2027: 1.189.986,56 €;
- iii. 2028: 1.189.986,56 €;
- iv. 2029: 1.189.986,56 €;
- v. 2030: 1.189.986,56 €;
- vi. 2031: 1.189.986,56 €;
- vii. 2032: 1.189.986,56 €;
- viii. 2033: 1.189.986,56 €;

- ix. 2034: 1.189.986,56 €;*
- x. 2035: 1.189.986,56 €;*
- xi. 2036: 1.189.986,56 €;*
- xii. 2037: 1.189.986,56 €;*
- xiii. 2038: 1.189.986,56 €;*
- xiv. 2039: 1.189.986,56 €;*
- xv. 2040: 1.189.986,56 €;*
- xvi. 2041: 1.189.986,56 €;*
- xvii. 2042: 495.827,77 €.*

Os montantes fixados para cada exercício económico poderão ser acrescidos do saldo apurado no ano transato, sem ultrapassar o valor global nem o prazo de vigência do contrato. -----

Não votaram, por não se encontrarem presentes na sala, os Deputados Municipais: Dr. Afonso Manuel Mousaco Gomes (PS), Dr. Gilberto Miguel Fortuna Melfe (Ferro), Dr. Sérgio Nuno Proença Rodrigues (Orjais), Dr. Carlos Amadeu Alves Costa (Ourondo) e Mestre Licínio Aguilar Machado (Vales do Rio). -----

--- Foram feitas as seguintes Declarações de Voto: -----

- **Rui Paulo Silva Rosa (MIPP):** Replicou a Declaração de Voto feita no ponto anterior. -----

- **António Maria Proença Petrucci do Lago Saraiva (PSD):** Replicou a Declaração de Voto feita no ponto anterior. -----

- **Rui Filipe Santos Rita (IL):** “Sendo esta uma deliberação na sequência da anterior e pressupondo pelos elementos disponíveis que haja efetivamente necessidade de reforçar as verbas para os anos vindouros, não poderemos votar contra pelo que nos iremos abster. Daí a nossa votação.” -----

3.12 – APRECIAÇÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE A PROPOSTA DE AUTORIZAÇÃO À ADESÃO À ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DOS MUNICÍPIOS COM CENTRO HISTÓRICO

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 23 de fevereiro de 2026, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto nas alíneas n) do n.º 1 do artigo 25.º, nos n.ºs 1, 2 e 4 do artigo 56.º e no n.º 1 do artigo 53.º, conjugados com as competências previstas na alínea e) e m) do n.º 2 do artigo 23.º,

na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º todos do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, através do ofício n.º 933 de 10.fevereiro.2026 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação foram intervenientes os Deputados Municipais: -----

- **Prof. Doutor José Carlos Páscoa Marques (MIPP):** “Vou iniciar a intervenção final de hoje, da nossa parte, e no fundo é uma intervenção *filé mignon* com sabor a *chantilly*. -----

Trata-se aqui de uma proposta de adesão do Município à Associação Portuguesa de Municípios com Centro Histórico, na qualidade, neste caso, de membro efetivo. Esta participação está em linha com o que tem sido desenvolvido pela Câmara Municipal, em particular no Centro Histórico da cidade e nomeadamente com o Verão no Centro Histórico, a Rota das Portas do Sol. -----

Em boa verdade, não basta a recuperação do edificado já aqui foi hoje falado. É também urgente mudar as perceções através de novas dinâmicas e atividades em contraste com o abandono a que se assistiu durante anos simplesmente porque as zonas novas da cidade ficavam mais atraentes. -

Neste sentido, a recente notícia da recuperação de edificações degradadas bem próximas desta Assembleia é também muito positiva, embora bastante limitada porque a Câmara não assume a prioridade financeira total nesta área. -----

O Grupo Municipal do MIPP faz uma oposição séria, construtiva e exigente, mas quando testemunha atividades que vão na boa direção também não renega reconhecer boas práticas. ----

Temos a certeza de que, com esta associação a outros municípios com centros históricos relevantes e porque juntos vamos mais longe, também o nosso Centro Histórico poderá beneficiar de novos projetos e parcerias muito importantes para ir buscar dinheiro externo que esta Câmara não considera prioritário financiar com o seu orçamento. -----

Nesse sentido, damos os parabéns ao Executivo por esta proposta e, muito em particular, à Senhora Vereadora com o Pelouro da Cultura. Como a Câmara não lhe dá dinheiro, não lhe dá orçamento, terá que ir buscá-lo a outro sítio.” -----

- **Beatriz Mangana Duarte (PS):** “A adesão do Município da Covilhã à Associação Portuguesa dos Municípios com Centro Histórico representa um passo estratégico coerente e alinhado com o percurso que o concelho tem vindo a desenvolver no que diz respeito à valorização, salvaguarda e dinamização do seu património histórico, cultural e arquitetónico. -----

É verdade que a Covilhã ainda não possui uma classificação formal enquanto Centro Histórico. No entanto, esta realidade não diminui, nem pode diminuir a relevância do seu património. Pelo contrário, a existência de várias classificações patrimoniais no concelho demonstra uma preocupação clara e consistente do Município com a preservação da sua identidade histórica, da sua memória coletiva e do seu legado urbano. -----

A Covilhã é uma cidade com uma identidade histórica própria, marcada pelo seu património industrial, cultural e arquitetónico, cuja salvaguarda e valorização são essenciais. É precisamente por isso que faz todo o sentido integrar uma associação dedicada à defesa, proteção e promoção das zonas históricas urbanas. -----

Ao longo dos últimos anos temos assistido a uma aposta consistente na revitalização do centro da cidade, através de projetos que cruzam cultura, turismo e participação cívica. Iniciativas como o Verão no Centro Histórico ou a Rota das Portas do Sol são bons exemplos dessa estratégia que contribuem não só para a dinamização cultural, mas também para a revitalização social, turística e económica da zona histórica da Covilhã. -----

A Associação Portuguesa dos Municípios com Centro Histórico tem como finalidade promover a defesa, a salvaguarda, a conservação, a recuperação, a reabilitação, a revitalização e a animação dos centros históricos, através da cooperação entre municípios e da articulação com entidades públicas e privadas. Estes objetivos estão totalmente alinhados com a visão da Covilhã para um desenvolvimento urbano sustentável, assente na valorização do património como fator de identidade, coesão territorial e qualidade de vida. -----

A adesão a esta Associação permitirá à Covilhã reforçar a cooperação institucional com outros municípios que enfrentam desafios semelhantes, beneficiar de partilha de boas práticas e aprofundar o diálogo com entidades nacionais e internacionais ligadas à proteção do património, promover a valorização social, cultural e turística do centro da cidade e aceder a apoio técnico especializado na preservação e reabilitação do património histórico. -----

Mais do que uma simples adesão formal, esta decisão representa um compromisso estratégico à preservação da memória coletiva com a requalificação urbana e com a melhoria da qualidade de vida de quem vive, trabalha e usufrui do centro da cidade. -----

Para o Partido Socialista, o património não é apenas memória do passado, é também um instrumento de desenvolvimento sustentável, de atração de investimento, de dinamização económica e de melhoria da qualidade de vida das populações. -----

A preservação e reabilitação das zonas históricas deve ser encarada como uma política pública estruturante, centrada nas pessoas, no território e na valorização do espaço público. -----

Neste sentido, entendemos que a adesão do Município da Covilhã à Associação Portuguesa dos Municípios com Centro Histórico constitui um sinal claro de compromisso com uma visão de futuro que respeita a identidade local, promove a coesão territorial e valoriza o espaço público como lugar de vivência, cultura e cidadania. Reforça-se, desta forma, a afirmação da Covilhã como uma cidade que respeita o seu passado, valoriza o seu presente e prepara o seu futuro, sendo, portanto, esta adesão não só pertinente como desejável e necessária. -----

Por estas razões, manifestamos o nosso apoio a esta proposta, votando favoravelmente por considerar que a mesma contribui para afirmar a Covilhã como uma cidade que preserva o seu património e constrói um futuro mais inclusivo, sustentável e culturalmente ativo.” -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – ***Adesão à Associação Portuguesa dos Municípios com Centro Histórico*** foi a mesma ***autorizada por unanimidade.*** -----

Não votaram, por não se encontrarem presentes na sala, os Deputados Municipais: Dr. Afonso Manuel Mousaco Gomes (PS) Dr. Gilberto Miguel Fortuna Melfe (Ferro), Dr. Sérgio Nuno Proença Rodrigues (Orjais), Dr. Carlos Amadeu Alves Costa (Ourondo), e Mestre Licínio Aguiar Machado (Vales do Rio). -----

ENCERRAMENTO DA SESSÃO

--- Por se ter chegado ao fim dos trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal deu por encerrada a sessão eram dezanove horas e trinta e cinco minutos, da qual se lavrou a presente ata que, para sua inteira validade e fé, no fim, vai ser assinada: -----

O Presidente,

A 1.ª Secretária,

O 2.º Secretário,



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS
Assembleia Municipal da Covilhã
Sessão Ordinária de 23 de Fevereiro de 2026

(Doc. 01)

HP2 ft

Voto de Pesar

Apolinário Pombo Marques Correia, residente no Tortosendo, faleceu em 13 de Fevereiro de 2026, com 92 anos.

Foi membro do movimento dos agricultores e rendeiros.

Foi delegado sindical do Sindicato Têxtil da Beira Baixa.

Foi participante ativo na autogestão da empresa têxtil Eurocarlão, Lda

Foi um combatente pela liberdade, pelos trabalhadores, pela igualdade, pela transformação da sociedade velha numa outra, sem exploração do homem pelo homem, com mais justiça social e pelo seu Tortosendo.

Os membros do Grupo Municipal do PCP propõem que a Assembleia Municipal reunida, hoje, dia 23 de Fevereiro, delibere, aprovar um voto de pesar e apresentar as sentidas condolências à família enlutada e a todos os que sentem profundamente a sua ausência.

Assembleia Municipal da Covilhã, 23 de Fevereiro de 2026

O Grupo Municipal do PCP



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS
Assembleia Municipal da Covilhã
Sessão Ordinária de 23 de Fevereiro de 2026

(Doc. 02)

H2

ft

Voto de Pesar

Faleceu o escultor Francisco Simões, aos 79 anos de idade, em 16 de Janeiro de 2026.

Segundo a Sociedade Nacional de Belas Artes

“ Conhecido sobretudo pela sua obra em escultura de espaço público, destacou-se, entre outros trabalhos, pela criação das 20 estátuas de poetas para o Parque dos Poetas, em Oeiras, num projeto de 2003 idealizado pelo próprio juntamente com David Mourão-Ferreira.

É também autor da obra Mulheres de Lisboa, instalada em 1994 na estação do Metro de Lisboa, dedicada à história local e concebida como homenagem às vendedeiras lisboetas e à tourada, na qual utilizou diversos mármore portugueses. Da sua autoria, são ainda os bustos de Vieira da Silva e Árpád Szenes, na estação do Rato.

A tradição escultórica da Escola de Maфра constitui uma referência na sua obra. Francisco Simões iniciou a sua formação na Escola de Artes Decorativas António Arroio, trabalhou posteriormente como designer gráfico com o pintor Mário Costa e foi bolseiro da OCDE em Itália, bem como bolseiro no Museu do Louvre. Desenvolveu uma ampla experiência pedagógica, enquanto professor, diretor escolar e consultor, e teve igualmente intervenção cívica e autárquica “

Em dezembro de 1976, nas primeiras eleições autárquicas em democracia, foi eleito vereador nas listas da FEPU - Frente Eleitoral Povo Unido, tendo exercido funções no executivo presidido por José Martins Vieira. Após um mandato como vereador, abandonou a política ativa em 1980 e dedicou-se à escultura e ao ensino, mantendo-se membro do PCP e apoiante da CDU.

Na Covilhã teve intervenção artística com a produção de três estátuas que se encontram no espaço público da cidade, nomeadamente a de Pêro da Covilhã, a do Rei D. Luís na Praça do Município e de homenagem à mãe no Jardim Público.



Os membros do Grupo Municipal do PCP propõem que a Assembleia Municipal reunida, hoje, dia 23 de Fevereiro, delibere, aprovar um voto de pesar e apresentar as sentidas condolências à família enlutada e a todos os que sentem profundamente a sua ausência.

Assembleia Municipal da Covilhã, 23 de Fevereiro de 2026

O Grupo Municipal do PCP



Handwritten signature and initials.

Voto De Pesar Senhora Laura Cruz

Natural do Tortosendo, Laura Cruz desenvolveu na Covilhã grande parte do seu percurso artístico, tendo sido um dos membros fundadores do Atelier "Formas e Cores de Terra", espaço de referência na dinamização da cerâmica artística e cultural da cidade, onde desempenhou um papel relevante através da organização e participação em workshops, ateliers, exposições e múltiplas iniciativas em colaboração com entidades públicas e privadas.

Ao longo da sua carreira, participou em diversas exposições individuais e coletivas, em relevantes espaços culturais locais, nacionais e internacionais. Destaca-se a sua colaboração ativa na Galeria António Lopes, no Museu de Lanifícios da UBI - Tinturaria, na Biblioteca Municipal da Covilhã, no Museu de Arte Sacra, e no Museu da Covilhã. A sua obra integra a coleção permanente do Museu de Arte Sacra, onde se encontra patente a peça "Fonte de Vida", testemunho duradouro do seu talento e da sua dedicação à arte.

A sua criação distinguiu-se por uma linguagem contemporânea, sensível e profundamente pessoal, aliando rigor técnico, respeito pela matéria e uma forte ligação ao território. Para além do seu trabalho artístico, destacou-se pela generosidade na partilha de conhecimento e pelo impacto humano e inspirador junto da comunidade.

A sua participação em encontros e mostras de cerâmica artística de âmbito nacional e internacional contribuiu para afirmar o nome da Covilhã no panorama artístico, projetando a identidade do território através da sua criação.

O falecimento de Laura Cruz representa uma perda significativa para a vida cultural da Covilhã, permanecendo viva na memória coletiva através da sua obra e do legado que deixou à cidade e às gerações futuras.

Como expressão de reconhecimento e gratidão, a Assembleia Municipal da Covilhã, reunida a 23 de fevereiro de 2026, expressa o seu profundo pesar pelo falecimento da Senhora Laura Cruz e endereça à família, amigos, e comunidade artística, sentidas condolências.

Covilhã, 23 de fevereiro de 2026



H=2A

Voto de Pesar
Professor Fernando Bernardo Panarra

Faleceu, no passado mês de janeiro, o Senhor Fernando Panarra, Professor de Ciências Naturais na Escola Frei Heitor Pinto (Liceu da Covilhã) e Presidente do Conselho Diretivo entre 1980 e 1984.

Distinguiu-se por uma dedicação extrema ao ensino e à escola pública, deixando uma marca indelével na vida do antigo Liceu da Covilhã e na formação de várias gerações de covilhanenses. O seu exemplo, pautado pela inteligência, profissionalismo, amizade e generosidade, constituiu uma referência do ensino na Covilhã.

Foi ainda uma das 24 individualidades que instituíram a fundação Pêro da Covilhã, em 1991, com o objetivo de realizar e apoiar iniciativas destinadas a fomentar e promover o desenvolvimento sociocultural do concelho da Covilhã.

A sua vida foi marcada pelo compromisso com a educação, pela dedicação e pela generosidade em partilhar conhecimento, deixando uma contribuição inestimável para a comunidade e sociedade covilhanense.

Assim, a Assembleia Municipal da Covilhã expressa à família enlutada, amigos, colegas e instituições com as quais o Professor Fernando Panarra colaborou, as mais sentidas condolências e o mais profundo reconhecimento.

Covilhã, 19 de fevereiro de 2026.

VOTO DE PESAR

O Grupo Municipal do Partido Socialista na Assembleia Municipal da Covilhã manifesta o seu profundo pesar pelo falecimento de Luís António dos Santos Torrão, 83 anos, ocorrido em 19 de fevereiro de 2026, covilhanense de reconhecido mérito e ação em prol do desporto e associativismo no concelho da Covilhã.

Luís Torrão foi chefe de departamento de futebol profissional no Sporting Clube da Covilhã, nos anos oitenta e início dos noventa, tendo também presidido, durante duas décadas, ao Clube Desportivo da Covilhã.

Pelo seu contributo em prol da comunidade Covilhanense, apresentamos este voto de pesar a título de reconhecimento. Do teor deste voto será dado conhecimento aos familiares.

Covilhã, 23 de Fevereiro de 2026

Grupo Municipal do Partido Socialista

Handwritten signature and initials.

VOTO DE PESAR

O Grupo Municipal do Partido Socialista na Assembleia Municipal da Covilhã manifesta o seu profundo pesar pelo falecimento de Francisco José Fazenda Meruje, 81 anos, ocorrido em 26 de janeiro de 2026, covilhanense de reconhecido mérito e ação em prol da comunidade do associativismo no concelho da Covilhã.

Francisco Meruje foi presidente e dirigente do Grupo Educação e Recreio Campos Melo, lembrado pelo seu contributo e dedicação ao associativismo.

Pelo seu contributo em prol da comunidade Covilhanense, apresentamos este voto de pesar a título de reconhecimento. Do teor deste voto será dado conhecimento aos seus familiares.

Covilhã, 23 de fevereiro de 2026

Grupo Municipal do Partido Socialista

VOTO DE PESAR E SOLIDARIEDADE

Portugal enfrenta, desde 28 de janeiro de 2026, uma catástrofe meteorológica sem precedentes na sua história recente. A sucessão implacável das depressões **Kristin, Leonardo e Marta** mergulhou o país num estado de emergência nacional, deixando um rasto de destruição.

Com quase duas dezenas de vítimas mortais confirmadas, inúmeros feridos e centenas de cidadãos desalojados, o impacto destas intempéries transcende os danos materiais: atingiu comunidades, destruiu o sustento de famílias e paralisou infraestruturas críticas. Perante este cenário de exceção, é imperativo manifestarmos o nosso pesar, a nossa solidariedade para com os territórios afetados pela recente calamidade natural, mas também enaltecer a abnegação, a prontidão, e o espírito de serviço público demonstrados pela Proteção Civil, Bombeiros, Forças de Segurança, Equipas Municipais, Autarquias e Juntas de Freguesia que garantiram o socorro e a salvaguarda de vidas e bens.

Neste contexto, a **Assembleia Municipal da Covilhã**, reunida a 23 de fevereiro de 2026, delibera:

Votar o mais profundo pesar pelo falecimento das vítimas das tempestades, endereçando às comunidades afetadas e às famílias enlutadas as mais sentidas condolências.

Manifestar total solidariedade para com os territórios afetados e a todos os cidadãos que sofreram perdas severas.

Guardar um minuto de silêncio em memória das vítimas

Covilhã, 23 de fevereiro de 2026

Grupo Municipal do Partido Socialista



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS
Assembleia Municipal da Covilhã
Sessão Ordinária de 23 de Fevereiro de 2026

(Doc. 08)

ff2
H

Saudação

Dia Internacional da Mulher – 8 de Março

**Um dia incontornável no caminho de uma sociedade justa,
livre de desigualdades e discriminações**

O Dia Internacional da Mulher está historicamente ligado à luta das mulheres trabalhadoras pela sua emancipação política, económica, social e cultural.

Ao longo de mais de um século, desde a aprovação, em Copenhaga no ano de 1910, durante a 2.^a Conferência Internacional de Mulheres, de um Dia Internacional da Mulher, são inúmeros os exemplos em que este dia se eleva como manifestação e luta pelas mais justas aspirações das mulheres de todo o mundo, um dia de acção das mulheres pelos seus direitos próprios e contra todas as formas de discriminação.

Os objectivos que estiveram na origem da instituição do Dia Internacional da Mulher mantêm-se, infelizmente, actuais: a sociedade em que vivemos é marcada pelo triunfo de desigualdades, pela gigantesca desproporção entre os poucos detentores da riqueza e os muitos milhões de homens, mulheres e crianças que nada têm. Milhões de mulheres no mundo não têm garantida a sua sobrevivência nem a das suas crianças. São as primeiras vítimas dos conflitos armados e das guerras.

O 8 de Março assume-se também pelo facto, de transportar para o tempo presente, um património histórico de luta das mulheres pela sua emancipação, com reivindicações específicas, que constitui um factor de enriquecimento de uma luta comum a homens e mulheres pela transformação social. Trata-se de uma data histórica, mas

essencialmente, é um dia para assinalar uma luta que é de todos (mulheres e homens) e de todos os dias.

O poder local democrático tem assumido um importante papel no assinalar desta data desde as primeiras comemorações do 8 de Março em liberdade, em 1975.

O poder local pode ter, se para tal houver sensibilidade, especial relevo na promoção dos valores da igualdade de direitos das mulheres, ancorados nos valores de Abril e nos princípios e direitos consagrados na Constituição da República Portuguesa.

Nas suas esferas de competência, as autarquias ... algumas delas..., têm tido um papel importante, na promoção dos direitos das mulheres, na valorização da sua participação como parte integrante da vida e história locais. Ainda que muito haja, todavia, a fazer noutros e no nosso município.

Assim...

Neste órgão autárquico, queremos saudar as mulheres portuguesas e em particular as que vivem, trabalham e estudam no concelho da Covilhã.

A Assembleia Municipal da Covilhã, reunida a 23 de Fevereiro de 2026, saúda, principalmente as mulheres, mas também aos homens, para que, com a sua determinação, coragem e confiança no futuro, participem nas iniciativas do Dia Internacional da Mulher.

Assembleia Municipal da Covilhã, 23 de Fevereiro de 2026

O Grupo Municipal do PCP



Covilhã, 23 de Fevereiro de 2026

Voto de Saudação – 80.º aniversário do Jornal do Fundão

A Bancada do PSD da Assembleia Municipal da Covilhã saúda o Jornal do Fundão pelo seu 80.º aniversário, assinalado a 27 de janeiro de 2026.

Fundado a 27 de janeiro de 1946 por António Paulouro (1915-2002), o Jornal do Fundão nasceu no coração da Beira Interior, em plena ditadura do Estado Novo, num contexto de forte censura e limitações à liberdade de expressão. Apesar das adversidades do regime de Salazar e, posteriormente, de Marcelo Caetano, o semanário afirmou-se desde o primeiro número como um projeto de afirmação regional, comprometido com a verdade jornalística e com os valores de solidariedade e proximidade.

Ao longo de oito décadas, o jornal resistiu e destacou-se pela sua independência. Em 1965, num dos episódios mais emblemáticos da repressão à imprensa durante o Estado Novo, foi suspenso por seis meses pela censura e vigilância da PIDE, o que demonstra o seu papel incómodo e corajoso como voz crítica e defensora da liberdade. Após o 25 de Abril de 1974, continuou a ser uma referência no jornalismo de causas, sempre “ao lado dos que trabalham e dos que sofrem”, conforme a linha fundadora de António Paulouro.

O título manteve-se em atividade contínua, passando a direção para Fernando Paulouro Neves (1947-2025), sobrinho do fundador, que o dirigiu durante décadas até 2012, consolidando o seu carácter de bastião da liberdade e da informação no interior do país. Hoje, o Jornal do Fundão é distinguido com o grau

H2



H

de Membro-Honorário da Ordem do Infante D. Henrique e permanece um exemplo vivo de persistência do jornalismo regional independente.

Em tempos de profundas transformações nos media e de desafios ao interior de Portugal, a longevidade e a qualidade do Jornal do Fundão — com edições especiais comemorativas, como a primeira página artística de 2026 da autoria do arquiteto José Manuel Castanheira — reforçam o seu papel indispensável na promoção da cultura, do património, da identidade beirã e no combate ao isolamento informativo.

Assim, a Bancada do PSD da Assembleia da Municipal

Felicita calorosamente o Jornal do Fundão pelos 80 anos de existência ininterrupta e de serviço à comunidade desde 27 de janeiro de 1946;

Deseja ao Jornal do Fundão muitos mais anos de sucesso, rigor jornalístico, independência e relevância no panorama mediático nacional, como exemplo de jornalismo de proximidade e de causas.

Os membros do grupo municipal do Partido Social Democrata na Assembleia Municipal da Covilhã abaixo-assinados:

Leonor Cipriano

António Saraiva

Ana Simões

Mafalda Nunes

Patrícia Ruivo



(Doc. 10)

11-2
1

VOTO DE LOUVOR

O Grupo Municipal do **CHEGA Covilhã**, no uso das competências previstas no Regimento da **Assembleia Municipal da Covilhã**, propõe a aprovação de um Voto de Louvor aos **Bombeiros da Covilhã**, em reconhecimento pelo elevado profissionalismo, coragem e espírito de missão demonstrados no apoio prestado às populações afetadas pelas recentes tempestades e situações de catástrofe.

Num contexto de enorme adversidade, marcado por condições meteorológicas extremas, destruição de infraestruturas e sofrimento de inúmeras populações, os Bombeiros da Covilhã estiveram, uma vez mais, à altura dos mais elevados valores de serviço público. Com prontidão, dedicação e sentido de dever, deslocaram-se para apoiar as regiões afetadas, salvaguardando vidas, protegendo bens e prestando auxílio humanitário às comunidades em dificuldade.

A sua ação exemplar constitui motivo de orgulho para o concelho da Covilhã e para todo o país, demonstrando que o voluntariado e a missão dos bombeiros portugueses permanecem como um dos pilares fundamentais da solidariedade nacional.

Assim, o Grupo Municipal do CHEGA Covilhã propõe que esta Assembleia Municipal aprove o presente Voto de Louvor, reconhecendo publicamente o mérito, a bravura e o altruísmo dos Bombeiros da Covilhã, com voto de gratidão e apreço, solicitando ainda que o mesmo seja comunicado à corporação e tornado público nos meios institucionais do Município.

Covilhã/20/02/2026

Grupo Municipal do Partido CHEGA
Amadeu Alberto e Francisco Farias



Covilhã, 23 de Fevereiro de 2026

Voto de Louvor – Rodrigo Santos

A Assembleia Municipal da Covilhã, reunida em sessão plenária, expressa o seu profundo reconhecimento e louvor ao aluno Rodrigo Santos, do 9.º ano da Escola Secundária Campos Melo, pela criação do projeto StudentPlus, uma iniciativa educativa com bastante impacto junto da comunidade estudantil.

Destinado a alunos do 7.º ao 12.º ano, o projeto StudentPlus reunia já, em janeiro cerca de 500 estudantes de todo o país, afirmando-se com uma plataforma de apoio ao estudo que promove acesso facilitado a recursos educativos de qualidade. Criado em outubro de 2025, a partir da experiência pessoal do Rodrigo enquanto estudante, o projeto nasceu da identificação de dificuldades que alguns amigos lhe transmitiam na resolução de dúvidas e na prática de exercícios, surgindo como instrumento de trabalho facilitador, com ajuda rápida e de qualidade.

Com a criação do site, os alunos têm acesso a testes de preparação, fichas de trabalho, resumos, apresentações, soluções de manuais e apoio personalizado, tornando a aprendizagem mais acessível. A dinamização de grupos de apoio, através de plataformas digitais como o WhatsApp, permite a resolução rápida de dúvidas num ambiente colaborativo e seguro entre estudantes.

Este projeto representa não apenas uma ferramenta de apoio académico, mas também um exemplo inspirador de cidadania ativa, liderança juvenil e utilização responsável da tecnologia ao serviço da educação.

Assim, os abaixo-assinados propõem que a Assembleia Municipal, reunida hoje, dia 23 de fevereiro de 2026, delibere aprovar este voto de louvor, reconhecendo o mérito, a dedicação e o impacto positivo desta iniciativa, atribuindo-o ao aluno Rodrigo Santos, como forma de enaltecer o seu contributo exemplar para a comunidade educativa e de incentivar a continuidade do seu percurso de excelência e inovação.

Os membros do grupo municipal do Partido Social Democrata na Assembleia Municipal da Covilhã abaixo-assinados:

H2



H

Leonor Cipriano

António Saraiva

Ana Simões

Mafalda Nunes

Patrícia Ruivo



Covilhã, 23 de Fevereiro de 2026

Voto de Louvor – Representação do Distrito de Castelo Branco nos órgãos Sociais da Associação Nacional de Freguesias (ANAFRE)

A Assembleia Municipal da Covilhã, reunida em sessão plenária, expressa o seu profundo reconhecimento e louvor à representação das freguesias e uniões de freguesias do distrito de Castelo Branco em especial às freguesias e união de freguesias do concelho da Covilhã, pela maior preencha de sempre nos órgãos sociais da Associação Nacional de Freguesias (ANAFRE), na sequência das eleições realizadas durante o Conselho Geral de Associações, que decorreu em Portimão.

Este resultado histórico constitui um reconhecimento do trabalho desenvolvido ao longo dos últimos quatro anos pela estrutura distrital da ANAFRE, sob a coordenação de Rui Amaro, refletindo a capacidade de intervenção, mobilização afirmação das freguesias da região no plano nacional.

A Assembleia municipal por proposta da bancada municipal do Partido Social Democrata (PSD) destaca, a eleição como membros efetivos do Conselho Geral da ANAFRE entre outras a Freguesia do Peso e União de Freguesias da Covilhã e Canhoso, bem como a Freguesia do Tortosendo como membro Suplente.

Assim, os abaixo-assinados propõem que a Assembleia Municipal, reunida hoje, dia 23 de fevereiro de 2026, delibere aprovar este voto de louvor, manifestando o reconhecimento a todas as freguesias e eleitos envolvidos.

Os membros do grupo municipal do Partido Social Democrata na Assembleia Municipal da Covilhã abaixo-assinados:

Leonor Cipriano

António Saraiva

Ana Simões

Mafalda Nunes

Patrícia Ruivo



Covilhã, 23 de Fevereiro de 2026

Voto de Louvor – Next Border

A Assembleia Municipal da Covilhã, reunida em sessão plenária, expressa o seu profundo reconhecimento e louvor à startup Next Border, incubada na UBImedical, pela distinção da EU-Startups como uma das 10 startups portuguesa mais promissoras fundadas após 2023.

Fundado em 2025, por Wilson Bicalho a Next Border atua no setor da tecnologia aplicada à imigração, combinando especialização jurídica com Inteligência Artificial para simplificar o processo de obtenção de vistos e mudança para Portugal.

A plataforma desenvolvida pela Next Border facilita através da maior acessibilidade, transparência e fiabilidade nos processos migratórios, reforçando ainda a ligação entre empregadores portugueses e imigrantes, potenciando o desenvolvimento económico do país.

Assim, os abaixo-assinados propõem que a Assembleia Municipal, reunida hoje, dia 23 de fevereiro de 2026, delibere aprovar este voto de louvor, endereçando à Next Border, à sua equipa e parceiros institucionais as mais sinceras felicitações, com votos de contínuo sucesso no seu percurso de crescimento e internacionalização.

Os membros do grupo municipal do Partido Social Democrata na Assembleia Municipal da Covilhã abaixo-assinados:

Leonor Cipriano

António Saraiva

Ana Simões

Mafalda Nunes

Patrícia Ruivo



(Doc-14)

H2
H

Voto de Louvor

Liga dos Combatentes - Núcleo da Covilhã

Voto de Louvor pelo centenário do Núcleo da Covilhã da Liga dos Combatentes.

Fundado em 1926, o Núcleo da Covilhã da Liga dos Combatentes nasceu com uma missão bem definida: ser uma casa de solidariedade. Ao longo dos cem anos de história, este núcleo afirmou-se pela dedicação à defesa da memória, da dignidade e do bem-estar dos combatentes.

Durante quase cinco décadas de atividade ininterrupta, o Núcleo da Covilhã desenvolveu uma intensa e meritória ação associativa, cultura e social, promovendo iniciativas desportivas, culturais e recreativas, como equipas de futebol, exposições, conferências, feiras de trocas, sessões de fados, torneios, programas de rádio, convívios e a edição do Jornal do Combatente da Estrela.

A Assembleia Municipal reconhece, de forma muito peculiar, o papel relevante que o Núcleo desempenha atualmente no apoio médico, psicológico e social aos seus associados, respondendo às crescentes necessidades decorrentes do envelhecimento dos ex-combatentes, através de um acompanhamento próximo e humanizado, em articulação com profissionais de psicologia e serviço social.

As comemorações que agora se iniciam, por ocasião dos 100 anos de existência, são um reflexo da sua vitalidade. Mais do que uma Instituição centenária, o Núcleo da Covilhã da Liga dos Combatentes é hoje um símbolo máximo de memória, de abnegação e um testemunho da resiliência de todos os que, com valentia e coragem, defenderam a Pátria.

Em reconhecimento pelo exemplo de altruísmo, dedicação e serviço à comunidade, a Assembleia Municipal da Covilhã, reunida a 23 de fevereiro de 2026, delibera aprovar este voto de louvor ao Núcleo da Covilhã da Liga dos Combatentes.

Covilhã, 23 de fevereiro de 2026.



Covilhã, 23 de Fevereiro de 2026

Voto de Congratulação – Filarmónica Recreativa Carvalhense

A Filarmónica Recreativa Carvalhense é uma instituição centenária do nosso concelho, fundada em 1908, detentora do Diploma de Mérito Municipal – categoria Prata, e que celebrou no passado dia 1 o seu 118.º (Centésimo décimo oitavo) aniversário.

Falamos de uma casa com mais de um século de vida cívica e cultural, que tem formado músicos, criado comunidade, levado cultura às pessoas e preservado uma tradição identitária que é também património imaterial do concelho.

No passado dia 1 de dezembro, participou no XII Desfile Nacional de Bandas Filarmónicas, em Lisboa, representando a Covilhã num evento de dimensão nacional — com transmissão em direto na RTP — e levando o nome do concelho com dignidade, brio e qualidade. E é por isso que o concelho ganha quando pode contar com instituições assim: consistentes, empenhadas e honrosas, que valorizam o território que representam.

Assim, a Assembleia Municipal apresenta um Voto de Congratulação à Filarmónica Recreativa Carvalhense, assinalando o seu 118.º aniversário.

Os membros do grupo municipal do Partido Social Democrata na Assembleia Municipal da Covilhã abaixo-assinados:

Leonor Cipriano

António Saraiva

Ana Simões

Mafalda Nunes

Patrícia Ruivo

Voto de congratulação pela eleição do Presidente da República - Dr. António José Seguro

No passado dia 8 de fevereiro de 2026, o povo português exerceu o seu direito de voto na segunda volta das eleições presidenciais, escolhendo o Dr. António José Seguro para assumir a mais alta magistratura da Nação.

Importa enaltecer o civismo dos portugueses que acudiram às urnas. Mesmo perante as graves condições climatéricas e os danos causados pelas recentes tempestades em todo o país, o eleitorado demonstrou uma resiliência democrática exemplar, não permitindo que as adversidades impedissem o exercício do direito de voto.

Num momento em que Portugal enfrenta desafios significativos de coesão social, económica e territorial, a eleição do novo Presidente da República representa um compromisso renovado com os valores democráticos, a estabilidade das instituições e a unidade de todos os portugueses.

Assim, a Assembleia Municipal da Covilhã, reunida a 23 de Fevereiro delibera:

- Aprovar um Voto de Congratulação ao Presidente da República eleito, Dr. António José Seguro, pela sua vitória nas eleições presidenciais de 2026, desejando-lhe os maiores sucessos no desempenho das suas funções, em prol da defesa da constituição, da coesão do território, do desenvolvimento de Portugal e do bem-estar de todos os cidadãos.
- Remeter este voto à Presidência da República e ao Gabinete do Presidente Eleito.

Covilhã, 23 de fevereiro de 2026

Grupo Municipal do Partido Socialista



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS
Assembleia Municipal da Covilhã
Sessão Ordinária de 23 de Fevereiro de 2026

(Doc. 17)

H=2 17

Proposta de Recomendação

Celebração dos 50 anos da Aprovação da Constituição da República Portuguesa

A Constituição da República Portuguesa, aprovada em 2 de abril de 1976, constitui uma referência fundamental do regime democrático português, resultante do processo iniciado com o 25 de Abril de 1974, consagrando os valores da liberdade, da soberania popular, da democracia e da justiça social, bem como um amplo conjunto de direitos, liberdades e garantias e de direitos económicos, sociais e culturais.

Ao longo de quase cinco décadas, a Constituição, com todas as suas revisões, manteve-se como referência estruturante do Estado de direito democrático, assegurando o equilíbrio de poderes, o poder local democrático e a participação das populações na vida pública.

O ano de 2026, em que se assinalam os 50 anos da sua aprovação, constitui uma efeméride de elevado significado histórico, político e cívico, que justifica uma assinalação institucional adequada, de carácter plural e participativo.

O Município da Covilhã, enquanto expressão do poder local democrático consagrado na Constituição, tem um papel relevante na promoção da

memória democrática, da educação para a cidadania e da valorização dos valores constitucionais.

Nestes termos, a Assembleia Municipal da Covilhã delibera:

1. Assinalar oficialmente os 50 anos da aprovação da Constituição da República Portuguesa, promovendo um programa municipal de comemorações ao longo de 2026, de carácter institucional, cultural e pedagógico, interligando com as comemorações do 25 de Abril.
2. Promover uma sessão comemorativa, em data próxima de 2 de abril de 2026, envolvendo os órgãos autárquicos, a comunidade educativa e o movimento associativo.
3. Desenvolver iniciativas públicas, a definir pela Câmara Municipal em articulação com a Assembleia Municipal, articulando com as comemorações do 25 de Abril, que promovam a cidadania, a participação democrática e a valorização dos direitos constitucionais.
4. Dar conhecimento da presente deliberação às entidades locais relevantes, para efeitos de articulação e concretização das iniciativas.

Assembleia Municipal da Covilhã, 23 de Fevereiro de 2026

O Grupo Municipal do PCP



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS
Assembleia Municipal da Covilhã
Sessão Ordinária de 23 de Fevereiro de 2026

(Doc. 18) H2
11

Moção

Efeitos das tempestades de Janeiro e Fevereiro no Concelho da Covilhã

O Concelho da Covilhã em situação de calamidade

Face aos prejuízos pessoais e materiais causados pelas tempestades durante o mês de Janeiro e Fevereiro, a Assembleia Municipal da Covilhã, reunida em 23 de Fevereiro expressa a sua profunda solidariedade com as populações do País que sofreram e que continuam a sofrer com os efeitos da situação climática vivida.

A Assembleia Municipal expressa, em especial, a sua solidariedade às populações do nosso Concelho que também viveram momentos de angústia e prejuízos vários;

- Em habitações
- Na economia, principalmente na Agricultura
- Nas vias de comunicação (acentuando a degradação das vias municipais)
- Nas falhas de serviços básicos (no fornecimento de energia elétrica, nas telecomunicações - deixando populações sem rede e internet - no fornecimento de água)

A Assembleia Municipal exorta a Câmara Municipal a desenvolver todos os esforços para a normalização da vida das populações assegurando o funcionamento dos serviços básicos, pressionando as empresas concessionárias da rede elétrica e telecomunicações para a

reposição dos serviços e recuperação das infraestruturas, intervir na conservação da rede viária municipal, degradada com elevadas quantidades de água e assegurar o apoio às populações para facilitar o seu acesso aos apoios existentes relacionados com a calamidade.



Assembleia Municipal da Covilhã, 23 de Fevereiro de 2026

O Grupo Municipal do PCP

Moção – Pela realização da Prova Nacional de Acesso à Formação Médica Especializada (PNA) na Covilhã

O panorama do acesso à formação médica especializada em Portugal viveu uma alteração estrutural profunda em 2018, com o encerramento do ciclo da Prova Nacional de Seriação, designada por "Exame Harrison". Este modelo, que vigorou durante décadas, foi batizado com esta nomenclatura, uma vez que se baseava exclusivamente no tratado *Harrison's Principles of Internal Medicine*, circunscrevendo a avaliação dos futuros especialistas a um espectro bibliográfico muito restrito. Com a introdução da Prova Nacional de Acesso (PNA) em 2019, o país abraçou um paradigma de avaliação mais moderno e abrangente, focado no raciocínio clínico e em áreas transversais.

Esta evolução técnica, contudo, não foi acompanhada por uma evolução equivalente na geografia da sua aplicação, uma vez que a nova PNA colocou a Covilhã fora do roteiro de centros oficiais de exame, limitando-o em território continental à zona Norte (Porto), Centro (Coimbra) e sul (Lisboa). A cidade, que possui uma Escola Médica e, entretanto, se afirmou como um polo de excelência na área através da sua Faculdade de Ciências da Saúde e do seu Centro Hospitalar Universitário, deixou de receber a realização desta prova.

A Covilhã e a Universidade da Beira Interior dispõem de instalações modernas e de vanguarda, plenamente capacitadas para acolher exames desta natureza com rigor e segurança. A Faculdade de Ciências da Saúde possui auditórios e recursos tecnológicos que em nada devem a outras instituições.

Permitir que a PNA seja realizada na Covilhã é um ato concreto de descentralização e de valorização do Interior. Esta medida reduz as assimetrias regionais e reforça o prestígio das instituições de ensino e saúde da Beira Interior, combatendo a

perceção de que o país termina nos limites das áreas metropolitanas de Lisboa e Porto.

A realização da prova na cidade onde muitos destes médicos se formaram evita deslocções dispendiosas, bem como o desgaste emocional e logístico num momento crítico das suas carreiras. A centralização persistente deste exame constitui uma barreira à coesão territorial e um desrespeito pela qualidade das infraestruturas do Interior.

É através de ações concretas de descentralização que combatemos o abandono destas regiões e reforçamos o sentimento de pertença dos nossos jovens profissionais. Neste sentido, mitigamos a desigualdade de circunstâncias dos estudantes que, de outra forma, são forçados a realizar longas deslocções e a incorrer em elevados encargos para cumprir uma prova determinante para o seu futuro profissional.

Nestes termos, a Assembleia Municipal da Covilhã, reunida em sessão ordinária, delibera:

- 1- Instar o Ministério da Educação, Ciência e Inovação (MECI) e a Administração Central do Sistema de Saúde, I.P. (ACSS) a tomarem as diligências necessárias para que a Covilhã seja incluída como centro oficial de realização da Prova Nacional de Acesso (PNA) já na próxima edição.
- 2- Dar conhecimento desta moção ao Gabinete do Primeiro-Ministro, ao Ministério da Educação, Ciência e Inovação (MECI).
- 3- Dar conhecimento desta moção à Comissão Parlamentar de Educação e Ciência e à Comissão Parlamentar de Economia e Coesão da Assembleia da República.



*Grupo Municipal do Partido
Socialista Covilhã*

Handwritten signature and initials.

Covilhã, 23 de fevereiro de 2026.

Grupo Municipal do Partido Socialista na Assembleia Municipal da Covilhã

3.1 Debate entre Grupos Municipais: “Regeneração Urbana” (Grupo Municipal do PS)

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal,

Na sua pessoa, cumprimento os restantes elementos que compõem a mesa.

Estimado Presidente da Câmara Municipal,

Senhoras e Senhores Vereadores,

Caras e Caros Membros da Assembleia Municipal,

Senhoras e Senhores Presidentes de Juntas de Freguesia,

Estimadas e Estimados funcionários do Município,

Caros representantes dos Órgãos de Comunicação Social,

Prezadas e Prezados Covilhanenses que nos acompanham nesta Assembleia, presencialmente ou através das plataformas digitais.

O tema que trazemos hoje a debate assume uma relevância estratégica para o Grupo Municipal do Partido Socialista e reflete a vontade expressa do Executivo em trabalhar por um concelho mais coeso e mais cuidado. Perante a transformação acelerada das cidades contemporâneas, a regeneração urbana é, hoje, um conceito inadiável.

Mais do que a requalificação física, as oportunidades que o desenvolvimento económico, social e ambiental encerram, reclamam uma cidade mais moderna, mais sustentável e que sabe gerir o espaço urbano de forma eficiente.

Temos a consciência plena de que a Covilhã enfrenta desafios particulares, impostos pela sua própria orografia. Sendo uma das principais portas de entrada na Serra da Estrela, a nossa malha urbana central assume uma função nevrálgica para a mobilidade local e regional.

É, por isso, imperativo que uma visão de regeneração urbana seja acompanhada de investimento estruturante em vias circulares, que retirem o trânsito do nosso núcleo histórico e lhe devolvam a sua função social.

Enquanto as cidades estão hoje mais dominadas pelos automóveis e pela agitação própria do desenvolvimento, a regeneração urbana tem de colocar o espaço comum no centro da nossa identidade coletiva.

Acima de tudo, este é o caminho para a democratização do espaço público.

Este conceito transcende a simples reabilitação, a pequena intervenção. Exige de nós uma estratégia conjunta, que combine infraestruturas mais funcionais, mais acessíveis e que estimulem a economia local.

Que concelho queremos? Queremos um concelho amigo do investimento, mas que reconhece no espaço público as suas pessoas, as suas famílias, os seus jovens, os mais velhos, os que escolheram a Covilhã para estudar e os que aqui trabalham. Um concelho que chega a todos.

Reconhecemos que, embora se tenham dado alguns passos nesta direção:

1 – Através da criação das Áreas de Reabilitação Urbana (ARU). É de inteira justiça recordar que o Município da Covilhã foi dos primeiros a nível nacional a implementar este instrumento, que através de benefícios fiscais torna viável a recuperação de edifícios degradados, o que permite, por exemplo, a dinamizando o comércio e alojamento.

2 – O investimento realizado nas acessibilidades, como a requalificação de eixos como algumas intervenções na Praça do Município, que eliminou algumas barreiras arquitetónicas e modernizou pavimentos. Com isto foram atenuados alguns constrangimentos de um centro condicionado pelo trânsito, tornando-o num espaço mais caminhável, seguro e inclusivo.

3 – A intervenção no edificado público como fator de atratividade. O investimento que foi realizado em equipamentos centrais – como o Teatro Municipal, o CIEC ou o Museu – foi determinante para recuperar a função social do Centro Histórico. São polos como estes que nos ajudam a fixar mais gente no nosso território, viver a história e a cultura da Covilhã.

4 – A aposta na ativação cultural e na valorização da identidade, através do apoio financeiro e institucional a eventos de referência, como o WOOL ou a organização do Verão no Centro Histórico. Se a renovação dos equipamentos permitem uma circulação mais cómoda e mais segura, estas iniciativas reforçam a confiança das pessoas que hoje, cada vez mais, procuram a nossa cidade.

Sabemos que há ainda um longo caminho a percorrer e que esta é uma responsabilidade partilhada por todas as forças políticas aqui representadas. Queremos um concelho que chega a todos e precisamos de todos para este desígnio. Com este debate, pretendemos oferecer uma plataforma para que os vossos contributos possam ser partilhados e acolhidos.

Esta abertura reflete a postura do Executivo, exemplificada pela recente visita de trabalho a Vigo e Pontevedra. Estas cidades são referências onde o espaço público é tratado como um direito, um lugar onde as crianças brincam em segurança, onde cidadãos com mobilidade reduzida circulam com comodidade e onde os idosos se movimentam com facilidade.

Esta iniciativa, que podemos considerar um ato de irreverência e coragem da Câmara Municipal, reflete a dinâmica de uma nova equipa, renovada e com novas ideias. Uma equipa que quer projetar o futuro. E é nosso dever, enquanto eleitos locais, passar esta mensagem para a nossa comunidade.

Que este será o nosso caminho. Ter a coragem de o começar e de, passo a passo, ir cumprindo a transformação que se exige. Uma Covilhã moderna, inclusiva, dinâmica e sustentável. Um concelho que quer chegar e vai chegar a todos.

Aproveito a ocasião para saudar o senhor Presidente que desde o primeiro momento anunciou a intenção de concretizar um investimento contínuo em todo o concelho, assim como protocolos com as Juntas de Freguesia, que já concretizou, para que esta estratégia tenha impacto em todo o concelho e não apenas em alguns locais: ninguém ficará para trás.

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Membros desta Assembleia,

Estamos convictos de que este é o caminho para um concelho onde as pessoas se sintam bem no espaço público, na sua cidade, e que aqui realizem o seu futuro. Sabemos que não é um caminho fácil, que necessitará de muito trabalho, mas, aqui, podemos afirmar com certeza: a regeneração urbana tem futuro na Covilhã.

PONTO 3.8 – DEMONSTRAÇÃO ORÇAMENTAL

Devemos começar por referir que o documento que nos apresentam para tomada de conhecimento apresenta de forma rigorosa a execução orçamental do ano 2025. O documento revela uma crescente preocupação com a facilidade de leitura do mesmo, o que, por si só, é um aspecto a enaltecer porquanto revela uma maior transparência.

O ano de 2025 trouxe, uma vez mais, um saldo de gerência positivo em cerca de 4,7 M€ que diminui relativamente ao ano anterior. Este valor, se bem que indicia que o município não executou algumas das despesas que tinha previsto, é revelador do rigor na gestão e da preocupação com a autonomia financeira do município. Outro indicador disso mesmo é que a receita corrente cobre 117% da despesa corrente – 17% da despesa corrente está disponível para investimento, despesas de capital.

A receita corrente aumenta 10% e a receita com impostos aumenta em 15%, revelador da atractividade económica do Concelho dado que não foram aumentadas as taxas de imposto no ano de 2025, isto é, as receitas não aumentam porque o município está a ficar com uma maior percentagem da actividade, mas porque a actividade em si aumenta de valor. Aqui, não defendemos o aumento de impostos de per si, como parece indiciar a posição do MIPP revelada na reunião de Câmara, se não quando tal for estritamente indispensável.

Devemos realçar ainda o aumento em 40% das receitas de capital – financiamento do investimento de médio e longo prazo, e que a receita efectiva aumenta em 15%.

O saldo corrente é de 7 M€, a despesa corrente é menor que a receita corrente em quase 7 M€, verbas que ficam disponíveis para investir no futuro. É isso que instamos o executivo municipal a fazer – que este novo ciclo político começado em Novembro represente um novo impulso no investimento no Concelho da Covilhã, especificamente na qualidade de vida dos covilhanenses.

PONTO 3.9 – ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL MODIFICATIVA

Tendo tomado conhecimento da Demonstração da Execução Orçamental do ponto anterior da Ordem de Trabalhos, é imperativo que se incorpore o Saldo de Gerência no orçamento para o ano de 2026. À primeira vista poderia ser esta a leitura que se faz desta Alteração Orçamental, mas tal perspectiva seria muito limitada em face do que nos é apresentado – esta Alteração Orçamental apresenta a alocação das verbas do Saldo de Gerência nas diversas rubricas orçamentais permitindo observar quais as prioridades do Executivo para este ano e, em alguns aspectos, até para o mandato.

Não é de somenos importância referir o aumento nas transferências correntes da Administração Central, bem como nas transferências de capital (1,2 M€) em projectos financiados – boas notícias no começo do ano.

As rubricas onde são alocadas estas verbas são diversas, mas devemos realçar algumas:

- Reforça as verbas para as refeições escolares;
- Reforça as verbas para a conservação de bens – a regeneração urbana também se faz nos edifícios públicos;
- As transferências para as freguesias são reforçadas em 1,1 M€, 40% entre transferências correntes e de capital – Investimento;
- As instituições sem fins lucrativos vêem as transferências aumentadas em 1,1 M€ cerca de 80%;
- O investimento em infraestruturas desportivas aumenta em 1,6 M€, 160% do montante inicialmente previsto;

112

- O investimento em parques e jardins aumenta em 400 mil €, 260% do inicialmente previsto;
- Os arruamentos veem aumentada a verba em 3,7 M€, um aumento de 250% face ao inicialmente previsto.

Preocupação com o ensino e as nossas crianças, preocupação com a autonomia das freguesias e a coesão territorial, preocupação com os mais vulneráveis e a solidariedade, preocupação com a prática desportiva e com os nossos jovens, preocupação com o lazer e o espaço público, preocupação com a mobilidade e a qualidade de vida dos covilhanenses – estes são os sinais políticos que são dados, as prioridades definidas, o alvo do nosso investimento.